

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E  
URBANISMO

**Doriéli Zuccoloto Fornaciari**

**A (Re)Invenção dos Espaços Públicos:  
O Lazer em Vitória (ES)**

Vitória  
2011

**Doriéli Zuccoloto Fornaciari**

**A (Re)Invenção dos Espaços Públicos:  
O Lazer em Vitória (ES)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Centro de Artes da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Prof. Dr. José Francisco Bernardino Freitas.

Vitória  
2011

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)  
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

---

F727r      Fornaciari, Doriéli Zuccoloto, 1980-  
            A (re)invenção dos espaços públicos : o lazer em Vitória (ES) /  
            Doriéli Zuccoloto Fornaciari. – 2011.  
            168 f. : il.

            Orientador: José Francisco Bernardino Freitas.  
            Coorientadora: Eneida Maria Souza Mendonça.  
            Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) –  
            Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Artes.

            1. Espaços públicos. 2. Lazer. 3. Ciberespaço. 4. Adolescente. 5.  
            Jovens. 6. Vitória, Baía de (ES). I. Freitas, José Francisco Bernardino.  
            II. Mendonça, Eneida Maria Souza. III. Universidade Federal do  
            Espírito Santo. Centro de Artes. IV. Título.

CDU: 72

---

Doriéli Zuccoloto Fornaciari

## **A (Re)Invenção dos Espaços Públicos: O Lazer em Vitória (ES)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Centro de Artes da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito final para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo, na área de concentração Cidade e Impactos no Território.

Aprovada em 04 de julho de 2011.

### **COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. José Francisco Bernardino Freitas  
Universidade Federal do Espírito Santo  
Orientador

---

Profa. Dra. Eneida Maria Souza Mendonça  
Universidade Federal do Espírito Santo

---

Profa. Dra. Maria Ângela Faggin Pereira Leite  
Universidade de São Paulo

Para meus pais, **Maria e Ailton**.  
E para **Fabio**, meu grande companheiro nesta jornada.

## Agradecimentos

Escrever os agradecimentos mostrou-se tarefa árdua, talvez das mais difíceis ao longo da construção desta dissertação. Afinal, muitas pessoas contribuíram, direta ou indiretamente, para a realização deste trabalho, com sugestões, ideias, críticas e opiniões. Outros acrescentaram parcela de amizade, afeto, compreensão e “colo”, sem dúvida, fundamentais para um alcançar os objetivos aos quais me propus, quando decidi aceitar o desafio do mestrado. Temendo esquecer alguém, agradeço a todos os que conviveram comigo ao longo desses mais de dois anos e que, de alguma maneira, fazem parte dessa realização. Dentre tantos, gostaria de destacar algumas pessoas que foram especialmente importantes.

Agradeço ao meu orientador Prof. José Francisco, que conquistou minha admiração, não só por seu conhecimento, mas pela capacidade de dividi-lo. Sou grata pela paciência que teve comigo, pelas horas de leituras gastas no meu trabalho e pelas sugestões úteis e bem-vindas.

Agradeço à Prof.<sup>a</sup> Eneida Mendonça, que tem papel fundamental na minha formação acadêmica e que inspirou meu modo de sentir e compreender a cidade e sua arquitetura.

Agradeço, também, à Prof.<sup>a</sup> Maria Ângela, por ter aceitado o convite de participar desta pesquisa e por suas valiosas dicas na etapa de qualificação.

Agradeço a todos os professores e colegas do PPGAU, que, nas aulas, discussões e *e-mails* trocados, contribuíram para a construção e enriquecimento, não só das idéias apresentadas neste trabalho, mas também do meu entendimento sobre a arquitetura e urbanismo.

Sou grata, ainda, aos participantes da pesquisa, que “embarcaram” prontamente em meu projeto e sem os quais não teria alcançado os resultados que tanto persegui.

Agradeço os meus pais, Maria e Ailton, e ao meu tio Wantuil, que mesmo sem compreenderem o “tamanho dos meus sonhos”, me apoiaram e sempre acreditaram que eu alcançaria o que quer que buscasse.

Minha gratidão a toda a minha (GRANDE) família, principalmente às minhas irmãs Danieli (e ao Francisco, ainda por chegar) e Deisieli, simplesmente por “estarem lá”, sempre. São as minhas fundações, a base de tudo que sou/ serei.

Agradeço especialmente ao Fábio, que por vezes deve ter detestado a este trabalho, pois ele sacrificou muitos momentos que poderíamos ter desfrutado juntos, mas ainda assim incentivou, apoiou e, o melhor de tudo, sempre me cobrou para que eu continuasse e concluísse mais esta etapa de nossas vidas, que vamos construindo juntos.

E acima de tudo a Deus, que providenciou para que eu encontrasse pessoas tão maravilhosas...

## RESUMO

De maneira geral, as cidades se estruturam a partir de uma relação dual entre a propriedade privada e os espaços públicos. Estes espaços materializam, em termos urbanísticos, respectivamente, as esferas privada e pública, em torno das quais se dividem as atividades da vida humana. Os espaços públicos, lugar de representação e interação social, ao longo dos séculos foram submetidos a um processo de transformação contínuo, reflexo das alterações da sociedade que deles se apropriam, transformando-os em territórios de realização de atividades cotidianas. Em alguns períodos, contudo, essas transformações se fazem mais abruptamente, ocasionando reconfigurações físicas ou simbólicas nesses espaços.

No período atual, as transformações nos espaços públicos, mais especificamente nos espaços livres que se prestam à realização do lazer, têm como vetor a coexistência e a sobreposição de territorialidades distintas: os espaços pseudopúblicos ou interiorizados e o ciberespaço. Essa simultaneidade se configura como um fator de transformação sócio espacial, tendo em vista que proporciona a formação de uma multiterritorialidade efetiva no que tange às atividades de lazer.

A partir de análise bibliográfica e dos dados obtidos por meio de atividades empíricas em um conjunto de 14 bairros, agrupados sob a denominação de Baía Noroeste de Vitória, este estudo ocupa-se das interações entre o espaço público tradicionalmente vinculado ao lazer e espaços contemporaneamente, incorporados para tal finalidade. As inter-relações na apropriação desses espaços são consideradas sob a óptica de um público específico, composto por adolescentes e jovens residentes na região de estudo.

**Palavras - chave:** Espaços Livres Públicos; Espaços Interiorizados; Ciberespaço; Lazer; Adolescentes e Jovens.

## ABSTRACT

In general, cities are structured from a dual relationship between private property and public spaces. These spaces materialize in urban terms, respectively, the private and public spheres, around which divide the activities of human life. Public spaces, place of representation and social interaction over the centuries have been subjected to a continuous process of transformation, reflecting changes in society which appropriated them, turning them into territories to carry out daily activities. In some periods, however, these transformations are more abruptly, causing physical or symbolic reconfigurations in these spaces.

In the current period, the transformation of public spaces, more specifically in the spaces that lend themselves to the creation of leisure, have as a vector coexistence and overlap of territoriality distinct spaces pseudopúblicos or internalized and cyberspace. This simultaneity is configured as a factor of socio-spatial processing, in order that provides the formation of a multiterritorialidade effective when it comes to leisure activities.

From literature review and data obtained through empirical activities in a group of 14 districts, grouped under the name Northwest Bay in Victoria, this study deals with the interactions between the public spaces traditionally linked to leisure and contemporary spaces, incorporated for this purpose. The inter-relationships in the appropriation of these spaces are considered from the perspective of a specific audience, composed of teenagers and adolescents in the study region.

**Key - words:** Public Spaces, Spaces internalized; Cyberspace; Leisure, Teens and Young.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1.1 – Baía Noroeste de Vitória: delimitação da área de estudos.....	27
Figura 1.2 – Baía Noroeste de Vitória: mapeamento dos espaços públicos de lazer.....	30
Figura 1.3 – Baía Noroeste de Vitória: vista área da Praça Dom Luís Gonzaga em São Pedro.....	31
Figura 1.4 – Baía Noroeste de Vitória: academia popular em Praça do Bairro São Pedro.....	31
Figura 1.5 - Baía Noroeste de Vitória: Parque Municipal Barreiros.....	32
Figura 1.6 – Baía Noroeste de Vitória: calçadão e ciclovia na orla do Bairro Andorinhas...	34
Figura 1.7 – Baía Noroeste de Vitória: campo de futebol no Bairro Estrelinha.....	35
Figura 1.8 – Baía Noroeste de Vitória: quadras de esporte no bairro São Pedro, localizadas na Praça Dom Luís Gonzaga.....	36

## LISTA DE TABELAS

Tabela 4.1 - Baía Noroeste de Vitória: distribuição populacional por bairro.....	102
Tabela 4.2 - Baía Noroeste de Vitória: principais atividades de lazer praticadas pelos entrevistados. (Resposta livre).....	107
Tabela 4.3 - Baía Noroeste de Vitória: relação entre as atividades de estudo, trabalho e lazer dos entrevistados.....	109
Tabela 4.4 - Baía Noroeste de Vitória: localização e frequência de uso dos espaços de lazer .....	113
Tabela 4.5: Baía Noroeste de Vitória: o lazer nos espaços interiorizados do ponto de vista dos entrevistados.....	120
Tabela 4.6 - Baía Noroeste de Vitória: local de acesso a computadores.....	126
Tabela 4.7 - Baía Noroeste de Vitória: local de acesso ao ciberespaço.....	127
Tabela 4.8 - Baía Noroeste de Vitória: influência do ciberespaço na apropriação dos espaços físicos de lazer.....	128
Tabela 4.9 - Baía Noroeste de Vitória: justificativas apresentadas entre os que alegam não haver influência da <i>internet</i> na apropriação dos demais espaços de lazer.....	130
Tabela 4.10 - Baía Noroeste de Vitória: justificativas apresentadas entre os entrevistados que alegam haver influência da <i>internet</i> reduzindo a apropriação dos demais espaços de lazer.....	132
Tabela 4.11 - Baía Noroeste de Vitória: Justificativas apresentadas entre os entrevistados que alegam haver influência da <i>internet</i> ampliando a apropriação dos demais espaços de lazer.....	133
Tabela 4.12 - Baía Noroeste de Vitória: Grupos de utilização dos espaços de lazer.....	136
Tabela 4.13 - Motivos de impedimento para a apropriação dos espaços de lazer.....	136

## LISTA DE SIGLAS

CAJUN - Caminhando Juntos (Projeto)

CEA - Centro de Educação Ambiental

EEEFM - Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio

EEEM - Escola Estadual de Ensino Médio

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LESTAT - Laboratório de Estatística

PMV - Prefeitura Municipal de Vitória

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

SEME - Secretaria Municipal de Educação

SPSS - Statistical Package for the Social Sciences

UFES - Universidade Federal do Espírito Santo

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 01: O LUGAR DO ESPAÇO PÚBLICO NO CENÁRIO URBANO CONTEMPORÂNEO</b> .....	<b>15</b>
<b>1.1 O que é, afinal, espaço público?</b> .....	<b>20</b>
<b>1.2 A (Re)Invenção dos Espaços Públicos: O Lazer na Baía Noroeste de Vitória</b> .....	<b>24</b>
<u>1.2.1 O cenário geográfico: a Baía Noroeste de Vitória</u> .....	<b>25</b>
<u>1.2.2 O objeto: os espaços públicos de lazer</u> .....	<b>27</b>
<u>1.2.3 Influências das novas práticas de lazer na apropriação dos espaços tradicionais de lazer: uma hipótese a ser investigada</u> .....	<b>39</b>
<u>1.2.4 Os atores: adolescentes e jovens da Baía Noroeste de Vitória</u> .....	<b>40</b>
<u>1.2.5 Objetivos: uma investigação acerca das práticas e locais de lazer dos adolescentes e jovens da Baía Noroeste de Vitória</u> .....	<b>40</b>
<u>1.2.6 Metodologia de Investigação: meios para um fim</u> .....	<b>41</b>
<b>CAPÍTULO 02: A CIDADE E OS ESPAÇOS PÚBLICOS: DA FORMAÇÃO À FRAGMENTAÇÃO CONTEMPORÂNEA</b> .....	<b>48</b>
<b>2.1 Entre o público e o privado: a dialética construção do espaço urbano</b> .....	<b>49</b>
<b>2.2 Rearranjos Territoriais na Era Pós-Industrial: produção, conflitos e apropriações do espaço público nas cidades</b> .....	<b>54</b>
<u>2.2.1 A transformação da cidade a partir do processo de industrialização</u> .....	<b>56</b>
<u>2.2.2 A realidade urbana e os conflitos do espaço livre público na atualidade</u> .....	<b>58</b>
<b>2.3 Urbanização, Fragmentação e Segregação Espacial: as duas faces das cidades brasileiras</b> .....	<b>64</b>
<u>2.3.1 O processo de formação do espaço urbano brasileiro</u> .....	<b>65</b>
<u>2.3.2 Segregação territorial: a cidade formal x a cidade informal</u> .....	<b>68</b>

**2.4 Espaços públicos para que público? Interações entre a produção e a apropriação dos espaços livres públicos para atividades de lazer nas cidades brasileiras ..... 72**

2.4.1 A Baía Noroeste de Vitória: relações tempo – espaço nas apropriações para o lazer ..... 76

**CAPÍTULO 03: DO TERRITÓRIO À MULTITERRITORIALIDADE: O CONTEMPORÂNEO E AS TRANSFORMAÇÕES NO URBANO ..... 78**

**3.1 O território = espaço + apropriação. Uma equação, muitas variáveis ..... 79**

**3.2 Rupturas espaço – temporais: do território real para o território virtual ..... 84**

3.2.1 Da desterritorialização à multiterritorialidade ..... 85

3.2.2 Territórios virtuais: a apropriação do espaço virtual como palco possível de desenvolvimento das relações sociais na contemporaneidade ..... 89

3.2.3 O espaço dos fluxos e sua dimensão pública. Como ficam os espaços livres públicos?.. 95

**CAPÍTULO 04: AS DIMENSÕES DO LAZER NA BAÍA NOROESTE DE VITÓRIA (ES): DOS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS AO CIBERESPAÇO ..... 99**

**4.1 O Público: adolescentes e jovens residentes nos bairros da Baía Noroeste de Vitória ..... 100**

4.1.1 Estudo e Trabalho x Lazer: implicações entre as atividades cotidianas dos jovens e adolescentes ..... 103

**4.2 O lazer nos espaços livres públicos ..... 112**

4.2.1 Praças ..... 115

4.2.2 Parques Públicos ..... 116

4.2.3 Ciclovia e Calçadão ..... 117

4.2.4 Campo de Futebol ..... 117

4.2.5 Quadra de Esportes ..... 117

4.2.6 Rua e/ou Terreno Vazio Apropriado em Atividades de Lazer ..... 118

4.2.7 Praia ..... 118

4.2.8 Outros ..... 119

**4.3 O lazer nos espaços interiorizados ..... 119**

<u>4.3.1 Shopping Center</u> .....	121
<u>4.3.2 Cinema</u> .....	122
<u>4.3.3 Teatro</u> .....	123
<u>4.3.4 Escola Aberta</u> .....	123
<u>4.3.5 Outros</u> .....	123
<b>4.4 O lazer no ciberespaço</b> .....	125
<u>4.4.1 O avanço do ciberespaço frente às demais dimensões do lazer</u> .....	131
<b>4.5 As interações entre as dimensões do lazer dos adolescentes e jovens na Baía Noroeste de Vitória: algumas considerações</b> .....	134
<u>4.5.1 A formação dos territórios de lazer: os grupos e os conflitos na apropriação dos espaços livres públicos</u> .....	135
<u>4.5.2 Apropriações para o lazer: condicionantes e interferências</u> .....	136
<b>CAPÍTULO 05: PERSPECTIVAS PARA OS ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER NA ERA DIGITAL: CONSIDERAÇÕES DO ESTUDO</b> .....	140
<b>5.1 O espaço livre público urbano no contexto contemporâneo: permanências e transformações</b> .....	143
<b>5.2 Os espaços interiorizados: a dimensão semi-pública do lazer na cidade contemporânea</b> .....	146
<b>5.3 O ciberespaço: o advento de uma dimensão de lazer inédita</b> .....	149
<b>5.4 O lazer em bases multiterritoriais</b> .....	151
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	156
<b>ANEXOS</b> .....	165
<b>Anexo 01: Instrumento de Coleta de Dados: Questionário de Entrevista Indireta</b> .....	166

## CAPÍTULO 01

### O LUGAR DO ESPAÇO PÚBLICO NO CENÁRIO URBANO CONTEMPORÂNEO

Historicamente, a construção e a consolidação das cidades se estruturaram na interação dicotômica entre os espaços de uso público e os espaços privados, cujas territorialidades físicas eram demarcadas. Nas últimas décadas, as inovações tecnológicas e sua inserção e popularização na vida cotidiana possibilitaram o acesso a uma nova morfologia espacial – o espaço virtual - que irrompeu as barreiras da territorialidade física.

A cidade está se transformando na velocidade das trocas informacionais planetárias, modificando o próprio imaginário das cidades. As transformações são sucessivas, desde as necrópolis antigas, passando pelas cidades muradas medievais, as cidades industriais e do automóvel do século XX, chegando agora à cidade de bits, a etopia. Trata-se, nesse começo de século XXI, da consciência de viver em uma nova cidade, em um novo espaço urbano, espaços globais regidos pelo tempo real, imediato do mundo globalizado. (LEMOS, 2004, p. 23).

O acesso à tecnologia, ao permitir novas possibilidades de realização das atividades humanas vem contribuindo, em associação a outros fatores e agentes, para alterações significativas nas esferas da vida pública e privada. Consequentemente, contribui para alterações nas formas de apropriação e vivência nos espaços públicos e privados. Tais transformações ocorrem em escala global, ainda que se processem de formas desiguais. Alcançam o meio não urbanizado, como indica Solà-Morales (1996), conectando-o globalmente, atenuando as fronteiras campo-cidade e possibilitando apropriações de novos territórios através da tecnologia. Mas, é nos aglomerados urbanos, onde as interações entre o público e o privado são mais habituais, que estas transformações se fazem mais evidentes.

Apesar das transformações urbanas não serem fenômeno inerente à contemporaneidade, a velocidade, a voracidade e a visibilidade dessas transformações são peculiares à nossa época. As inovações tecnológicas potencializaram um processo, ainda em curso, de transformação na vida contemporânea, acentuadamente nas formas de comunicação e transmissão de informação. Neste âmbito, a tecnologia inovou ao criar possibilidades de

conexão e interação virtual em tempo real, através da rede mundial de computadores (*internet*), independente da localização territorial do usuário.

Esta nova realidade urbana, principalmente nas grandes metrópoles, faz com que conceitos tradicionais e arraigados sejam postos em cheque e/ou constantemente reformulados. Nesse contexto, propõe-se uma indagação: qual o significado dos espaços públicos tradicionais – rua, praça, parque, e outros - na cidade atual, em muitos casos inserida globalmente através das redes virtuais de conexão, principalmente no tangente a comunicação e interação social? A busca por esta resposta representa a motivação principal deste estudo, que tem por objeto os espaços públicos urbanos, enquanto *lócus* de realização/ materialização das relações sociais cotidianas.

A morfologia das cidades e os mecanismos sociais, econômicos e urbanísticos de sua produção são temáticas recorrentes, abordadas em estudos das áreas urbanísticas, da sociologia e da antropologia urbana, da comunicação, entre outras tantas áreas de conhecimento. Recentemente, o acesso à tecnologia, que possibilitou a transposição da barreira física e a ascensão da multiterritorialidade como forma de vivência urbana, foi incorporado como elemento de discussão da lógica estrutural urbana.

Assim sendo, o debate acerca do cenário urbano contemporâneo envolve, neste trabalho, aspectos correlatos às interações entre a esfera pública e privada na cidade, à produção do espaço público na atualidade e as possibilidades e transformações ocorridas no espaço urbano, sobretudo, aquelas impulsionadas pelos avanços nas tecnologias de informação e comunicação, além do contexto social da produção urbana hoje.

As interações entre as esferas pública e privada inferem conotações próprias no espaço urbano, na medida em que condicionam a apropriação dos espaços públicos. Para Mendonça (2007) o entendimento do âmbito público-privado é um dos fatores que contribui para modificações nas relações humanas no e com o espaço público. Sobre essa relação, Hannah Arendt (2005) <sup>1</sup> apresenta importantes contribuições.

A divisão das atividades humanas entre a esfera pública e a esfera privada e suas interações constituem uma das temáticas trabalhadas por Arendt (2005). A partir de uma abordagem histórica, a autora realça a participação política na Grécia e Roma Antigas em contraposição à progressiva desvalorização da esfera pública na contemporaneidade, segundo seu entendimento. Para Queiroga *et al.* (2009) Arendt (2005) aponta para uma

---

<sup>1</sup> A Condição Humana, obra publicada originalmente em 1958.

inversão de valores na atualidade, na qual a lógica privada ganha dimensão pública, transformando-se em interesse coletivo.

Sob a orientação de Queiroga *et al.* (2009), considera-se que Habermas (1984)<sup>2</sup> reitera a concepção de Arendt (2005) acerca da divisão das atividades humanas em duas esferas. Contudo, amplia a abrangência da esfera pública, tornando-a mais complexa, ao agregar-lhe aspectos da vida social, a partir da formação da sociedade burguesa. Para o autor, a esfera pública abrange todas as atividades da vida em público, tenham elas caráter político (como indica Arendt) ou não.

O assunto é abordado também por Sennett (1988)<sup>3</sup>, que promove uma análise das mudanças que ocorreram entre as esferas da vida pública e da vida privada na sociedade pós-industrial, e, em que medida a valorização da última altera as relações sociais que se desenvolvem no espaço urbano.

Freyre (2006)<sup>4</sup>, DaMatta (2000)<sup>5</sup> e Leite (2007)<sup>6</sup> trazem contribuições referentes ao intercâmbio público-privado na formação da sociedade brasileira, auxiliando na compreensão das causas sociológicas da apropriação ou não dos espaços livres públicos para atividades de lazer no país. Os autores revelam que, diferentemente do ocorrido nas sociedades clássicas, no Brasil, a gênese da sociedade ocorreu num contexto de hipervalorização da propriedade privada.

O espaço urbano contemporâneo também se constitui como elemento de análise neste estudo. Produto de novas interfaces entre as esferas pública e privada, esse espaço se constrói de maneira distinta na contemporaneidade. Contudo, em diversos outros períodos da história, como fundamentam Benévolo (2003), Mumford (1998) e Moreno (2002), entre outros, ocorreram transgressões e rupturas na relação público-privado que impuseram transformações no espaço urbano, assim como observado na atualidade.

Ghel e Gemzoe (2002) indicam, inclusive, que diversos “momentos” ou “estágios” urbanos podem ser verificados atualmente em cidades distintas, e até mesmo em uma única cidade. Enquanto a desvalorização nos espaços públicos é discutida e revertida em algumas cidades, principalmente na Europa, inúmeros outros espaços são erodidos pela crescente invasão do automóvel e, acrescenta-se, pela competição com outros espaços que possibilitam as sociabilidades contemporâneas.

---

<sup>2</sup> Mudança Estrutural na Esfera Pública, edição original datada de 1962.

<sup>3</sup> O Declínio do Homem Público, publicado em 1974.

<sup>4</sup> Casa Grande e Senzala, obra publicada originalmente em 1933.

<sup>5</sup> A Casa e a Rua, publicação original em 1984.

<sup>6</sup> Contra Usos da Cidade, publicado em 2004.

A temática do espaço urbano é abordada também por Solà-Morales (1996/2001/2002), Gausa (1996) e Harvey (2004). Os autores destacam em suas obras a expansão das fronteiras urbanas e a propagação de um modo de urbanização universal que, embora se adapte a alguns condicionantes locais, imprime a fragmentação e a segregação nas cidades contemporâneas.

No Brasil a urbanização extensiva, ocorrida a partir da segunda metade do século XX, produziu/reproduziu processos de segregação espacial e fragmentação. Santos (1985/1988/1996/2002/2004/2005) aborda questões acerca da constituição das cidades brasileiras, sob o enfoque dos processos socioeconômicos e espaciais, revelando os responsáveis pela fragmentação e segregação territorial apresentadas hoje. Segundo o autor, com as inovações da tecnologia, o espaço passou de território onde todos se encontram a um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações.

Ainda quanto ao processo de constituição urbana brasileira, Maricato (2008) apresenta importantes contribuições, sobretudo no que diz respeito às ocupações informais e/ou ilegais, que correspondem à grande parcela do território urbano nacional. A autora afirma que o tecido urbano desagregado e heterogêneo das cidades brasileiras hoje é consequência dessa ocupação, que acarretou prejuízos socioeconômicos, espaciais e ambientais.

Também Carlos (2001/2004) traz reflexões sobre o urbano, propondo análises a respeito do tempo e do espaço na metrópole e buscando revelar conteúdos e processos fundantes da cidade e da sociedade contemporânea. A autora afirma que a cidade, atualmente, se reproduz por um empobrecimento das relações sociais, cooptado pelo mundo da mercadoria e dos negócios. Segundo a mesma, a cidade já não é voltada principalmente para a vida urbana, mas para a reprodução econômica. O espaço urbano torna-se, nesse contexto, uma mercadoria.

Carlos (2001/2004) reitera as concepções de Lefebvre (1991), que afirma que a cidade e o espaço público são vistos como produtos vinculados à reprodução das relações de produção. Para o autor, a cidade é moldada a partir do ideal capitalista, no sentido de auxiliar na superação das suas crises e constituir-se como parte das soluções espaciais adotadas, como ajustes nos sistemas produtivos e nas formas de circulação e consumo. Sendo assim, *shoppings centers*, parques temáticos e condomínios fechados são “produtos” que representam formas distintas para antigas práticas de consumo, lazer e moradia, respectivamente.

A discussão do cenário urbano contemporâneo alcança, ainda, as transformações impressas pela tecnologia, notadamente pelas inovações vinculadas a comunicação e a transmissão de informações no espaço virtual.

Lévy (1993/1996/1999/2003) apresenta o conceito de espaço virtual – por ele denominado ciberespaço- como um novo meio de comunicação, de pensamento e de trabalho para as sociedades humanas. O autor propõe discussões sobre como a cultura, os vínculos sociais e as práticas humanas estão sendo afetados pelo espaço virtual. Essas mudanças comportamentais da sociedade podem ter reflexos nas formas de vivência e apropriação dos espaços de desenvolvimento das atividades humanas, tanto aquelas vinculadas à esfera pública, quanto as pertencentes à esfera privada. O espaço virtual provoca uma ruptura nos limites do público e do privado, pois se configura como um espaço de domínio público (ainda que com algumas restrições) acessível dentro do espaço privado.

Haesbaert (1993/2005/2007/2010) propõe uma discussão teórica sobre as concepções contemporâneas de território, territorialidade e multiterritorialidade. Esta última, para o autor, se configura como uma experiência concomitante de múltiplos territórios e/ou territorialidades, seja de forma sucessiva (por mobilidade física, por exemplo), seja de forma simultânea (por "mobilidade virtual" ou "cibermobilidade"). Para o autor, a disponibilidade do "recurso" multiterritorial é estrategicamente relevante na atualidade e encontra-se acessível apenas a uma minoria, revelando, também, a existência de segregação no espaço virtual.

As interações entre a esfera pública e privada, a produção do espaço público e as possibilidades e transformações ocorridas nesse espaço na atualidade se constituem como temáticas principais do estudo a ser apresentado. Os espaços públicos, componentes fundamentais do espaço urbano, são analisados a partir desses eixos temáticos e das contribuições de autores referenciais, como os já apresentados. A análise aborda a capacidade desses espaços de mediar às mudanças nas esferas da vida pública e privada, dependendo de sua proposição como elementos de separação ou sobreposição entre essas esferas.

Os espaços públicos são considerados, neste estudo, no âmbito da cidade atual. Na qual são produzidos mediante condições espaço-temporais inéditas, que podem estar interferindo consideravelmente no comportamento e percepção da população em relação eles.

## 1.1 O que é, afinal, espaço público?

A discussão acerca dos espaços públicos, especialmente quanto a sua inserção na cidade contemporânea e apropriação cotidiana, demanda uma delimitação conceitual prévia do objeto de análise. Afinal, o que vem a ser espaço público?

Primeiramente, cabe diferenciar esfera pública e espaço público, termos muitas vezes confundidos e que, apesar de não serem sinônimos, apresentam relações e rebatimentos complexos. Por esfera pública, que será discutida adiante, Arendt (2005) compreende a ação política. Segundo Queiroga *et al.* (2009), Habermas (1984) adiciona ao conceito de Arendt as ações sociais e de mercado. Baseado nessas concepções entende-se por esfera pública o conjunto de ações humanas que podem ser vistas e ouvidas pelos outros.

Quanto aos espaços públicos, Queiroga *et al.* (2009, p.87) considera-os “como aqueles em que se verificam as ações da esfera pública”, portanto, o espaço de realização da esfera pública no sentido mais amplo, que envolve ações políticas, sociais e mercadológicas.

Para Arroyo (2005, s/p) o espaço público, de maneira geral, pode ser entendido como um espaço “[...] que dá realidade material e simbólica à cidade. Entendendo-o como um território específico dotado de suas próprias marcas e signos de delimitação”. O autor aponta como principais atributos do espaço público a generalidade (refere-se à cidade como uma totalidade) e a coletividade (para uso de todos os cidadãos). Arroyo (2005) salienta, ainda, que os espaços públicos são regidos pelo direito público e representam uma hierarquia de ordenamento urbano, *a priori*, correspondente a interesses superiores, por representarem o bem comum. Nessa acepção os espaços públicos são, portanto, territórios demarcados dentro da cidade, dotados de função morfológica e social.

Serpa (2007) considera o espaço público como o espaço da ação política ou da possibilidade dessa ação, numa definição referenciada na concepção de Arendt (2005). Considera-o, também, um produto de consumo para poucos, cuja produção e reprodução estão vinculadas ao sistema capitalista em escala mundial. Além disso, na concepção do autor, o espaço público é visto como espaço simbólico de reprodução cultural.

A abordagem conceitual do espaço público também é discutida na obra de Hetzberger (1999). Este autor defende uma diferenciação gradual entre os polos público e privado, considerando questões como acessibilidade, forma de uso e população usuária. Os conceitos de público e privado podem ser entendidos, então, como tradução em termos espaciais de coletivo e individual. Há que se considerar, nesse sentido, que a flexibilização da classificação, mediante a fatores complementares, pode definir um espaço ao mesmo

tempo público e privado. Como exemplo, podemos elencar uma praça, de domínio público por natureza e direito. Ao ser apropriada por um determinado grupo, esta praça passa a ser um espaço específico sem, contudo, perder sua natureza pública.

De maneira análoga, DaMatta (2000) aborda a diferenciação entre espaço público e espaço privado sob a óptica antropológica da apropriação da rua e da casa pelo indivíduo. O autor aponta o estabelecimento de uma relação dinâmica e complementar entre os dois tipos de espaço. A relação com o espaço, seja público ou privado, tratado como apropriação está diretamente ligada à estruturação e à transformação urbana. Isso porque, a natureza de um espaço pode ser fator determinante das relações sociais que nele se desenvolvem, assim como essas relações podem determinar a natureza de um espaço. Por esse entendimento, o que determina se o espaço é público ou privado é o uso que se faz dele. Mesmo que um espaço seja destinado a um fim específico, nem por isso desempenhará a função para a qual foi construído. Os tipos de uso, ou o não uso, são determinados pelos valores da população que o utiliza.

Entendimento semelhante é apresentado por Nishikawa (1984), para quem as apropriações são eventos rotineiros, que podem ser traduzidos como indicadores de demandas em relação aos espaços livres públicos ou da necessidade de flexibilizações e reestruturação física dos mesmos.

Para Leite (2007), o conceito de espaço público apresenta conotações distintas, mas que se relacionam e se complementam. Segundo o autor, o espaço público pode ser definido em função de sua propriedade, sendo, então, um espaço urbano aberto de propriedade pública do Estado. Pode ser definido também em função de sua significação sociopolítica e urbana, constituindo o espaço signo das relações entre as representações de poder que estruturam paisagens urbanas. Pode, ainda, ser considerado como espaço da esfera pública, na qual os indivíduos como cidadãos engajados politicamente podem ver e ser vistos e se deparam com formas de solidariedade social, numa conceituação que se aproxima do ideário de Arendt (2005) e Habermas (1984).

Assim como as definições, as dimensões do espaço público são diversas. Alcançam desde a dimensão estatal (marco normativo onde se faz presente a gerência estatal), passando pelas dimensões políticas (local de exercício da cidadania, da consciência política) e socioculturais, até finalmente tomar a dimensão de espaço de realização da vida, locais que possibilitam práticas cotidianas de lazer, de consumo, de circulação, convívio, etc.

Esses conceitos, no entanto, parecem estar cada vez mais diluídos e difusos na cidade e sociedade contemporâneas. A concepção de público e privado tem se afastado do conceito original, na medida em que novos tipos de espaços (privados, semiprivados ou semipúblicos) parecem haver assumido a função de abrigo da vida coletiva urbana. Abertos, em tese, de maneira irrestrita ao público, esses espaços, localizados no interior de áreas comerciais (*shopping centers*, casa de recepções) ou mesmo residenciais (condomínios horizontais ou verticais) podem estar se configurando, atualmente, como o palco mais atrativo de eventos profissionais e familiares. Parece evidente que um novo conceito de público está em construção, associado ao desenvolvimento de novas sociabilidades. Sennett (1988), segundo indicação de Queiroga *et al.* (2009), assinala o fato, tratando-o como um desdobramento do capitalismo urbano moderno, que culmina por decretar o declínio do homem público e a morte do espaço público em sua acepção mais tradicional.

Os novos espaços públicos, semipúblicos ou pseudopúblicos podem ocultar as diferenças, os conflitos e as possibilidades sociais da cidade. É o que se define, neste trabalho, como ressignificação do espaço público, que obriga a uma reinvenção dos espaços e das atividades nele produzidas.

Dentre esses novos espaços públicos o ciberespaço, a rede mundial de computadores, deve ser destacado. O ciberespaço é entendido como espaço-tempo eletrônico, criado pelas redes de comunicação e as interconexões entre computadores multimídia. O termo foi cunhado pelo escritor William Gibson em sua obra “*Neuromancer*”, de 1984, em analogia ao espaço sideral. O termo designa todo o conjunto de computadores e atividades que constituem a *internet*.

O ciberespaço é o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. O termo especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo. (LÉVY, 1999, p. 17)

Queiroga *et al.* (2009) salientam, baseado na obra de Habermas (2006), que mídias de informação e telecomunicação integram a esfera pública. Por conseguinte, o espaço virtual, onde elas se desenvolvem, pode ser considerado um espaço público. Baseado nas delimitações defendidas por Hertzberger (1999) pode-se afirmar que o espaço virtual é uma gradação de espaço público, uma vez que o acesso a ele é parcialmente restrito. Mas, ele não é menos público, por exemplo, que um parque cercado, cuja entrada é restringida por meio de barreiras físicas e/ou limitada a certos horários.

Dentro da categoria dos espaços públicos, que compreende imensa gama de possibilidades, interessam-nos, de modo particular, os espaços livres. Segundo definição de Carneiro e Mesquita (2000), os espaços livres são áreas inseridas na estrutura urbana, parcialmente edificadas, com nenhuma ou mínima proporção de elementos construídos e com presença efetiva ou não de vegetação.

Queiroga *et al* (2009), em seu trabalho sobre sistemas de espaços livres em metrópoles brasileiras, adota o entendimento de Magnoli (1982), um pouco mais específico, sem contudo ser contraditório ao conceito anteriormente exposto. Segundo o autor, espaço livre é compreendido como:

[...] todo espaço não ocupado por edifícios, espaço aberto zenitalmente, independente da maior ou menor presença de elementos naturais, de contar ou não com a presença de vegetação, ser urbano ou rural, ser de propriedade pública ou privada, destinado a pedestres, aos veículos, à preservação de ecossistemas e outros fins assemelhados. (MAGNOLI, *apud* QUEIROGA *et al.*, 2009, p. 86).

O interesse específico nesse tipo de espaço deve-se as suas características formais e de acessibilidade, que favorecem a sua apropriação pela população.

Baseado nos conceitos e delimitações apresentados, para fins deste trabalho, os espaços livres públicos são compreendidos como:

- Espaço de propriedade pública inserido na cidade, de uso coletivo, territorialidade física e de caráter formal ou não. Apresentam pouco ou nenhum grau de restrição de acesso. São os espaços tradicionalmente concebidos como públicos. Como exemplo, se pode mencionar rua, parque, praça, orla, campos de futebol, quadras esportivas, entre outros.

Mais do que o elemento espaço livre público isolado, este estudo ocupa-se das interações entre eles e os novos tipos de espaço voltados para práticas públicas, oriundos das transformações urbanas e sociais comentadas. Sendo assim, são analisadas as interfaces do espaço livre público com:

- Espaços Interiorizados, entendidos como espaços de uso coletivo, territorialidade física, abertos ou não. Estes apresentam pouco ou nenhum grau de restrição de acesso, ainda que sejam de propriedade particular. Como exemplo, se pode mencionar praças de alimentação, *shoppings centers*, teatros, cinema, parques temáticos, etc.

- Ciberespaço, formado pelas redes telemáticas, cujos processos e interfaces são virtuais. Apresenta restrições de acesso, tendo em vista a necessidade de equipamentos e técnicas específicos para ser apropriado.

Tendo delimitado o conceito de espaço público para este estudo, propõe-se examinar as relações entre as suas tipologias ou dimensões, que se desenvolvem na cidade contemporânea. Essa abordagem é efetuada a partir do enfoque específico das atividades de lazer desenvolvidas no território da Baía Noroeste de Vitória. As razões dessa delimitação são apresentadas a seguir.

## 1.2 A (Re)Invenção dos Espaços Públicos: O Lazer na Baía Noroeste de Vitória

O espaço urbano, segundo Santos (2002), está em constante mutação e é resultado da interação entre seus elementos constituintes. Contudo, para Dias (2005), a partir do século XX, essas transformações ocorrem de forma acelerada. Para Santos, a importância dos espaços públicos vem sendo alterada, moldada segundo paradigmas relacionados a um novo modo de vida urbano, que privilegia as atividades da esfera privada. Essas transformações, entre outros fatores, são vinculadas às grandes inovações científicas e tecnológicas alcançadas pela humanidade neste período, principalmente nas áreas de comunicação e informação, destacando-se a telefonia móvel e a *internet*. Sobre esse período Castells (2008) relata

[...] no final do século XX vivemos um desses raros intervalos da história. Um intervalo cuja característica é a transformação de nossa “cultura material” pelos mecanismos de um novo paradigma tecnológico que se organiza em torno da tecnologia de informação. (CASTELLS, 2008, p. 67)

Segundo autores como Arroyo (2005), Dias (2005) e Carlos (2001/2004), tal transformação resulta na crescente especialização do espaço dentro da cidade, no deslocamento de formas de entretenimento para recintos fechados, no crescimento do uso de veículos, no progressivo desinteresse, ainda que temporário pelas práticas coletivas, e no consequente esvaziamento ou diminuição das apropriações do espaço público tradicional - parques, praças, etc. Na cidade contemporânea o espaço livre público compete com os espaços interiorizados e o espaço virtual, havendo uma dispersão no “lugar” onde se efetivam as relações sociais cotidianas, as trocas de informação e da formação de uma consciência política.

Nesse contexto, o entendimento da produção, inserção, apropriação e assimilação cotidiana de espaços livres públicos podem ajudar a compreender o processo de estruturação e

transformação da cidade contemporânea e tornar-se importante ferramenta na elaboração de estratégias de gestão urbana.

### 1.2.1 O cenário geográfico: a Baía Noroeste de Vitória

A verificação e a análise da interação entre o espaço livre público- objeto de investigação deste estudo- e os novos espaços potenciais de lazer poderá ser feita a partir de um território geográfico, onde se façam presentes e/ou acessíveis todas as “categorias espaciais” consideradas. Neste estudo, os esforços serão empreendidos no sentido de compreender essas interfaces, tendo por cenário uma região do município de Vitória (ES) denominada Baía Noroeste, mostrada na Figura 1.1.

Vitória é a capital do estado do Espírito Santo e o município central da Região Metropolitana capixaba. Possui relevância no contexto regional e nacional, devido, principalmente, a seu complexo portuário e malha rodoviária, além de ter implantado em seus limites instalações industriais de grande porte. Segundo dados do Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população urbana de Vitória (que possui perímetro urbano coincidente com limites territoriais, não possuindo o município, portanto, área rural) somava 325.453 habitantes.

A cidade de Vitória experimenta atualmente, em comum com outras cidades ocidentais localizadas em países em desenvolvimento, transformações que lhe conferem textualidades morfológicas inéditas. Essas transformações, num contexto sociocultural e econômico próprios podem estar alterando as interpretações, os modos de produção e as apropriações dessa cidade, modificando também as possibilidades de configuração do espaço público.

Este trabalho propõe-se a analisar e avaliar esse processo de transformação, a partir de um recorte geográfico, com intuito de facilitar sua compreensão e identificar as marcas que imprime sobre o território. Definiu-se, então, por estudar a Baía Noroeste de Vitória. A escolha da região remete ao seu processo de ocupação espontânea e relativamente recente, com urbanização posterior. Esse processo é característico da produção urbana brasileira no período pós-industrial (ver Capítulo 02) e revela padrões de fragmentação e segregação sócio espacial.

Na Baía Noroeste de Vitória, a estruturação das dimensões de lazer – espaços livres públicos, espaços interiorizados e ciberespaço- ocorreu em períodos temporalmente pouco distanciados, até mesmo concomitantes. Grande parte dos espaços livres públicos, entre

eles os espaços voltados para o lazer, foram implantados na região nos anos 1990, quando se deu a urbanização da maior parte áreas ocupadas nas décadas anteriores. Algumas praças e outros espaços usados para o lazer foram implantados em períodos anteriores, contudo, em número reduzido frente aos investimentos da década de 1990.

Nesse período, a apropriação de espaços interiorizados para o lazer já era prática frequente, favorecida pela popularização do automóvel e pelas próprias características de tais espaços, que reproduziam de forma controlada as funções e atividades dos espaços livres públicos.

Já na primeira década do século XXI, o ciberespaço tornou-se acessível e popularizou-se mesmo entre as camadas menos favorecidas economicamente, que no caso da Baía Noroeste de Vitória representam a maior parcela populacional. Nesse cenário, acredita-se que as transformações nas práticas de lazer, decorrentes da coexistência de diversos espaços potenciais para sua realização, se fazem mais perceptíveis.

Não há uma delimitação oficial da Baía Noroeste de Vitória. A região, estudada por vários pesquisadores, recebeu diversas demarcações relacionadas ao âmbito das pesquisas desenvolvidas. Segundo Barbosa (2005), por exemplo, o território da Baía Noroeste compreende a faixa que se estende entre as poligonais 8, 9, 10, 11 e 12 tomando por referência o Projeto Terra<sup>7</sup>.

Para fins deste estudo, fica estabelecida como delimitação da Baía Noroeste de Vitória a porção oeste/ norte da ilha de Vitória, entre a Ponte Edgar Gomes Feitosa (Ponte da Passagem) e a Ponte Desembargador Paes Barreto (2<sup>o</sup> Ponte); na faixa territorial compreendida entre a Rodovia Serafim Derenzi e a Baía de Vitória. Tal delimitação corresponde à proposta de Mendonça (2004), adotada em diversos trabalhos coordenados pela autora na região. Com esse recorte, os bairros que compõem a região a ser estudada são: Andorinhas, Joana d'Arc, Santa Martha, Resistência, Nova Palestina, Redenção, Santo André, Ilha das Caieiras, São Pedro, Grande Vitória, Estrelinha, Inhanguetá, Santo Antônio e Mário Cyprestes, todos identificados na (Figura 1.1). O conjunto de 14 bairros está disposto quase que linearmente ao longo da Rodovia Serafim Derenzi, importante eixo rodoviário de Vitória e que é, também, o principal acesso aos bairros (se não o único viável).

---

<sup>7</sup> Projeto de urbanização e regularização fundiária, desenvolvido em bairros da porção oeste e norte do município de Vitória.



**Figura 1.1 – Baía Noroeste de Vitória: delimitação da área de estudos.**

Fonte: Google Earth. Intervenção da autora.

### 1.2.2 O objeto: os espaços públicos de lazer

O foco de interesse deste estudo são os espaços livres públicos, já delimitados. Contudo, essa categoria de espaço abrange uma gama diversa de tipologias. Segundo Carneiro e Mesquita (2000), considerando a função a que se destinam os espaços livres públicos podem ser definidos como espaços de circulação, recreação, composição paisagística e de equilíbrio ambiental. Diante da abrangência e complexidade do assunto, faz-se necessário um recorte temático, que possibilite uma análise mais expressiva e contundente sobre a relação homem-espaço público na cidade atual. O estudo dos espaços públicos será, então, realizado a partir do enfoque específico dos espaços de recreação ou lazer.

Lazer é entendido como um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se, segundo Dumazedier (1976), de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se. Ou ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais. Acredita-se, então, que tais espaços são os mais suscetíveis às transformações oriundas de mudanças de práticas sociais, pois as atividades nele executadas expressam mais livremente os desejos dos cidadãos.

Portanto, o objeto de estudo a ser considerado são os espaços públicos livres destinados prioritariamente a atividades de lazer, dentre os quais estão parques, praças, orlas, campos de futebol, quadras de esportes, calçadões e ciclovias.

Embora as questões inerentes aos espaços públicos urbanos na contemporaneidade sejam pauta recorrente nas discussões de estudiosos e teóricos de distintos segmentos sociais e científicos, a maior parte destas reflexões está focada no entendimento das novas espacialidades produzidas formalmente. Então, os objetos de estudo são os espaços públicos formais, que no tocante aos espaços destinados a prática de lazer, são praças, parques, dentre outros.

Nesta pesquisa, além das apropriações e vivências coletivas desses espaços (que estão sendo gradativamente alteradas na contemporaneidade), são abordados também os processos de apropriação e as práticas correntes em espaços informais, voluntariamente criados pela população para suas práticas de lazer. Acredita-se que esses espaços, por estarem livres dos formalismos projetivos e serem oriundos de intervenções populares no território urbano, seguem diretrizes constitutivas que refletem anseios e necessidades da população.

Os espaços livres públicos de lazer localizados na região de estudo são identificados em um mapeamento cujos resultados apresentam-se na Figura 1.2. O levantamento dos espaços potencialmente apropriados para o lazer na Baía Noroeste de Vitória desenvolveu-se a partir de informações obtidas *in loco*<sup>8</sup>, em pesquisas anteriormente desenvolvidas e informações contidas na página eletrônica da Prefeitura Municipal de Vitória (PMV). Esse levantamento considera as categorias de espaços livres públicos, relacionadas a seguir:

### Praças

Segundo Carneiro e Mesquita (2000), praças, em geral, são espaços livres de recreação inseridos na malha urbana com função de organizar a circulação e promover a amenização do espaço urbano. Possuem área equivalente à da quadra e, geralmente, apresentam elementos como vegetação, mobiliário lúdico, canteiros etc. Robba e Macedo (2002), em seus estudos sobre praças contemporâneas, as definem a partir de duas premissas básicas: uso e acessibilidade. Os autores conceituam as praças como espaços livres urbanos

---

<sup>8</sup> O levantamento *in loco* foi dividido em 04 visitas aos bairros, conforme datas abaixo, todas no período matutino.

1º visita: bairros Andorinhas, Santa Martha e Joana D'Arc, em 05 de outubro de 2010 (terça-feira).

2º visita: bairros Resistência, Nova Palestina e Redenção, em 19 de outubro de 2010 (terça-feira).

3º visita: bairros Santo André, Ilha das Caieiras, São Pedro e Grande Vitória, em 26 de outubro de 2010 (terça-feira).

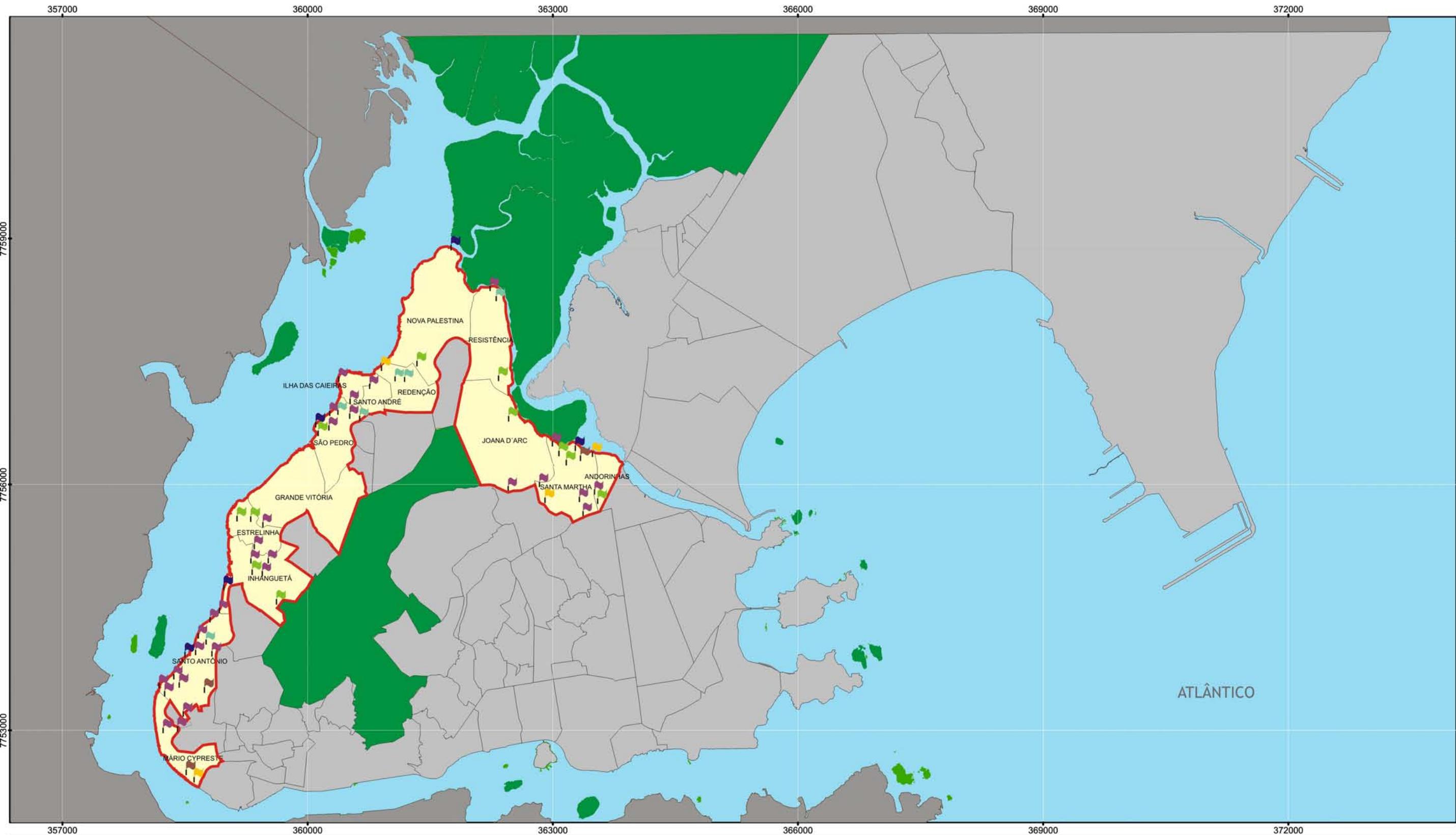
4º visita: bairros Estrelinha, Inhanguetá, Santo Antônio e Mário Cyprestes, em 09 de novembro de 2010 (terça-feira).

destinados ao lazer e ao convívio da população, acessíveis aos cidadãos e livres de veículos. Baseado nesses autores considera-se praça o espaço livre urbano destinado à recreação, lazer e convívio, com acessibilidade livre e dotado de vegetação e/ou algum tipo de mobiliário.

A partir da definição adotada, constata-se a existência de praças em 10 dos bairros da Baía Noroeste de Vitória: Santa Martha, Joana D'Arc, Resistência, Santo André, Ilha das Caieiras, São Pedro, Estrelinha, Inhanguetá, Santo Antônio e Mário Cyprestes. Em dois bairros são identificadas praças nas divisas com outros bairros: Andorinhas (divisa com Santa Martha) e Grande Vitória (duas praças na divisa com Estrelinha e Condusa). Já em Nova Palestina e Redenção não se identifica essa categoria de espaço público.

Em Santo Antônio verificou-se a maior concentração de praças, totalizando 08 espaços dessa natureza. Dentre elas se destaca a Área de Lazer Stella Coimbra, também chamada Parque da Prainha, que conta espaços para a prática de esportes, academia popular e ciclovia e calçadão que interliga o bairro ao vizinho Inhanguetá.

FIGURA 1.2- BAÍA NOROESTE DE VITÓRIA: MAPEAMENTO DOS PÚBLICOS DE LAZER.



**LEGENDA**

Limite

- Bairros
- Baía Noroeste de Vitória (BNV)

**Bairros**

- Bairros da BNV
- Demais bairros de Vitória
- Áreas Verdes

**Espaços Públicos de Lazer**

- Praça
- Parque Público
- Calçadão/ Ciclovia
- Quadra de Esporte
- Campo de Futebol
- Outros Espaços Formais

ESCALA:

0 440 880 1,760 2,640 m

**NOTA:**  
Mapeamento realizado a partir de levantamento de dados em campo.

**FONTE DA BASE DIGITAL:**  
Prefeitura Municipal de Vitória  
Gerência de Informações Municipais

**INFORMAÇÕES:**  
Projeção Universal Transversa de Mercator  
Datum Horizontal: SIRGAS 2000  
Datum Vertical: Marégrafo de Ibituba - SC  
Origem: Equador e Meridiano -39° Greenwich  
Março - 2011

Também na Praça Dom Luís Gonzaga, em São Pedro, mostrada nas figuras 1.3 e 1.4, está implantada uma academia popular.



**Figura 1.3 – Baía Noroeste de Vitória: vista área da Praça Dom Luís Gonzaga em São Pedro.**

Fonte: Google Earth. Data: 06 de outubro de 2010, acessada em maio de 2011.



**Figura 1.4 – Baía Noroeste de Vitória: academia popular em Praça do Bairro São Pedro.**

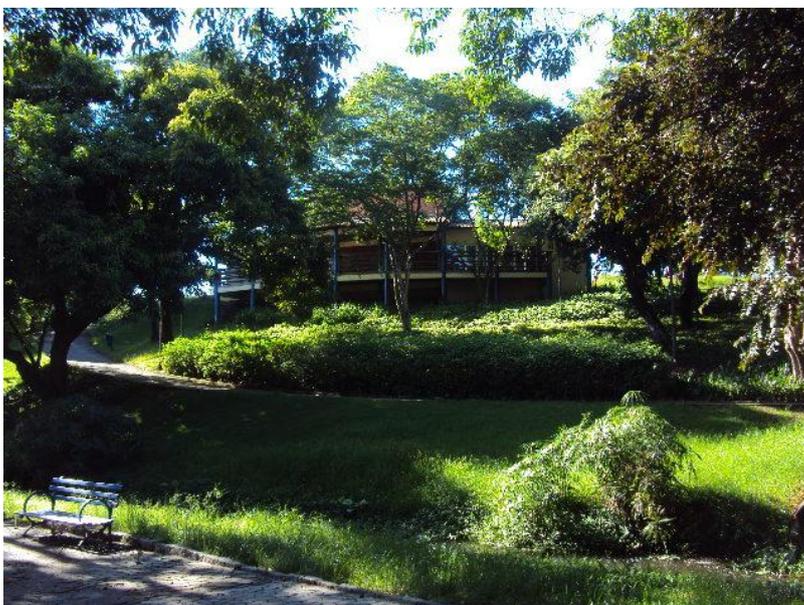
Fonte: Acervo pessoal. Data: março de 2011.

## Parques Públicos

Segundo definição apresentada por Macedo e Sakata (2003), parques são espaços livres públicos de área superior ao da quadra urbana e cuja configuração não esta diretamente relacionada com os espaços ao redor. Os autores complementam a definição afirmando que, tais espaços são destinados à recreação, estruturados por vegetação e com capacidade de incorporar intenções de conservação. Em consonância, Kliass (1993) conceitua parque a partir de elementos de composição, dimensão e função. Para a autora, parques públicos urbanos são espaços públicos de dimensão significativa, nos quais predominam os elementos naturais e cuja função primordial seja a recreação.

A partir dessa delimitação, identificam-se na área da Baía Noroeste os parques descritos a seguir. O mapeamento foi confirmado por dados obtidos na página eletrônica da Prefeitura Municipal de Vitória (PMV).

- Parque de Barreiros: localizado no bairro Santa Martha e mostrado na Figura 1.5, foi criado em através do Decreto Municipal nº 10180/98. Abriga em sua área de 4,61 ha<sup>2</sup> equipamentos como quadra de esporte, campo de futebol, Centro de Educação Ambiental (CEA), brinquedos lúdicos e mobiliários, além de conservar áreas de vegetação.



**Figura 1.5 – Baía Noroeste de Vitória: Parque Municipal Barreiros.**

Fonte: Acervo pessoal. Data: Março de 2011.

- Parque Mangue Seco: também localizado no bairro Santa Martha, abriga em pouco mais de 02 ha<sup>2</sup> equipamentos para prática de esportes, parque infantil e Centro de

Atividades Integradas, além de mobiliário e vegetação. Foi criado em 2004, através do Decreto Municipal nº 11881.

- Parque Dom Luís Gonzaga Fernandes (Baía Noroeste): localizado no bairro Redenção em área limítrofe ao Bairro Santo André, este parque natural foi criado pela Lei Municipal nº 6481/05. Tem área de 63,89 ha<sup>2</sup>, grande parte ocupada por vegetação de manguezal, remanescente do ecossistema original da região da Baía Noroeste de Vitória.
- Parque Tancredo de Almeida Neves: localizado no bairro Mário Cyprestes foi criado pela Lei Municipal nº 6267/04. Com área de 5,65 ha<sup>2</sup>, desde a década de 80 este parque oferece áreas de lazer e contemplação à população. A partir de 2004, passa a ser posse da municipalidade, recebendo posteriores intervenções de requalificação, em andamento nesta data.

Além desses, nas proximidades da área de estudo, existem outros parques como o Horto de Maruípe e o Parque da Fonte Grande. Destaca-se, também, a possibilidade de utilização de outras áreas análogas dentro do município, como o Parque Pedra da Cebola, devido à facilidade de locomoção entre as diversas regiões de Vitória.

#### Ciclovias/Calçadão

Ciclovias e calçadões são estruturas geralmente conjugadas, no caso da região estudada. São compostas por vias de circulação de pedestre e bicicletas ou similares, conforme definição encontrada na página eletrônica do Ministério do Esporte do Brasil. No caso deste trabalho são consideradas espaços de lazer, mas também podem atender a demandas de mobilidade e outras funções. Espaços dessa natureza, na região estudada, estão implantados geralmente em parques ou ao longo de orlas.

No caso da Baía Noroeste de Vitória, são mapeados trechos de ciclovias e calçadões voltados a atividades de lazer no bairro Santo Antônio (orla da Área de lazer Stella Coimbra), Inhanguetá, Nova Palestina, São Pedro e Andorinhas, esta última mostrada na Figura 1.6.



**Figura 1.6 – Baía Noroeste de Vitória: calçadão e ciclovia na orla do Bairro Andorinhas.**

Fonte: Acervo pessoal. Data: Março de 2011.

### Campo de Futebol

Por apresentarem pouca demanda por infraestrutura, campos para a prática de futebol são espaços facilmente implantados. Mesmo sem obedecer a dimensionamento regulamentado, foram mapeados campos de futebol em 11 bairros da região estudada, alguns localizados em divisas de bairros. Em certos casos, os campos de futebol estão localizados dentro de parques ou praças, como em Santa Martha (dentro do Parque Barreiros e Parque Mangue Seco, este último na divisa com Andorinhas) e em Redenção (dentro do Parque Baía Noroeste). Em outros, como em Joana D’Arc, Resistência, São Pedro, Estrelinha (ver Figura 1.7), Grande Vitória e Inhanguetá constituem espaços de lazer isolados.

Apenas em Santo Antônio, Ilha das Caieiras e Santo André não foram levantados espaços dessa categoria, ressaltando que em todos os casos são identificados campos de futebol em bairros vizinhos.



**Figura 1.7 – Baía Noroeste de Vitória: campo de futebol no Bairro Estrelinha.**

Fonte: Acervo pessoal. Data: março de 2011.

### Quadras de Esporte

Segundo definição do Ministério do Esporte do Brasil, quadras de esporte constituem-se de áreas planas delimitadas por linhas demarcatórias, geralmente de formato retangular e dotadas de componentes específicos como traves, postes, redes, tabelas, entre outros. As quadras esportivas são destinadas a prática de esportes variados notadamente, no caso brasileiro, de futebol de salão, voleibol e basquetebol. Ainda segundo a indicação do Ministério do Esporte, quadras poliesportivas tem sido um importante equipamento arquitetônico, cuja relevância na área social, de saúde e cidadania tem sido cada vez mais reconhecida.

Na área de estudo são mapeadas 07 quadras poliesportivas, localizadas nos bairros Santa Martha, Resistência, Nova Palestina, Redenção, Santo Antônio e São Pedro, estas últimas visualizadas na Figura 1.8. Identificam-se, também, quadras de esportes em áreas limítrofes a bairros da Baía Noroeste: uma entre Nova Palestina e Conquista e outra na divisa entre Santo André e Santos Reis. Algumas delas são conjugadas a outros espaços de lazer, como praças e parques.



**Figura 1.8 – Baía Noroeste de Vitória: quadras de esporte no bairro São Pedro, localizadas na Praça Dom Luís Gonzaga.**

Fonte: Acervo pessoal. Data: março de 2011.

#### Outros espaços formais

No mapeamento identificam-se outros espaços públicos dotados de infraestrutura voltada para práticas de lazer, de cunho esportivo, cultural ou contemplativo, e que não se enquadram nas categorias já mencionadas. Como exemplo, como mirantes e espaços de projetos sociais.

Nesse sentido, constata-se a existência de espaços contemplativos (mirantes) em Santa Martha, Estrelinha e Santo Antônio. Também cabe mencionar o Sambódromo Walmor Miranda, no bairro Mário Cyprestes, apropriado em eventos esporádicos como o carnaval e competições automobilísticas, além de apropriação cotidiana para atividades lúdicas ou esportivas como ciclismo e skate.

#### Ruas e terrenos vazios utilizados para práticas de lazer

Segundo Oliveira (2007), apropriações de ruas e terrenos baldios no desenvolvimento de atividades de lazer são frequentes nos bairros da Baía Noroeste. O autor destaca que essas apropriações são mais comuns ao entardecer e nos finais de semana, e ocorrem, sobretudo, em ruas com tráfego de veículos pouco intenso. Oliveira (2007) ainda faz referência a apropriações específicas de determinados espaços vinculadas a eventos ou épocas do ano. Como exemplo, menciona a “época da pipa”, ocorrida no mês de julho, quando as férias escolares coincidem com condições de vento propícias para a prática.

As informações de Oliveira (2007) foram confirmadas em diversas ocasiões, nesta e em outras pesquisas desenvolvidas na região, quando se pode perceber o uso de ruas e terrenos vazios, principalmente por crianças e adolescentes, para brincadeiras, em todos os bairros da região estudada.

#### Espaços Interiorizados: Escola Aberta e CAJUN

O programa Escola Aberta é, segundo informações do site da PMV, uma iniciativa do Governo Federal em parceria com Estados e Municípios. Através dele são oferecidas diversas atividades esportivas e culturais, durante os finais de semana, em escolas de ensino fundamental. As atividades são abertas ao público em geral, e o programa tem como objetivo promover a inclusão social, melhoria na qualidade da educação e fortalecer os vínculos entre escola e comunidade.

Na Baía Noroeste o programa acontece todos os finais de semana, segundo indicação da Secretaria Municipal de Educação (SEME) de Vitória, em horários variáveis em cada uma das unidades educacionais seguintes:

- Alberto de Almeida, localizada em Santo Antônio;
- Eliane Rodrigues dos Santos, na Ilha das Caieiras;
- Francisco Lacerda de Aguiar, em São Pedro;
- Isaura Marques da Silva, situada em Andorinhas;
- Marieta Escobar, localizada em Santa Martha;
- Maria Stella de Novaes, em Grande Vitória;
- Neusa Nunes Gonçalves, em Nova Palestina;
- Rita de Cássia S. Oliveira, situada em Resistência;
- Prof.<sup>a</sup> Regina Maria Silva, implantada em Inhanguetá;
- Ronaldo Soares, em Resistência;
- Tancredo de Almeida Neves, localizada em Santo André;
- Vercenílio da Silva Pascoal, situada em Joana D'Arc.

O Programa Escola Aberta exemplifica a apropriação de um espaço interiorizado para práticas de lazer. Nesse caso, o espaço apropriado é de propriedade pública, ainda que o acesso a ele seja limitado.

O projeto social Caminhando Juntos (CAJUN) constitui outro exemplo de espaço interiorizado público destinado ao lazer. Desenvolvido pela PMV, o Projeto CAJUN é voltado para a promoção da cultura, arte, esporte e inclusão social, atendendo a crianças e adolescentes de 07 a 17 anos, moradores de Vitória. Na Baía Noroeste as unidades estão

localizadas nos bairros Andorinhas, Nova Palestina e Santo André. O atendimento é estendido ao público de toda a região, ainda que haja demanda de mais vagas e unidades, segundo dados da própria PMV.

### Considerações sobre os espaços públicos de lazer na Baía Noroeste de Vitória

Com base no mapeamento apresentado confirma resultados de pesquisas desenvolvidas anteriormente, em 2007 e 2008. A partir dele pode-se considerar que, nos 14 bairros agregados sob a denominação Baía Noroeste de Vitória, a oferta de equipamentos de lazer é quantitativamente satisfatória. Entretanto, é observada heterogeneidade na distribuição territorial dos espaços livres públicos destinados à função de lazer, como indica a síntese do levantamento mostrada na Figura 1.2. Com isso, os residentes de alguns dos bairros acabam por ter menos possibilidades de acesso a espaços livres públicos.

O levantamento não aborda aspectos qualitativos destes espaços, uma vez que esses dependem de fatores não considerados nesta pesquisa, tais como adequação dos espaços às demandas da população. Contudo, observa-se que o estado de manutenção dos espaços e equipamentos/mobiliários neles contidos, de maneira geral, pode ser considerado bom.

O mapeamento permite identificar os espaços físicos de lazer disponíveis na Baía Noroeste de Vitória, contudo, outros espaços localizados fora de seus limites podem ser apropriados para tais práticas, conforme relatos apresentados nos questionários de pesquisa, detalhados adiante. Durante o levantamento de campo, por exemplo, identificou-se que instalações como *shoppings centers* e cinemas, mesmo não estando implantadas na região, podem constituir importantes espaços de lazer para os adolescentes e jovens que ali residem. Nesta etapa, também se pode observar que a *internet* é uma opção de lazer disponível na região. Sendo assim, permite-se afirmar que as três dimensões de lazer consideradas neste estudo – espaços livres públicos, espaços interiorizados e ciberespaço- são acessíveis aos moradores da Baía Noroeste de Vitória.

O mapeamento também permitiu identificar no território indícios da fragmentação e segregação espacial, referidas por Barbosa (2005). Esses fatores, discutidos no Capítulo 02, estão vinculados ao processo de ocupação da região.

### 1.2.3 Influências das novas práticas de lazer na apropriação dos espaços tradicionais de lazer: uma hipótese a ser investigada

No complexo cenário urbano contemporâneo, do qual a Baía Noroeste é exemplar típico, onde a fragmentação e a segregação espacial são marcantes e no qual as possibilidades de lazer são diversificadas, qual o papel do espaço público de lazer no cotidiano da população? Este é o problema central a ser discutido neste trabalho.

A hipótese investigada é de que as novas práticas de lazer no domínio do público podem estar interferindo na apropriação dos espaços livres públicos na cidade.

Dentre essas interferências investiga-se, com especial interesse, a relação entre o espaço virtual e o espaço físico, representados pela *internet* e pelos espaços livres públicos e interiorizados, respectivamente. A interação na rede de computadores possibilitou a criação e desenvolvimento de um novo tipo de espaço público, cuja territorialidade estrapola o limite físico, mas que recria as identidades e as práticas possibilitadas no espaço livre público tradicional ou interiorizado.

Para Castells

A *internet* é o tecido das nossas vidas. Se todas as tecnologias de informação são o equivalente histórico do que foi a eletricidade na era industrial, na nossa era poderíamos comparara a *internet* com a rede eléctrica e o motor eléctrico, dada a sua capacidade para distribuir o poder da informação por todos os âmbitos da atividade humana. (CASTELLS, 2004, p. 15)

A *internet* é simultaneamente real e virtual (representacional), informação e possibilidade de interação, espaço (*site*) e tempo, mas que altera as próprias coordenadas espaço-temporais a que estamos habituados, compactando-as. Ou seja, o espaço e o tempo na rede existem na medida em que são partilhados. Esse espaço gera uma teia de novas sociabilidades que suscitam, por sua vez, novos valores. Esses reforçam as novas sociabilidades. A dialética resultante é geradora de práticas culturais inéditas, que podem ou não contribuir para alterações na apropriação do espaço físico. Essas alterações, caso sejam verificadas, podem ocorrer através da negação ou potencialização do uso do espaço livre público tradicionalmente concebido para práticas de lazer.

Este estudo dedica-se a tentar compreender o papel dos espaços livres públicos e as influências das novas práticas de lazer na apropriação dos mesmos, tendo por delimitador territorial a Baía Noroeste de Vitória, onde já foi verificada a coexistência das possibilidades citadas.

#### 1.2.4 Os atores: adolescentes e jovens da Baía Noroeste de Vitória

Na Baía Noroeste de Vitória residem aproximadamente 50 mil habitantes, segundo projeções baseadas nos Censos 2000 e 2010 do IBGE. Frente a tão expressivo número de usuários potenciais dos espaços destinados a práticas de lazer, fez-se necessário um recorte para a definição do público alvo desta pesquisa, que terá por critério a divisão etária. Constituiu-se delimitador principal do recorte a potencialidade de uso e apropriação dos diferentes tipos de espaço considerados neste trabalho, dos quais o espaço virtual, por demandar tecnologia e conhecimentos específicos para acesso, é o mais restritivo. Segundo Abrantes (2002) os adolescentes e jovens são o público mais receptivo a novas mídias, como é o caso da *internet*. Desse modo, definiu-se como público alvo desta pesquisa os moradores da Baía Noroeste de Vitória com idades entre 15 e 19 anos, que somam, na região, aproximadamente 05 mil pessoas<sup>9</sup>.

#### 1.2.5 Objetivos: uma investigação acerca das práticas e locais de lazer dos adolescentes e jovens da Baía Noroeste de Vitória

O objetivo central desta pesquisa é tentar identificar a apropriação dos espaços livres públicos para práticas de lazer pelos adolescentes e jovens residentes na Baía Noroeste de Vitória e as interferências nas formas de apropriação associadas à disponibilidade de espaços distintos, potencialmente empregáveis para tais práticas. Para tanto, busca-se:

- Compreender os mecanismos de produção e transformação do espaço urbano contemporâneo no tangente aos espaços livres públicos de lazer;
- Identificar atividades cotidianas de lazer do público alvo e sua disponibilidade para praticá-las;
- Identificar locais mais frequentemente usados pelo público alvo em suas atividades de lazer;
- Identificar motivos que dificultam as práticas de lazer e a apropriação dos espaços para tais fins por parte do público alvo;
- Identificar se há interferência do acesso a rede mundial de computadores na apropriação dos demais espaços de lazer.

---

<sup>9</sup> Dado também oriundo de projeções subsidiadas pelo Censo 2000 e 2010 do IBGE.

### 1.2.6 Metodologia de Investigação: meios para um fim

Este trabalho ocupa-se da investigação sobre práticas de lazer realizadas em novas territorialidades – espaços interiorizados e espaço virtual - e nos espaços livres públicos – parques, praças, calçadas, ciclovias, campos de futebol, entre outros. Essas dimensões coexistem e competem entre si, provocando possivelmente interferências, sobretudo na apropriação desta última categoria de espaço urbano citada.

Com intuito de identificar e compreender as formas de interação e coexistências dos espaços apropriados por jovens e adolescentes para práticas de lazer na Baía Noroeste de Vitória, este estudo se desenvolve a partir de duas vertentes: pesquisa bibliográfica e levantamento, sistematização e análise de dados primários, descritos a seguir.

A pesquisa bibliográfica, de caráter histórico, descritivo e crítico, tem por objetivo apresentar e discutir, à luz de autores diversos, as interações em entre a esfera pública e a privada e o rebatimento dessa relação na construção, apropriação e uso dos espaços livres públicos inseridos na cidade contemporânea. Objetiva, também, compreender o processo de constituição do espaço urbano atual e qual o papel desempenhado pelos espaços livres públicos na sua conformação. Busca ainda, analisar o advento da multiterritorialidade como experiência contemporânea, a partir da popularização do uso da rede mundial de computadores.

A pesquisa bibliográfica resulta na construção de um panorama acerca dos espaços livres públicos inseridos na cidade contemporânea: da produção aos conflitos e interferências surgidos a partir da coexistência com outras territorialidades. As discussões e considerações resultantes são apresentadas nos Capítulos 02 e 03 deste estudo.

A pesquisa bibliográfica orienta também a construção da etapa de pesquisa, no que tange aos questionamentos, a serem elucidados, sobre as práticas e locais de lazer do público-alvo.

A etapa de coleta, sistematização e análise de dados, deste trabalho fundamenta-se em 06 fases, elencadas a seguir:

#### 1º Fase: Definição do objetivo da pesquisa e do público-alvo

A partir da hipótese de investigação e questionamentos levantados na pesquisa bibliográfica, foi definido o objetivo central deste trabalho: identificar se o acesso a novos

espaços potenciais para o desenvolvimento de atividades de lazer, especialmente a *internet*, influi na apropriação dos espaços livres públicos para tais práticas.

A definição do público-alvo, previamente apresentado no item 1.2.4 deste Capítulo, teve delimitadores geográficos e etários. O primeiro recorte, de caráter geográfico, diz respeito à localização da moradia do público-alvo. Os 14 bairros da Baía Noroeste de Vitória foram escolhidos em razão de seu processo de ocupação e consolidação urbana, ocorrido de maneira espontânea, grande parte por meio de invasões sobre área de interesse ambiental. Por isso, essa região pode ser considerada a porção informal da cidade de Vitória, de acordo com classificação de Klintowitz (2008) e, ainda que tenha sofrido intervenções posteriores, conserva traços característicos de seu processo de ocupação. Como defendido no Capítulo 02, adiante, em áreas como essa, as relações no e com o espaço livre público, principalmente para o lazer, são mais frágeis e, portanto, potencialmente mais suscetíveis a interações com novas espacialidades.

O segundo delimitador na definição do público-alvo tem caráter etário. Essa delimitação se fez necessária diante do grande contingente populacional residente na Baía Noroeste de Vitória. Optou-se por trabalhar com indivíduos com idade entre 15 e 19 anos, que conforme exposto, constituem a parcela etária populacional mais propícia ao contato com novas tecnologias, segundo Abrantes (2002).

A partir dos delimitadores expostos constitui-se, então, como público alvo desta pesquisa moradores dos 14 bairros da Baía Noroeste de Vitória, com idades entre 15 e 19 anos.

### 2º Fase: Definição do método de pesquisa

Para Godoy (1995) existem, fundamentalmente, duas possibilidades metodológicas para desenvolvimento de pesquisas: uma quantitativa e outra qualitativa. Segundo a autora, na abordagem quantitativa há uma preocupação com a medição objetiva e a quantificação dos resultados. Já a abordagem qualitativa,

Envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo. (GODOY, 1995a, p. 58).

A partir dessas premissas, e tendo como delimitador o objetivo principal deste trabalho, optou-se por empregar uma tipologia mista, que agrega aspectos quantitativos e qualitativos. Trata-se, portanto, de uma pesquisa de cunho qualitativo que conjugou entrevistas semiestruturadas com recursos quantitativos sem, contudo, se comprometer com

a representatividade numérica das amostras. A abordagem quantitativa, no caso desta pesquisa, permitiu a identificação de situações cotidianas mais expressivas relacionadas à apropriação de espaços para o lazer. Ou seja, indicou percentualmente os espaços mais comumente frequentados pelo público-alvo para a realização de atividades de lazer.

Já a abordagem qualitativa foi empregada na tentativa de compreender o contexto – fatores e elementos- que conduzem, ou não, a apropriação dos espaços disponíveis e acessíveis ao público-alvo para suas práticas de lazer. Buscou-se verificar

[...] como determinado fenômeno se manifesta nas atividades, procedimentos e interações diárias. Não é possível compreender o comportamento humano sem a compreensão do quadro referencial (estrutura) dentro do qual os indivíduos interpretam seus pensamentos, sentimentos e ações. (GODOY, 1995, p. 63).

Portanto, com a abordagem empregada, foi possível tentar identificar os principais espaços de lazer do público-alvo e estruturar uma análise que contemple as razões dessa apropriação.

### 3º Fase: Definição instrumento e do meio de pesquisa de dados primário

Em razão do caráter metodológico e dos objetivos da pesquisa, definiu-se pelo emprego do questionário, como instrumento de investigação. O questionário é, segundo Teixeira (2010), um documento que traz, de forma estruturada e por escrito, um conjunto de perguntas claras e objetivas a serem feitas aos entrevistados.

O questionário empregado como instrumento de coleta nesta pesquisa apresenta tipologia mista, ou seja, traz questões abertas - nas quais o entrevistado pode livremente expressar suas opiniões - e questões com múltiplas alternativas – nas quais o entrevistado deve assinalar a(s) alternativa(s) com as quais mais se identifica e ainda, se necessário, indicar outras possibilidade na alternativa aberta apresentada ao final de cada relação de respostas.

O meio de aplicação de uma pesquisa corresponde à forma pela qual se vai aplicar um instrumento. Nesse caso, optou-se por entrevista pessoal indireta, ou seja, um questionário respondido pelo próprio entrevistado. Os dados analisados na pesquisa foram, então, coletados por meio de um questionário misto, assinalado pelo entrevistado de próprio punho.

A opção de coletar dados por meio do questionário respondido pelo entrevistado constituiu-se na maneira mais adequada de investigação, no caso desta pesquisa, pois permite a

abordagem dos entrevistados em grupos. Por sua vez, a abordagem em grupos possibilita ampliar o tamanho da amostra. E com uma amostra ampliada, a variedade de situações e formas de apropriação dos espaços de lazer também pode ser aumentada, contribuindo para a construção de uma análise mais abrangente e diversificada.

#### 4º Fase: Elaboração do instrumento de pesquisa

O questionário, adotado como instrumento de coleta de dados, foi elaborado a partir das considerações levantadas na pesquisa bibliográfica e em função das demandas e objetivos definidos. Assim sendo, o questionário primou por captar as considerações do público-alvo sobre os espaços potencialmente e efetivamente apropriados em seu lazer.

A elaboração deste instrumento, bem como a sistematização dos dados coletados, foi acompanhada pela equipe do Laboratório de Estatística (LESTAT) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), com o objetivo de garantir a funcionalidade do instrumento quanto às demandas e minimizar a indução quanto às respostas das questões apresentadas.

O questionário, apresentado no Anexo 01, está estruturado em quatro partes. A primeira parte traz uma apresentação sucinta do projeto de pesquisa e instruções básicas para o preenchimento do questionário.

A segunda parte apresenta indagações referentes ao entrevistado sem, contudo, permitir sua identificação posterior. Com as perguntas dessa parte do questionário busca-se garantir, por meio de informações sobre idade e localização da residência, que os entrevistados pertençam ao público-alvo pré-determinado. Também permitem traçar, a partir de perguntas referentes ao estudo e trabalho, um perfil mais específico do público alvo e identificar possíveis entraves a prática de atividades de lazer. As perguntas apresentadas nesta parte do questionário buscam, ainda, identificar quais são as atividades não relacionadas a trabalho e estudo mais comumente praticadas pelos entrevistados.

A terceira parte do questionário tratou especificamente dos espaços potenciais de lazer acessíveis aos entrevistados. Foram elencadas, em um quadro, 11 alternativas de espaços públicos (mais uma alternativa aberta) definidas em função de pesquisas precedentes realizadas por Fornaciari (2007/2008), Mendonça (2004/2006/2007) e Oliveira (2007). Também foram limitantes observações preliminares obtidas em campo, e apresentadas no mapeamento já tratado neste capítulo. Associados a cada alternativa foram apresentados questionamentos sobre a existência daquele tipo de espaço no bairro em que reside o entrevistado, e sobre o uso e frequência de uso do espaço pelo mesmo.

Nessa parte do questionário também foi apresentada ao entrevistado questão referente a quem o acompanha na utilização deste espaço. A pergunta auxiliou no entendimento do processo de formação de territorialidades, referentes ao Capítulo 03 deste trabalho. O entrevistado foi ainda questionado, de forma aberta, sobre os motivos que o impedem de usar, ou usar com mais frequência, os espaços públicos disponíveis.

As perguntas descritas têm por finalidade levantar e reunir dados que possibilitem mapear a distribuição e oferta de espaços livres públicos voltados para o lazer nos bairros delimitados; identificar quais são os tipos de espaço mais apropriados indicados pelos entrevistados, e qual a frequência dessa apropriação; e verificar possíveis entraves à utilização dos espaços disponíveis aos entrevistados.

A parte final do questionário é referente à utilização de computadores e da *internet*, e a possível interferência dessas atividades na apropriação espaços livres públicos. Em um quadro foram apresentadas, separadamente, possíveis locais de acesso a computadores e *internet*. Por fim, o entrevistado foi convidado a expressar sua opinião sobre a possível interferência da *internet* na apropriação dos demais locais de lazer.

Em outubro de 2010, o questionário foi submetido a uma avaliação, sendo aplicado a uma amostra composta de 25 jovens e adolescentes, com idades entre 15 e 19 anos, moradores da Baía Noroeste de Vitória, que estudam na Escola Estadual “Elza Lemos Andreatta”, localizada no bairro Ilha das Caieiras. O teste indicou a necessidade de ajustes, apenas para facilitar a compreensão dos entrevistados. Os ajustes foram realizados na formatação final do questionário (ver Anexo 01).

#### 5º Fase: Aplicação da pesquisa

A aplicação do questionário teve por premissa a entrevista aos moradores de todos os bairros da área de estudo, ainda que não proporcionalmente. Também se buscou diversidade quanto à idade dos entrevistados respeitando, no entanto, a classificação etária pré-determinada.

Para facilitar a coleta dos dados, definiu-se por abordagens a grupos de indivíduos que se encaixassem nas delimitações do público alvo. Concluiu-se então, que as entrevistas poderiam ocorrer entre estudantes das escolas da região, em turmas com faixa etária correspondente à da pesquisa. Além disso, as abordagens em grupo poderiam ser efetuadas em alguns espaços livres públicos previamente identificados no levantamento de campo como territórios apropriados por grupos de adolescentes e jovens.

Entre os dias 29 de novembro e 05 de dezembro de 2010 (de segunda a domingo) foram aplicados 247 questionários, entre adolescentes e jovens residentes nos 14 bairros em análise. Destes, 28 foram desconsiderados, devido a inconsistências ou ausência de informações fundamentais ao desenvolvimento das análises propostas.

A aplicação dos questionários ocorreu a partir da abordagem de grupos de entrevistados, quando foram apresentadas instruções para o preenchimento do mesmo e informações sobre o projeto. Os questionários foram aplicados nos locais abaixo:

- Escola Estadual de Ensino Médio “Elza Lemos Andreatta”, localizada na Ilha das Caieiras;
- Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio “Major Alfredo Pedro Rabaioli”, localizada no bairro Santo Antônio;
- Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio “Hildebrando Lucas”, localizada no bairro Maruípe<sup>10</sup>;
- Parque Municipal Barreiros, localizado no bairro Santa Marta;
- Praça Estela Coimbra (Parque da Prainha) localizada no bairro Santo Antônio.

O preenchimento dos questionários foi monitorado pela pesquisadora, gerando observações importantes para a compreensão dos fatores que levam ou não à apropriação dos espaços públicos. Essas observações subsidiaram análises apresentadas no Capítulo 04.

Faz-se necessário informar que os locais mencionados são frequentados por adolescentes e jovens de todos os 14 bairros constituintes da área de estudo. Assim, mesmo não sendo realizadas pesquisas em todos os bairros da Baía Noroeste de Vitória, estima-se que todos os bairros tenham sido contemplados, ainda que de maneira não uniforme.

#### 6º Fase: Sistematização e interpretação dos dados levantados

Os dados obtidos nos questionários foram organizados em um banco de dados e analisados com o auxílio SPSS (Statistical Package for the Social Sciences - pacote estatístico para as ciências sociais), um software aplicativo do tipo científico. Os dados foram organizados em tabelas apresentadas no decorrer deste trabalho. Baseado nas informações levantadas nas etapas descritas na metodologia apresentada estrutura-se este estudo em 05 capítulos. Este

---

<sup>10</sup> Apesar de não estar localizada na área de intervenção esta escola atende alunos moradores dos bairros analisados, devido à proximidade geográfica e a falta de vagas suficientes para atender à demanda nas escolas da Baía Noroeste.

primeiro Capítulo apresenta uma contextualização acerca da condição urbana contemporânea, inserido o objeto de análise – os espaços livres públicos- num panorama de transformações e novas configurações morfológicas, funcionais e simbólicas. Apresenta também, como visto as delimitações metodológicas e as bases conceituais para desenvolvimento do estudo.

O Capítulo 02 trata da discussão do processo de construção e transformação das cidades, a partir de um de seus elementos fundantes: os espaços livres públicos. Assim, trata dos arranjos territoriais, conflitos e apropriações do espaço público nas cidades, com especial interesse pelo processo de formação e constituição urbana no Brasil.

A apresentação do ciberespaço e discussão acerca de sua apropriação como palco possível de desenvolvimento das relações sociais na contemporaneidade é abordada no Capítulo 03 que analisa, ainda, a coexistência e as interações de territorialidades físicas e virtuais, que dialogam num mesmo tempo espaço.

As análises sobre as formas de apropriação do espaço para a realização de atividades de lazer nas três dimensões consideradas neste estudo, tendo por base de comparação dados coletados entre o público alvo e as delimitações conceituais levantadas nos Capítulos 02 e 03, são objeto do Capítulo 04.

O último Capítulo, de número 05, apresenta considerações sobre as novas práticas de lazer no domínio do público e se existem interferências destas na apropriação dos espaços livres públicos na cidade.

## CAPÍTULO 02

### A CIDADE E OS ESPAÇOS PÚBLICOS: DA FORMAÇÃO À FRAGMENTAÇÃO CONTEMPORÂNEA

O Capítulo 01 apresenta um panorama da condição urbana contemporânea, focado nos espaços livres públicos, e levanta questões acerca do papel desses espaços na constituição das cidades frente às novas possibilidades de realização das atividades humanas. Nele é evidenciado que o acesso à tecnologia vem contribuindo, em associação a outros fatores e agentes, para alterações significativas nas formas de apropriação e vivência nos espaços públicos, sujeitos a processos de reconfiguração em âmbito morfológico, funcional e simbólico.

Para autores como Arendt (2005), Habermas (1984), Sennett (1988) e Queiroga *et al.* (2009), esse processo de reconfiguração, ou ressignificação, está vinculado a transformações sociológicas, que alcançam as esferas pública e privada. No âmbito deste trabalho, os conceitos de público e privado, materializam-se na cidade. A ideia de que as cidades constituem-se a partir de uma esfera pública, que abrange os interesses e as relações coletivas, e de uma esfera privada, de realização individual, é antiga. Essa relação foi evidenciada plenamente com a urbanística grega, que delimitou os espaços de realização de cada esfera. Desenhou-se, a partir de então, uma cidade dual. Nela os espaços públicos, destacados na *polis* grega, firmaram-se como territorialidade da esfera pública, pertencentes à coletividade que deles se apropriam. Já os espaços privados, cuja posse e manutenção respondem aos interesses individuais ou de um grupo específico, apresentam-se como espacialização da esfera privada.

A definição clara do limite entre os espaços públicos e privados, porém, perdeu-se em vários momentos ao longo da história, assim como a relevância do espaço público na constituição urbana. Neste Capítulo serão retomados alguns desses momentos, antecedentes históricos da situação dos espaços públicos inseridos na cidade contemporânea, submetidos a um processo de transformação e ressignificação, desencadeado, segundo Moreno (2002: p.

12), por “novas exigências de infraestrutura trazidas pela vida digital, pela descaracterização de praças e ruas como pontos de encontro civilizados e a incerteza da segurança pública”.

Esta abordagem fixa-se em momentos nos quais as transformações econômicas e sociais imprimiram alterações na relação público-privado em sua interface urbanística, resultando em rearranjos territoriais, novas formas de produção, apropriação e conflitos no espaço urbano. Discute-se especialmente, no decorrer deste capítulo, a urbanização brasileira marcada, de modo geral, pela fragmentação e segregação sócio espacial.

## **2.1 Entre o público e o privado: a dialética construção do espaço urbano**

Entre o surgimento da *polis* grega e o advento da multiterritorialidade, característica do mundo contemporâneo, os conceitos de público e privado, bem como sua vivência, sofreram transformações e transgressões. Novos tipos de espaços semiprivados ou semipúblicos apareceram como cenários da vida urbana: *shoppings*, espaços de lazer de condomínios privados, parques temáticos e, finalmente, com o advento da era da informação, os espaços virtuais de comunicação, informação e lazer. No decorrer desse processo, os conceitos de público e privado foram diluídos, dificultando a compreensão e a apropriação dos espaços destinados às práticas específicas de cada esfera da vida.

É importante ressaltar que esfera pública e espaço público são conceitos distintos, porém intrinsecamente relacionados. Da mesma forma, esfera privada e espaço privado se distinguem. Simplificadamente, enquanto o conceito de esfera pública ou privada refere-se a grupos de atividades humanas, o conceito de espaço público ou privado refere-se a lugares específicos de realização de tais atividades.

Sobre a relação entre as esferas da vida humana, a concepção de Arendt (2005) remete ao conceito clássico grego da *polis*, que seria bipartida entre as esferas da liberdade (a pública) e da necessidade (a privada). Nesse contexto, a autora enquadra as atividades humanas em três grupos, que correspondem às condições básicas da vida humana: o labor, o trabalho e a ação.

O labor é a condição de vida comum a homens e animais, que buscam prover as necessidades biológicas para a sobrevivência do indivíduo e da espécie. Já o trabalho correspondente à criação de coisas artificiais, diferentes do ambiente natural e que transcendem a vida humana sendo, portanto, responsável pela perpetuação do indivíduo.

Labor e trabalho corresponderiam às atividades da esfera privada. O terceiro grupo, a ação, é apresentado como a atividade exercida entre os homens e que independe da manutenção da vida ou da produção de artefatos humanos. A ação é característica da vida humana na esfera pública.

A diferenciação entre essas duas esferas, *a priori*, era muito bem demarcada, segundo Arendt (2005). A definição de esfera pública estava ligada a dois fenômenos distintos. O primeiro, centrado no conceito de acessibilidade: público é aquilo que pode ser visto e ouvido por todos. O segundo fenômeno baseado na ideia do comum: público é tudo aquilo que é próprio do mundo, que pode ser partilhado pelos indivíduos que se relacionam entre si. Já o conceito de privado, denota a destituição de algo:

[...] Para o indivíduo, viver uma vida inteiramente privada significa acima de tudo, ser destituído das coisas essenciais à vida verdadeiramente humana: ser privado da realidade que advém de ser visto e ouvido por outros, [...] e privado da possibilidade de realizar algo mais permanente que a própria vida. (Arendt, 2005, p.68)

Labor e trabalho, correspondentes às atividades da esfera privada, têm como espaço de realização a propriedade privada, onde predominam as relações de parentesco e domínio, limitadas ao interesse pessoal e circunscritas aos condicionalismos da sobrevivência biológica.

A manifestação da esfera pública que permite, entre outros fatores, a construção da cidadania e do interesse público, realiza-se nos espaços públicos, definidos por Arendt (2005: p.62) como “o próprio mundo, na medida em que é comum a todos nós e diferente do lugar que nos cabe nele.” Confrontando-se aos espaços privados de manutenção das necessidades humanas, os espaços públicos são o lugar de contato, a partir do debate e da ação, da diversidade existente entre os homens.

Na concepção de Arendt (2005), ao longo da história esses conceitos foram se alterando e, partir da modernidade, houve uma inversão de valores na qual a lógica privada ganha dimensão pública. Na cidade contemporânea, a esfera pública constitui-se como esfera da manutenção das necessidades individuais. Segundo Queiroga *et al.* (2009) as proposições de Arendt, enfatizam a consciência de cidadania na Antiguidade Clássica e

[...] deixa claro que há uma progressiva desvalorização da esfera de vida pública com a ascensão do cristianismo e a instauração de sua hegemonia na Idade Média e que, no período moderno, tanto nos regimes autoritários quanto nas sociedades de massas de regimes liberais acelera-se o declínio do homem público [...]” (QUEIROGA *et al.*, 2009, p.88)

Nesse contexto, onde progressivamente os interesses particulares superam os interesses coletivos, o espaço público perde relevância frente aos espaços privados. O espaço público deixa de ser o espaço, por excelência, das relações sociais cotidianas, das trocas e da consciência política, não somente pela hipervalorização do espaço privado, mas pelo progressivo desinteresse, ainda que transitório, da sociedade pelas práticas coletivas.

Habermas (1984) propõe um desdobramento da concepção de Arendt, a partir da formação de uma esfera pública complexa na sociedade burguesa, denominada esfera social ou esfera pública ampliada. Segundo o autor, ela engloba e supera a esfera pública arendtiana, compreendida apenas como esfera política. Assim sendo, para Habermas (1984), a esfera social extrapola os limites da ação política abrangendo também, por exemplo, as relações econômicas de mercado.

No entendimento de Habermas (1984) a raiz dessa nova esfera está na publicidade.

Habermas (1984) vê a importância do crescente público leitor, do surgimento dos jornais, e até dos cafés parisienses enquanto espaços da esfera social, mas também, sem dúvida, como espaços de esfera pública, pois se prestam à discussão política; deste modo o autor não perdeu de vista a formação do Estado moderno como fundamental elemento da esfera pública das sociedades democrático-burguesas. (QUEIROGA *et al.*, 2009, p.88)

Considerando o entendimento de Habermas (2006), as novas mídias de comunicação e informação, notadamente o espaço virtual e a *internet*, integram a esfera pública, constituindo-se como espaços públicos de discussão. Queiroga *et al.* (2009) destacam que, por serem mais abertas, essas novas mídias se apresentam como as mais adequadas ao debate político. Contudo, realça que esse potencial ainda é pouco explorado. Habermas (2006) indica como principal fator do baixo aproveitamento do potencial das redes telemáticas a falta de entendimento entre os limites do público e privado na contemporaneidade.

A *internet*, segundo Habermas (2006), constitui um importante espaço de exposição da vida particular ao público, por parte das celebridades ou de quem busca alguma visibilidade, dentro do que ele chama sociedade das mídias. Desse modo, o espaço virtual, que poderia ser amplamente utilizado para discussões e intercâmbios de conhecimento e informação, torna-se mais uma ferramenta de promoção individual.

É fundamental destacar que a conceituação (mais ampla e geral) proposta por Habermas contribuiu para a ampliação da complexidade da esfera pública de Arendt, e não para sua anulação. A partir das considerações apresentadas, adota-se nas discussões presentes

neste artigo, a acepção de esfera pública ampla ou geral, definida por Habermas (1984), que abrange toda a vida em público, virtual ou real, tenha ou não o caráter político definido por Arendt (2005).

Sennett (1988) <sup>11</sup> apresenta uma visão mais pessimista que seus pares sobre a relação público-privado na cidade e na sociedade pós-industrial, conforme discorre Queiroga *et al.* (2009). Para o autor, a partir da segunda metade do século XVIII, a ascensão do capitalismo industrial esteve intrinsecamente ligada à intensificação dos processos de urbanização e metropolização e a ampliação do consumo que, em conjunto, contribuíram para o declínio da vida pública.

O autor aponta que até aquele período (segunda metade do século XVIII) existia uma fronteira perceptível entre o domínio da esfera privada e da esfera pública na vida cotidiana dos cidadãos. Através de papéis socialmente legíveis, os cidadãos permitiam um contato no espaço público (espaço de realização da esfera pública) que não colocava em evidência sua intimidade ou personalidade (reveladas apenas no espaço privado, por serem peculiares à esfera de vida privada).

Ainda segundo Sennett (1988), o processo de crescimento das cidades, constituído em grande parte por migrações, transformou a cidade num lugar de estranhos. Isso porque, com o incremento populacional, não mais era possível à criação e manutenção de elos sociais como outrora. O domínio privado constituiu-se, então, como um refúgio, um lugar em que se poderiam conhecer verdadeiramente as pessoas.

Comparando a época pós-industrial aos anos de decadência do Império Romano, o autor aponta para um progressivo desinteresse pelas atividades públicas e um conseqüente esvaziamento de significado de seus espaços de realização – os espaços públicos. Sennett (1988) afirma que a vida pública é, atualmente, uma questão de obrigação.

Para o autor, o indivíduo contemporâneo enxerga no estranho uma figura ameaçadora, restringindo suas relações sociais aos familiares e aos amigos íntimos.

Como na época romana, a participação na *res publica* é hoje, na maioria das vezes uma questão de estar de acordo; e os *forums* para essa vida pública, como a cidade, estão em estado de decadência. (SENNETT, 1988, p.16)

---

<sup>11</sup> A obra de Sennett em questão – O Declínio do Homem Público- data de 1976 e reflete um momento histórico marcado pelo individualismo e desinteresse pelas práticas coletivas. Posteriormente, na década de 1980, essa tendência manifesta-se no movimento *yuppie*, cujo estereótipo é o jovem profissional urbano que busca a realização na ascensão de sua carreira.

Em comum nas filosofias de Arendt (2005) e Habermas (1984/2006) há o fato de que a esfera pública encontra seu *lócus*, por natureza, nos espaços públicos da cidade. Seja a *polis* grega, a Cidade-Estado, a cidade burguesa ou a cidade globalizada, todas mantêm implícita na acepção de cidade o conceito de espaço público. A forma de apropriação e de entendimento do espaço público é que sofreu mutações ao longo do tempo: de espaço de debate entre iguais a espaço de representação do poder; de espaço de livre circulação de mercadorias e de trocas a espaço dos fluxos ligando espaços e interesses privados. Ainda sobre essa questão,

Sennett irá falar de um “espaço público morto”, ao referir-se ao declínio geral de uma cultura pública nos grandes centros urbanos, enquanto Habermas irá destacar não esse esvaziamento, mas o deslocamento pontual ou “refuncionalização” das funções da “esfera pública” urbana para uma política institucional e para os meios de comunicação de massa. (LEITE, 2007, p. 144)

Essas mutações levaram a um novo entendimento e percepção do espaço público, alterando seu simbolismo e sua relevância no contexto urbano. Mas, ao contrário do indicado por Sennett (1988), não condenaram o espaço público à morte, apenas o estão reconfigurando, em outras bases ainda não completamente esclarecidas.

No Brasil, de acordo com Freyre (2006), desde a gênese da sociedade há uma predominância da esfera privada sobre a pública. Essa relação orientou a formação ideológica cultural brasileira. Leite (2007) também aponta essa tendência, indicando uma ausência de separação entre as duas esferas de sociabilidade e que alterações no padrão urbano são pouco influenciadas, no Brasil, pelas relações entre público e privado.

Freyre (2006) reconhece que a esfera pública brasileira ganha contornos um pouco mais relevantes a partir do colapso do regime escravocrata e do enfraquecimento da sociedade patriarcal rural. Contudo, “o patriarcalismo brasileiro, vindo dos engenhos e dos sobrados, não se entregou logo à rua; por muito tempo foram quase inimigos, o sobrado e a rua” (FREYRE, 2006: p.34).

DaMatta (2000) reforça que essa oposição entre a casa e a rua, como dois espaços de condutas sociais distintas, é traço marcante da constituição da sociedade e da cidade brasileira. A casa (espaço privado) representa o domínio da segurança, da ética, da liberdade de expressão e o pertencimento do indivíduo (como membro da família). Contraditoriamente a rua (espaço público) representa, a princípio, um espaço “desconhecido” destituído de qualquer relação de posse. Com isso, DaMatta (2000) revela que no Brasil ocorre uma inversão no sentido clássico de vida pública, já apontado por

Freyre (2006). Ao mesmo tempo, realça o autor, o espaço público serve de suporte para a relação estrutural entre o indivíduo e a massa.

Leite (2007) apoia-se nas constatações e teorias de Freyre (2006) e DaMatta (2000), entre outros, para elaborar seu discurso sobre o lugar do espaço público na cidade e na sociedade brasileira. Para o autor, na sociedade brasileira, cuja raiz é reconhecidamente familiar e patriarcal como indica Freyre (2006), houve um descompasso no desenvolvimento da cultura pública. Afirma, ainda, que o “excesso de familismo no Brasil não apenas retardou a emergência de uma cultura pública, como desconfigurou a esfera privada, transformando-a numa esfera pessoal” (Leite, 2007: p. 139).

De forma complementar, Leite (2007) revela que, no início do século XX, a falta de uma cultura pública e de uma sociedade civil que se configurasse como contraponto ao Estado contribuía, mais do que a ausência de espaços públicos, para obscurecer os limites entre as esferas pública e privada no Brasil. O autor prossegue com a análise da relação entre as esferas pública e privada e, contrariando a concepção de Sennett (1988), afirma que não houve no Brasil um declínio do homem público na modernidade, pois ele nem mesmo chegou a existir. “[...] não pela predominância de uma intimidade que substituíra uma vida pública em declínio, mas pelo excesso de familismo que retardou a emergência de uma cultura verdadeiramente pública” (LEITE, 2007: p. 139).

Leite (2007) coloca, ainda, que na formação da sociedade no Brasil predominou a ausência de uma clara distinção entre as esferas de sociabilidade, ocorrendo uma fusão entre os interesses coletivos e individuais (principalmente dos representantes das famílias mais influentes).

Transformações sociológicas com interferências na conformação urbanística, ainda que sutis, não são, portanto, fenômenos contemporâneos. Ao contrário, constituem um processo evolutivo corrente (e talvez infundável) marcado por períodos de descontinuidades. Essas rupturas podem ser percebidas em diversos momentos ao longo da história das cidades, como será mostrado a seguir.

## **2.2 Rearranjos Territoriais na Era Pós-Industrial: produção, conflitos e apropriações do espaço público nas cidades**

Os espaços livres públicos experimentam na atualidade, um momento de transformação vinculado ao processo da modernidade. Nesse momento parece haver certa negação do

ideal de vida pública urbana (ruas abertas, circulação livre, encontros impessoais e anônimos, presença dos diferentes grupos sociais consumindo, observando-se, participando da política, divertindo-se etc.). A desigualdade e a segregação parecem constituir-se como valores estruturantes.

Segundo Santos (2002), elementos do espaço (e dentre os quais os espaços livres públicos) estão submetidos a variações quantitativas e qualitativas. A cada momento histórico, os elementos do espaço mudam seu papel e sua posição no sistema temporal e no sistema espacial. Então, em cada momento, o valor destes espaços deve ser tomado da sua relação com os demais elementos e com o todo. O autor, ao apresentar uma descrição das relações que explicam a organização do espaço, revela o aspecto social como forte delineador:

[...] o espaço não pode ser formado apenas pelas coisas, os objetos geográficos, naturais e artificiais, cujo conjunto nos dá a natureza. O espaço é tudo isso, mais a sociedade: cada fração da natureza abriga uma fração da sociedade [...] cada lugar está sempre mudando de significação, graças ao movimento social: a cada instante as frações da sociedade que lhe cabem não são as mesmas. (SANTOS, 2002, p.63)

Baseado em Benévolo (2003), Mumford (1998), Goitia (1992), Harouel (2001) e Moreno (2002) é possível identificar alguns presumíveis momentos onde as transformações sociais impuseram tensões na conformação do cenário urbano, alterando o seu processo evolutivo, e conseqüentemente o “valor” do espaço livre público nele inserido. Dentro os quais:

- A implementação do traçado regular na antiguidade clássica e a difusão do modelo de urbanização em quadriculas por todo o extenso Império Romano;
- O eclipsamento da vida urbana e a pulverização da população em feudos, motivado pela violência das frequentes invasões bárbaras no final Império Romano e início da Idade Média;
- Ou nos séculos subsequentes, já no Renascimento, a reestruturação da cultura urbana e das cidades.

Esses momentos de transição, onde a relevância da cidade e de seus espaços livres públicos sofreram variações acontecem, segundo os autores citados, desde o surgimento e estruturação dos primeiros aglomerados humanos. A partir de meados do século XIX, no entanto, parece haver uma intensificação no ritmo com que essas perturbações ocorrem. Isso porque, com a Revolução Industrial que ampliou a demanda por mão-de-obra nas cidades, houve uma potencialização no crescimento urbano. “Um novo tipo de civilização se

inicia, tendo como centro aglomerações urbanas cada vez maiores” (MORENO, 2002, p. 39).

Na cidade industrial instaurou-se uma transformação dos espaços públicos motivada pela falta de estrutura urbana para absorver tamanha massa populacional e pelo novo modo de vida, fundamentado principalmente no acúmulo de capital, causas já apontadas por Sennett (1988) como desencadeadoras do declínio da vida pública. Essas questões serão abordadas a seguir.

### 2.2.1 A transformação da cidade a partir do processo de industrialização

Segundo Moreno (2002) a revolução industrial provocou rupturas funcionais e impeliu ao surgimento de uma nova ordem urbana, inaugurada com os Planos de Haussmann e Cerdà, para Paris e Barcelona, respectivamente. No final do século XIX e começo do século XX os planos de intervenção urbanística proliferaram pela Europa e América do Norte.

Para Goitia (1992), no âmbito urbanístico, a Revolução Industrial provocou não somente a expansão e o adensamento urbano (propiciado pelo incremento populacional atraído pelo emprego industrial), mas também reorganizou a estrutura das cidades. As indústrias buscavam áreas que oferecessem suporte logístico para seu funcionamento. Criavam-se então, zonas industriais em torno das quais cresciam bairros de moradia dos trabalhadores dessas indústrias.

Ainda na primeira metade do século XX, segundo Moreno (2002), muitas cidades, sobretudo na Europa, foram destruídas em conflitos bélicos, principalmente durante a Primeira e a Segunda Guerra Mundial<sup>12</sup>. A necessidade de reconstrução das cidades esbarrava nas limitações financeiras. Ghel e Gemzoe (2002) colocam que, na Europa, a reconstrução após a Segunda Guerra Mundial e o rápido crescimento urbano subsequente impuseram outras prioridades aos planejadores urbanos, que não a estruturação e implantação de espaços públicos.

---

<sup>12</sup> A 1ª Guerra Mundial, ocorrida entre 1914 e 1918, teve embates desenvolvidos apenas no continente europeu. A guerra gerou aproximadamente 10 milhões de mortos, o triplo de feridos, arrasou campos agrícolas, destruiu indústrias, além de gerar grandes prejuízos econômicos. Já na 2ª Guerra Mundial, ocorrida entre 1939 e 1945, os combates se estenderam para além do território europeu, sendo travados também na Ásia e África. Os prejuízos foram enormes, principalmente para os países derrotados (Alemanha, Japão e Itália). Foram milhões de mortos e feridos, cidades destruídas, indústrias e zonas rurais arrasadas e dívidas incalculáveis.

No início do século XX, como indica Choay (1979), o planejamento urbano se fortalece com o advento do movimento que se convencionou chamar Modernismo. O ápice do planejamento técnico-estético modernista aconteceu com o modelo universal de cidade funcional, divulgado na Carta de Atenas, documento síntese do IV Congresso Internacional de Arquitetura, ocorrido em 1933. Dividida por funções - habitar, trabalhar, cultivar corpo e espírito e circular- a cidade funcional retomou a bipolaridade público-privado na organização espacial urbana e evidenciou o espaço público como espaço de lazer por excelência.

O Movimento Moderno na arquitetura e no urbanismo representou uma releitura da ideia de espaço público. Segundo muitos de seus representantes, todo o solo existente dentro dos perímetros urbanos deveria ser de propriedade pública, sendo pertencentes à esfera privada apenas frações ideais dos terrenos correspondentes às residências particulares.

De acordo com Benévolo

[...] desde o início, os arquitetos modernos criticam a combinação entre interesse público e propriedade particular que já se encontra na sociedade burguesa, e indicam a alternativa a alcançar: a reconquista do controle público sobre todo o espaço da cidade. (BENÉVOLO, 2003, p.631)

O modelo moderno foi adotado amplamente, sobretudo na Europa após a 2ª Guerra Mundial (1939-1945), mediante necessidade de reconstrução das cidades destruídas no conflito, conforme indica Moreno (2002). O modelo urbanístico moderno expandiu-se por toda a Europa, alcançou os Estados Unidos e até mesmo os países subdesenvolvidos. Contudo, segundo Choay (1979), Moreno (2002) e Benévolo (2003), a homogeneidade trazida pelo modelo logo se apresentou monótona e entediante. Os grandes espaços livres públicos vazios tornaram-se inúteis, perigosos ou pouco atraentes para a população. De forma complementar, Ghel e Gemzoe apontam que por volta de 1970,

[...] o modernismo começou a ser desafiado e o debate público levantou questões de qualidade urbana, condições de vida da cidade, poluição, além da crescente invasão de ruas e praças urbanas pelo carro. Espaço e vida públicos passaram a serem considerados objetos significativos do debate e prática da arquitetura. (GHEL E GEMZOE 2002, p. 07).

No Modernismo o espaço público retomou lugar de destaque na concepção e discussão da conformação urbana. Contudo, a nova conotação imposta não foi assimilada pela sociedade, cujos padrões comportamentais haviam sido alterados pela profusão dos ideais capitalistas difundidos com a Revolução Industrial. Como apontou Sennett (1988), em referência à segunda metade do século XX, a vida pública urbana estava em declínio.

### 2.2.2 A realidade urbana e os conflitos do espaço livre público na atualidade

A retração no uso do modelo funcional modernista tem como fator desencadeador, entre outros, o pouco interesse da sociedade pelas práticas coletivas e pelos espaços livres públicos, herdados da sociedade burguesa, como aponta Benévolo (2003), e multiplicados no capitalismo pós-industrial<sup>13</sup>.

Sendo assim, a transformação do espaço livre público contemporâneo está relacionada ao progressivo esvaziamento de significado da esfera pública para a sociedade atual, que corresponde à ascendência do âmbito doméstico à esfera pública, conforme indicaram Arendt (2005) e Sennett (1988). Segundo Sperling (2001: s/p), no presente o “espaço público está hierarquicamente posicionado sob o privado e dele depende sua forma. A percepção do espaço – e ele próprio – constrói uma cidadania em negativo. Ao público resta o que sobra das necessidades do que é privado”.

Como aponta Sennett (1988), a erosão da dimensão pública na cidade e sociedade urbana pós-moderna é um processo decorrente de fatores atrelados ao capitalismo industrial. Lefebvre (1991) também apresenta correlações entre esses processos. Na opinião de Lefebvre (1991), o espaço livre público é visto, a partir da ascensão do capitalismo moderno, como um produto vinculado à reprodução das relações de produção. A cidade passa a ser moldada, para o autor, como um produto ou uma solução espacial planejada para viabilizar as práticas capitalistas. Ela é, portanto, o substrato espacial para a, ou da produção capitalista.

Entre esses produtos espaciais do capitalismo estão os espaços interiorizados, representados pelos *shoppings centers*, parques temáticos e condomínios fechados. Tais “produtos” representam novas formas para antigas práticas de consumo, lazer e moradia, respectivamente. Por sua vez, estas formas acarretam na fragmentação do tecido urbano, uma vez que, por seu caráter interiorizado (espaços voltados para si mesmos) fragilizam ou anulam as relações com as adjacências.

---

<sup>13</sup> É evidente que, em alguns momentos históricos, esse movimento é inverso, e os espaços livres públicos voltam a ser palco de manifestações coletivas intensas, principalmente de cunho sociopolítico, mas também em comemorações de feitos esportivos e culturais entre outros. Como, exemplo, a campanha pelas eleições diretas ocorrido no início da década de 1980 ou o movimento pelo impeachment, em 1992, do então presidente Fernando Collor, quando milhares de brasileiros foram às ruas para manifestar seus desejos políticos. Contudo, esses movimentos são esporádicos e em nada se relacionam com a apropriação do espaço livre público para prática de atividades de lazer, das quais se ocupa este trabalho.

A desvalorização do valor simbólico do espaço público, a conseqüente degradação de sua imagem e as disfunções que apresenta, expressam a condição crítica do espaço público em nossas cidades, crescentemente reguladas por lógicas econômicas, leis de mercado e parâmetros relativos somente à produção e ao consumo. Prosperam as formas desagregadas, prevalecem os interesses e os olhares setoriais (para uns é um espaço técnico, viário e de infraestruturas, para outros é o âmbito do perigo e a negação da alteridade, espaço da oportunidade e do abuso, da transgressão e da anomia, etc.) pelo qual a hipótese de que o espaço público é fator de continuidade cognitiva, perceptiva e valorativa da cidade perdeu entidade em uma aproximação empírica e fenomenológica da cidade ainda que sobreviva na formalidade do sistema legal. (ARROYO, 2005, s/p)

Apesar do discurso que indica a atrofia e esvaziamento do espaço livre público e das relações sociais que nele vigoram, Macedo *et al.* (2009) afirmam que a difusão do automóvel (que facilita os deslocamentos para espaços de lazer mais distantes da moradia do indivíduo), a propagação da imagem dos *shopping centers* como símbolo do lazer coletivo e implantação de espaços livres privados em condomínios, não limitaram o uso dos diversos tipos de espaços livres públicos. Os autores revelam ainda, a partir do estudo do sistema de espaços livres em diversas metrópoles brasileiras, um crescimento quantitativo dos parques públicos inseridos no tecido urbano dessas cidades e que esses se configuram como principais espaços de lazer de fim de semana de grande parcela da população.

Em outro trabalho, Macedo (1999) indica que as praças e os parques são os tipos mais comuns de espaços livres públicos<sup>14</sup> voltados para atividades de lazer no Brasil. O dado é reiterado em Macedo *et al.* (2009: p. 71), sendo acrescentado que “há uma cultura do poder público e da população em reconhecer e demandar, predominantemente, as praças”. Ainda no mesmo artigo, os autores afirmam que os investimentos públicos para implantação e manutenção de praças brasileiras estiveram, por décadas, concentrados em áreas centrais ou em bairros de classe média alta, e que somente a partir dos anos 1990, esses foram direcionados para a criação e gestão de praças para atendimento da população de menor renda. Ressaltam também que

[...] a maioria quando implantada em tais áreas [bairros ocupados por população de menor renda], não receberam manutenção dos seus equipamentos e instalação de iluminação noturna, tornando sua acessibilidade e uso restritos. Muitas delas desapareceram pelo excesso de uso e falta de manutenção e outras simplesmente pelo abandono. (MACEDO *et al.*, 2009, p. 71).

---

<sup>14</sup> Cabe ressaltar que, em cidades com faixa litorânea, a apropriação e uso da praia e de toda a infraestrutura implantada em redor – calçadões, ciclovias e equipamentos esportivos- é significativa no Brasil.

O processo de transformação do entendimento do espaço livre público, sobretudo dos espaços de lazer, estaria calcado na dissociação/ desarticulação entre suas formas, condições físicas e seus usos cotidianos e significados culturais. No entendimento de Macedo *et al.* (2009) isso fica explícito, quando há a indicação de que a falta de manutenção e/ou de equipamentos restringem ou condicionam o uso desses espaços.

Na cidade contemporânea uma nova problemática passa a se apresentar com relação à configuração de espaços livres públicos, os quais necessitam desempenhar seu papel em um contexto inédito. Esses espaços são ao mesmo tempo ausência e território, onde a vida cotidiana segue desenvolvendo-se efêmera, dinâmica e fluída. No presente de nossas cidades, o espaço livre público pode ser tanto uma referência estável e certa, um espaço estratégico para o exercício da cidadania quanto, pelo contrário, se constituir como território instável e indeterminado.

Em consonância com Macedo *et al.* (2009), Ghel e Gemzoe (2002) também indicam uma reaproximação entre o público e os espaços públicos. Os autores, contudo, teorizam que esse movimento não é universal e ocorre concomitantemente a outros movimentos, inclusive, de repulsão do espaço público. A constatação é feita a partir do estudo de diversas cidades, localizadas majoritariamente na Europa, mas também na Ásia e América. As cidades estudadas são categorizadas a partir do uso corrente de seus espaços públicos em:

- Cidade Tradicional: onde as funções tradicionais do espaço público – lugar de encontro, comércio e circulação, segundo os autores- continuam a coexistir em equilíbrio;
- Cidade Invasa: na qual os usos individuais, geralmente o tráfego de veículos, usurpam territórios à custa de outros espaços urbanos;
- Cidade Abandonada: onde o espaço e a vida pública praticamente desapareceram.
- Cidade recuperada: na qual, através de esforços coletivos, foi reiterado o equilíbrio entre os usos dos espaços públicos.

Dessa maneira, enquanto o espaço público perpetua ou retoma sua posição de destaque na conformação e convivência urbana em algumas cidades, como Veneza, Curitiba ou Barcelona, em outras eles perdem significado e apropriações, cedendo lugar ao automóvel e, em última instância, desaparecem como lugar de convivência, ainda que possam continuar existindo fisicamente.

O processo de recuperação da cidade é, segundo os autores, uma reação ao enclausuramento contemporâneo

Em uma sociedade na qual cada vez mais a vida diária acontece na esfera privada – em casas privadas, com computadores e carros privados, em espaços de trabalho privados e em centros comerciais estritamente controlados e privatizados- existem sinais claros que a cidade e os espaços urbanos receberam um novo e influente papel como espaço e fórum públicos. (GHIEL E GEMZOE, 2002, p.20).

A partir dessas considerações é possível afirmar que a cidade tem estado em constante mutação impelida por conflitos de natureza diversa: fixo *versus* fluxo, novo *versus* velho, homem *versus* máquina, centro *versus* periferia. Esses conflitos imprimem novas morfologias aos espaços urbanos, principalmente aos espaços livres públicos.

Solà-Morales (1996) aponta a mutabilidade como uma das principais características do espaço urbano contemporâneo, classificado ainda, como dinâmico, impreciso e progressivamente aformal. Para o autor, o espaço urbano atualmente não se apresenta segundo um único estado evolutivo e, nem mesmo segue um movimento coerente de transformação. O espaço urbano acumula, em si, experiências de transformação simultâneas e contraditórias. A concepção do autor implica considerar que a transformação urbana acontece de forma dissociada no tempo-espaço, pela acumulação de processos específicos inerentes a cada lugar sendo produto, portanto, de realidades estratificadas.

Solà-Morales (1996) indica a predominância da situação urbana globalmente, devido à concentração do contingente populacional em áreas urbanizadas. Discorre também sobre a dissolução das fronteiras campo-cidade, indicando que a territorialidade urbana transcende os limites das cidades e abraça áreas não urbanizadas, que funcionam como suporte operacional, logístico e de abastecimento da mesma, incluindo-se as vias e redes de transporte e logística, áreas de expansão e proteção ambiental.

Além das territorialidades físicas, Solà-Morales (1996) considera o espaço virtual de comunicação e entretenimento como constituinte potencial da vida urbana, inserindo-o como elemento de propagação do urbano.

Gausa (1996) reafirma a predominância e a expansão da cidade apontada por Solà-Morales (1996). Revela, ainda, tratar-se de uma dinâmica mundial descentralizada e com características em grande parte comuns. O autor destaca que o processo de urbanização, embora planetário, é conduzido de maneira heterogênea em decorrência de tensões específicas inerentes a particularidades culturais, socioeconômicas e do sítio, entre outros aspectos, de cada lugar. Ou seja, o fenômeno da urbanização é mundial, mas o processo

constitutivo de cada cidade é local, não ocorrendo, por isso, um processo evolutivo único de expansão urbana e sim tempos ou estágios de urbanização distintos.

Harvey (2004) faz um alerta acerca da urbanização universal e massiva e dos problemas decorrentes desse processo: concentração de empobrecidos, falta de infraestrutura, degradação ambiental, congestionamentos, desenvolvimento humano e econômico frustrado etc. A esse contexto sócio espacial e econômico o autor denomina distopia. Na distopia o lugar muda, perde intensidade, se desajustam as relações e as práticas nele exercidas, gerando experiências desconcertantes que quebram a possibilidade de compreender a cidade como uma entidade total, contínua e estruturada. Como resultado de toda essa transformação se tem uma cidade caracterizada por um complexo sistema de circulação, redes e fluxos, na qual predomina a noção de fragmentação, dificultando a sua percepção e entendimento.

A cidade contemporânea como fenômeno histórico que se especifica em nossas cidades fica determinada pelas tendências próprias da mundialização [...] que caracterizam a condição contemporânea da vida urbana, com efeitos particulares segundo o caso que se considere. Ao articular-se essas tendências históricas e estruturais com a conjuntura local suscitam-se problemáticas e fenomenologias particulares nas cidades e no espaço público [...]. Esta problemática se manifesta como desajustes das coordenadas espaço-temporais que até agora ofereceram referência, identidade e sentido ao espaço urbano. (ARROYO, 2005, s/p).

O entendimento da cidade tradicional que apontava para uma ideia baseada na centralidade, estruturada, definida e organizada em sua totalidade, na qual os espaços livres públicos são territórios demarcados, consolidados no espaço e no tempo através das formas, usos e significados historicamente relevantes, está sendo alterado. Na cidade contemporânea, segundo Arroyo (2005), os fenômenos introduzidos pela mundialização e espetacularização geraram descentralização, dispersão e fragmentação, acabando por interferir nas coordenadas espaço-temporais,

[...] que até agora ofereciam referência, identidade e sentido ao espaço urbano e que intensificam a percepção do espaço público como uma dimensão desestabilizada e errática da cidade, inteiramente anômico, degradado e desvalorizado. (ARROYO, 2005, s/p).

Nesse sentido, Solà-Morales (1996) destaca a metrópole contemporânea como uma nova espécie de aglomeração urbana, que supera e engloba, em processos singulares, a cidade que conhecemos até agora. Essa metrópole, vasta, heterogênea e descontínua, já não é produzida, segundo o autor, por relações de proximidade espacial ou contextual. A produção agora ocorre por meio de relações dinâmicas e deslocalizadas, associadas aos fluxos

vinculados à realização das atividades humanas (residência, produção, serviço, ócio), incluindo-se os fluxos informacionais, dinamizados com o advento da rede mundial de computadores.

Sendo assim, o espaço público na cidade contemporânea é símbolo da mobilidade, da preponderância dos fluxos de informações, pessoas ou mercadorias conectadas em redes cuja máxima função é a dinamização do sistema territorial e econômico.

Apesar do contexto de urbanização dispersa e fragmentada, e talvez em reação ao mesmo, Queiroga *et al.* (2009: p. 96) insistem que o estudo e a proposição de espaços livres públicos é fundamental, no sentido de “afirmar a própria noção de cidade, ainda que de uma forma nova, mas sempre caracterizada pela possibilidade do encontro público”. Outro ponto registrado pelos autores diz respeito à ampliação do acesso às novas tecnologias de informação e telecomunicação no cotidiano, frente às quais “e talvez mais por isto, importa a co-presença, condição para a existência de lugares, para a apreensão de diferenças e semelhanças, permanências e transformações, desigualdades, conflitos e acordos” (QUEIROGA *et al.*, 2009, p. 94). Os autores revelam assim, que ainda num contexto de transformação os espaços públicos constituem-se relevantes para a construção da cidade e do cidadão.

Os mesmos aspectos são apresentados por Ghel e Gemzoe (2002), cujo discurso mais uma vez é compatível com o de Queiroga *et al.* (2009), para justificar o movimento de recuperação das atividades tradicionais do espaço público. Para os autores

Em contraste às várias comunicações indiretas e aos diversos espaços privados, a oportunidade das pessoas em usar seus sentimentos e interagir diretamente com seu entorno vem tornando-se extremamente atrativa. A sociedade de informação está favorecendo novos sentidos e significados à cidade como lugar de encontro. (Ghel e Gemzoe, 2002, p.20).

A partir das considerações apresentadas é possível construir uma hipótese sobre os conflitos que envolvem a implantação e a apropriação dos espaços livres públicos urbanos. Hipótese calcada na fragilização dos vínculos sociais e conseqüentemente da esfera pública, como indicam Sennett (1988), Arendt (2005), Habermas (1984) e Queiroga *et al.* (2009), e no fortalecimento das relações de capital, conforme Lefebvre (1991).

Essas transformações materializam-se na ressignificação do espaço livre público, inserido no cenário urbano não mais como espaço de convivência cotidiana dos cidadãos, mas como solução espacial voltada para as relações de capital.

A resignificação dos espaços livres públicos está centrada, segundo Arroyo (2005) na dissociação da morfologia, usos e significados culturais dessa categoria de espaço urbano que, por sua vez, possibilitou a valorização de novos tipos de espaços públicos – primeiramente os espaços interiorizados, como *shopping centers*, e posteriormente o espaço virtual. Esses “novos” espaços, em geral, possuem frágeis ligações com o exterior e estimulam a interrupção da continuidade cognitiva do espaço urbano.

Solà- Morales (1996) contribui para a elaboração dessa hipótese ao indicar que o espaço urbano experimenta, atualmente, transformações simultâneas e contraditórias, que geram desajustes entre o lugar e as práticas que nele ocorrem. Harvey (2004) também aponta esses desajustes como fatores desencadeadores da fragmentação urbana e acrescenta que, com a metropolização e a urbanização universal, houve uma reprodução massiva de um modo de urbanização que apresenta arranjos espaciais estruturados a partir de um complexo sistema de circulação, redes e fluxos.

No Brasil, segundo Macedo *et al.* (2009), a urbanização contemporânea reproduz arranjos espaciais que levam ao isolamento, a fragmentação e a dispersão funcional e física das cidades, quanto às formas de moradia, trabalho, lazer e convivência. Consequentemente há uma reconfiguração da mobilidade, acessibilidade e, numa instância simbólica, da imagem da cidade, por ora descontínua. Ribeiro (2007) aponta como fator determinante dessa condição descontínua o movimento tendencial ao empobrecimento das relações sociais, que torna igualmente empobrecida a vida urbana, reduzida ao ato do consumo e ao mundo privado. Assim, a compreensão das alterações nas formas de apropriação e vivência da cidade e de seus espaços, e a segregação sócio espacial a que se submete grande parte da população, envolvem implicações que serão consideradas a seguir.

### **2.3 Urbanização, Fragmentação e Segregação Espacial: as duas faces das cidades brasileiras**

Na maioria dos países em desenvolvimento, inclusive no Brasil, o processo de urbanização ocorreu de maneira intensa, como relatam Maricato (2008) e Santos (2005), especialmente na segunda metade do século XX. O crescimento urbano brasileiro ocorreu, grande parte, de forma espontânea, ou seja, sem planejamento prévio e sem controle estatal, resultando em deficiências na infraestrutura e no acesso aos serviços básicos. Esse “gigantesco movimento de construção de cidades” (MARICATO, 2008, p. 16) resultou na concentração populacional em áreas urbanas. Em 2010 as cidades brasileiras abrigavam mais de 80% da

população total do país, segundo dados apresentados por Maricato (2008) e confirmados pelo IBGE. É relevante considerar que grande parcela desse contingente ainda se encontra precariamente assentada.

A ocupação do território de maneira informal ou espontânea primou pela resolução da demanda por moradias. Os espaços livres públicos nos assentamentos informais, na maioria das vezes, eram constituídos apenas pelos espaços de circulação, que muitas vezes não passavam de ruelas e becos entre as edificações. Em alguns casos, como na Baía Noroeste de Vitória, essas vias de circulação eram compostas por frágeis estruturas de madeira, como indica Barbosa (2005), implantadas sobre o terreno brejoso da área de manguezal ocupado. Nesses locais, os espaços públicos de lazer ficaram esquecidos. As ruas, *a priori* espaços destinados a circulação, acumularam também as funções próprias dos espaços livres públicos, ao serem apropriados alternativamente pela população para o lazer e recreação.

Nessa perspectiva, faz-se necessária a discussão entre a relação entre espaço público e espaço privado na constituição urbana brasileira e as implicações da inexistência de uma política de urbanização ampla e consistente como verificado a seguir.

### 2.3.1 O processo de formação do espaço urbano brasileiro

A urbanização brasileira, ensaiada inicialmente no Recôncavo Baiano, segundo Reis Filho (1968) e Santos (2005), expande-se por todo o território a partir do século XVIII, ainda que observadas discrepâncias regionais. Inicialmente foram formados arquipélagos urbanos que se desenvolviam segundo lógicas sócio espaciais e econômicas próprias. Segundo Santos (2005), essa expansão ocorreu de forma lenta, levando mais de um século para atingir a sua maturidade e somente no século XX, é que a configuração espacial brasileira adquire feições como as que vimos atualmente. “Tratava-se muito mais da geração de cidades, que mesmo de um processo de urbanização”. (SANTOS, 2005, p. 22).

A partir das primeiras décadas do século XX, o processo de urbanização, com apontam Santos (2005) e Maricato (2008), ganhou impulso com a ampliação da oferta de mão-de-obra livre, a proclamação da república e a mecanização da agricultura, esta última atrelada a uma indústria incipiente.

Utilizando dados oficiais do IBGE, Santos (2005) argumenta que entre 1940 e 1980 acontece uma inversão completa na distribuição populacional brasileira. Em 1940 o índice

de urbanização observado era de 26,35%, entre as décadas de 1960 e 1970, a população urbana ultrapassou a rural, com índice de urbanização de 45,52% e 56,80%, respectivamente. Em 1980 o índice de urbanização alcançou 68,86%, completando a inversão. O crescimento do índice de urbanização continuou nas décadas subsequentes, e em 1990 chegou a 77,13%, de acordo com Santos (2005). Dados do censo 2000 do IBGE indicam que o incremento do índice de urbanização prosseguiu, ainda que mais lentamente, na última década do século XX, chegando a 81,23%. Já na contagem realizada em 2010, pelo mesmo instituto, constatou-se que o país somava 190.732.694 de habitantes, dos quais 160.879.708 (84,35%) residiam em áreas urbanas e apenas 29.852.986 (15,65%) ocupavam áreas rurais.

Para Santos (2005)

[...] o forte movimento de urbanização que se verifica no Brasil a partir do fim da 2ª Guerra Mundial é contemporâneo de um forte crescimento demográfico, resultado de uma natalidade elevada e de uma mortalidade em descenso, cujas causas são os progressos sanitários, a melhoria relativa dos padrões de vida e a própria urbanização. (SANTOS, 2005, p. 33).

Já Durham (1984; p. 20), afirma que “este enorme crescimento das cidades envolve, necessariamente, intensa migração rural-urbana”. O êxodo rural tem múltiplas causas, sendo as principais a perda de trabalho no setor agropecuário - em consequência da modernização técnica do trabalho rural, com a substituição do homem pela máquina- e a estrutura fundiária concentradora, resultando numa carência de terras para a maioria dos trabalhadores rurais.

O desenvolvimento industrial acelerado imprimia a necessidade de grande quantidade de mão-de-obra para trabalhar nas unidades fabris, na construção civil, no comércio ou nos serviços, o que atraiu milhares de migrantes do campo para as cidades. Assim, destituídos dos meios de sobrevivência na zona rural e atraídos pela possibilidade de emprego na indústria em franca ascensão, os migrantes dirigem-se às cidades em busca, acima de tudo, de melhores condições de vida, como evidencia Durham (1984).

A industrialização no Brasil foi acompanhada, na visão de Santos (2005) e Maricato (2008), de rápida urbanização, com a formação de aglomerações urbanas que superaram os limites das antigas cidades, num processo rápido e intenso. A atratividade exercida pelo emprego potencial nas instalações industriais, aliada à falta de expectativas positivas para a vida no campo, constituíram-se, segundo os mesmos autores, como vetores da urbanização brasileira. Esses mesmos autores argumentam que a urbanização, entretanto, apresentou

um “padrão” de desenvolvimento diferente da industrialização, se tornando muitas vezes relativamente independente do desenvolvimento industrial do território. O crescimento das cidades menos industrializadas apresentou um ritmo quase tão intenso como o das cidades mais industrializadas, segundo Maricato (2003). Concomitantemente, verificou-se a inexistência de uma política de desenvolvimento integrado. Conjuntamente esses elementos produziram desequilíbrios, acentuando as diferenças regionais e promovendo o abandono do campo.

Ao longo das décadas, a população brasileira cresceu de forma significativa, ao passo desse crescimento as cidades também tiveram sua aceleração em relação ao tamanho, formando imensas malhas urbanas, ligando uma cidade à outra e criando as regiões metropolitanas. As metrópoles concentravam os índices de crescimento urbano e econômico. Em 1950, abrigavam, segundo Santos (2005) aproximadamente 18% da população do país; em 1970, cerca de 25%; e, em 1991, mais de 30%.

À medida que a infraestrutura de transportes e comunicações foi se expandindo pelo país, o que Santos (2005) define como difusão do meio técnico científico informacional, o mercado se unificou e a tendência à concentração urbano-industrial ultrapassou a escala regional, atingindo o país como um todo.

Contudo, a cidade não conseguiu se “preparar” na mesma velocidade do crescimento populacional, ocasionando a formação de um espaço urbano marcado pela desigualdade e pelo desequilíbrio socioeconômico e ambiental. Essa desigualdade é evidenciada na existência, em uma mesma cidade, de áreas nas quais os investimentos dos agentes formais – sejam governamentais ou da iniciativa privada- garantiam infraestrutura e acesso a serviços básicos em contraposição a outras, onde as intervenções eram deficientes e insuficientes ou mesmo onde não se observava qualquer tipo de intervenção.

Interessa aqui pontuar, que as áreas que receberam investimentos públicos ou privados em infraestrutura e serviços, proporcionando assim melhores condições de habitabilidade e urbanização aos moradores serão reconhecidas, neste estudo, como a cidade formal. Já as áreas precariamente ocupadas e sem infraestrutura serão tratadas como cidade informal, na qual predomina, segundo Klintowitz (2008), a ocupação espontânea quase sempre protagonizada por população de menor renda, sem acesso ao mercado de terras formal. Essas questões serão objeto das considerações que se seguem.

### 2.3.2 Segregação territorial: a cidade formal x a cidade informal

De acordo com Brandão (2006), o processo de urbanização brasileiro tem se caracterizado, desde o início, pela combinação entre os processos de exclusão social e segregação espacial. A exclusão social pode ser interpretada de uma forma abrangente, compreendendo diversos componentes, entre eles a condição socioeconômica. São excluídos todos aqueles que não têm condições econômicas de participação, seja na vida social como um todo, seja em algum de seus aspectos. A exclusão social é uma das razões da segregação espacial, e nela se evidencia.

Vilaça (2008, p. 29) destaca que as cidades brasileiras são atualmente “o *locus* da injustiça social e da exclusão”. O autor afirma que a nova face da urbanização brasileira é marcada pela marginalidade, violência, precariedade no atendimento às necessidades básicas da população (educação, saúde, transporte, entre outros) e degradação do meio ambiente. Vilaça (2008, p.33) inclui ainda a má distribuição de renda e consequente estratificação social como característica das cidades brasileiras. Afirma ainda que “o espaço urbano no Brasil desempenha um importante papel na produção e reprodução de toda essa desigualdade”.

Schvasberg (2008) apresenta opinião harmônica a de Vilaça (2008) sobre a segregação sócio espacial no Brasil. Para o autor

“Em se tratando de desenvolvimento e estrutura das cidades brasileiras, o primeiro aspecto a destacar são as enormes diversidades constituídas pela nossa realidade urbana e territorial, provenientes de uma estrutura de social marcada por fortes desigualdades sócio-espaciais e crescente heterogeneidade interna”. (SCHVASBERG, 2008, p. 43).

Para Carlos (2004), a segregação sócio espacial fica fortemente marcada na paisagem a partir das diferenças morfológicas e tipológicas (tamanho do lote e o tipo de material construtivo utilizado na edificação, por exemplo), nas condições de infraestrutura do espaço urbano e na oferta de serviços à comunidade. Isso porque, os indivíduos de menor renda e sem qualificação profissional ficam a margem do mercado formal de terras, em função dos altos preços. Terminam, então, por se estabelecer no território por meio de moradias improvisadas ou precariamente construídas. Essas moradias ocupam, na maioria das vezes, terrenos desvalorizados pelo mercado imobiliário, como áreas de interesse ambiental, fundos de vales, morros ou áreas distantes dos núcleos centrais.

O espaço urbano produzido de maneiras distintas é fragmentado, seccionado por fortes padrões de segregação socioeconômicos e espaciais. São duas cidades – uma formal e

outra informal - dentro de um mesmo espaço urbano. “A cidade informal representa uma das ‘outras faces’ da urbanização contemporânea e produz formas e vivências do território distintas das que são produzidas na cidade formal”. (KLINTOWITZ, 2008, p.02). Segundo Maricato (2003), o número de imóveis ilegais nas grandes cidades é tão grande que a cidade legal, cuja produção é hegemonicamente capitalista, acaba sendo cada vez mais o espaço da minoria.

A cidade informal abrange as favelas, os loteamentos clandestinos e irregulares, que não dispõem dos quesitos básicos de urbanização e são ocupados, grande parte, por população de menor renda. Constituem quesitos de urbanização: infraestrutura urbana (rede de distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto, pavimentação, por exemplo), equipamentos públicos (escolas, creches, unidades de saúde e de atendimento social, entre outros) e acesso a serviços (transporte coletivo, telefonia, etc.).

Nesse contexto, fica evidenciado um dos grandes problemas urbanos contemporâneos: a segregação, tanto espacial (relacionada a condições de infraestrutura, habitabilidade e mobilidade) como social (relacionada à inadequação ou inexistência de políticas públicas que possibilitem a inclusão da parcela populacional menos favorecida).

No Brasil, o conceito de cidade informal é algumas vezes confundido/fundido com periferia que, *a priori*, designa áreas distantes dos centros urbanos. De acordo com Seabra (2004) *apud* Ribeiro (2007, p.77/78) “a noção de periferia, na sua generalidade, refere-se à pobreza geral expressa na falta de meios materiais que suportam a reprodução dos indivíduos com padrões mínimos de dignidade humana.”

Periferia, portanto, não pode ser entendida no contexto atual como um lugar longe, distante fisicamente de algum ponto central, uma vez que não mais o distanciamento é o determinante das relações sócio espaciais nos espaços urbanos. As periferias são caracterizadas, cada vez mais, pelos contextos sociais e econômicos de sua população, pela infraestrutura disponível e pelas territorialidades estabelecidas. Assim, longe ou perto do centro urbano, a periferia ou cidade informal, denota a destituição de algum elemento de formalização ou funcionalização do espaço urbano.

Independente da denominação que recebe – se cidade informal ou periferia – a face da cidade produzida de maneira informal, mesmo que receba intervenções posteriores que lhes garantam infraestrutura, equipamentos públicos e acessos a serviços, ainda conservará reminiscências de sua informalidade. Reminiscências impressas em traçados viários orgânicos, em vias estreitas, na constituição fundiária, no parcelamento composto por lotes

pequenos e sem acesso à via pública mas, sobretudo, na ausência ou na raridade dos espaços livres públicos voltados para atividades de lazer, de uma forma geral. Essa ausência pode ser justificada pela exiguidade e dificuldades de terreno frente a necessidade de construção de moradias. A lógica do morar sobrepõe-se a lógica do lazer e, em última instância, revela a predominância da propriedade privada sobre o espaço público.

No final da década de 1970 foi aprovada a lei federal nº 6.766/79, em vigor até a data deste trabalho, que regulamenta o parcelamento do solo urbano. Numa tentativa de organizar o crescimento das cidades, a lei prevê diversas medidas para a aprovação de loteamentos, dentre as quais se destaca a imposição de reserva de áreas para implantação de equipamentos comunitários e áreas livres de uso público – dentre eles os espaços de lazer. A lei apresenta também restrições e proibições a ocupação de áreas de risco e de preservação ambiental.

Contudo, segundo Gouvêa e Ribeiro (sd), a lei também resultou em aspectos negativos. As autoras afirmam que o processo de desenvolvimento urbano brasileiro tem se pautado na expansão horizontal, através da ocupação e adensamento de áreas não dotadas de infraestrutura e equipamentos. Do ponto de vista das autoras o encarecimento do solo devido a exigências para a formalização de empreendimentos imobiliários é um dos motivos que favorecem a ocupação ilegal. Um dos entraves legais apontados é justamente a lei federal nº6766/79, que estabelece exigências urbanísticas e obrigações, consideradas pelas autoras como demasiadas.

Mesmo com a tentativa de organização do parcelamento do solo, representada pela lei mencionada e algumas outras medidas, as ocupações irregulares continuaram. A Baía Noroeste de Vitória é um exemplo de espaço urbano de constituição informal. Essa área, segundo Bettcher (2006) e Derenzi (1995), já apresentava núcleos isolados de ocupação datados do final do século XIX e da primeira década do século XX. Esses bairros (hoje denominados Ilha das Caieiras e Santo Antônio, respectivamente), representavam inserções urbanas pontuais no território ambientalmente frágil de manguezal, e não lhe causavam danos extensivos. A partir da década de 1950, e mais intensamente nas décadas de 1970 e 1980 como aponta Vilas Novas (2003), ocorreram sucessivas invasões. As moradias, em sua maioria palafitas, avançavam sobre o mangue destruindo o ecossistema precedente.

Além do impacto ambiental provocado, a ocupação da Baía Noroeste acarretou em um impacto social a cidade de Vitória, devido a concentração grande número de famílias de baixa renda. Muitas das quais eram migrantes, principalmente do interior capixaba e dos

estados vizinhos de Minas Gerais e Bahia, que demandavam investimentos e políticas públicas no sentido de prover necessidades básicas como habitação, saúde e educação.

A ocupação da Baía Noroeste de Vitória representou, também, uma ampliação do quadro de segregação espacial, devido à falta de estrutura urbanística da área sobre a qual ocorreu o assentamento, como relata Barbosa (2005). No caso de Vitória, que possui características geomorfológicas peculiares, a segregação espacial foi evidenciada pela separação física promovida pelo afloramento rochoso denominado Maciço Central, que divide a ilha no sentido Leste-Oeste. Enquanto a Baía Noroeste concentrava a ocupação informal, a porção oeste recebia investimentos públicos e melhorias urbanas, incluindo obras de aterro para adequação do sítio sob a qual se assentava. A porção oeste se configurava, então, como a cidade formal.

A urbanização da região da Baía Noroeste só se desenvolveu plenamente a partir dos anos de 1990, como mostra Vilas Novas (2003), com a execução de aterros que erradicaram as palafitas sobre o manguezal, a pavimentação de vias, a implantação de redes de infraestrutura e equipamentos. Apesar da urbanização, a região ainda preserva heranças da ocupação informal, em muitos dos quesitos descritos anteriormente.

É possível afirmar que, assim como no exemplo mencionado da Baía Noroeste de Vitória, o processo de constituição urbana no Brasil ocorreu, de modo geral, a partir da negação do arquétipo urbano tradicionalmente aceito. Ou seja, aconteceu através da inversão da lógica público-privada, onde os espaços públicos são preteridos em relação aos espaços privados, mesmo que por razões intermitentes como a necessidade de moradia. Como resultante dessa forma de constituição têm-se cidades fragmentadas, onde a segregação sócio espacial é forte.

Diante de tal realidade urbana, esta pesquisa empenha-se em responder duas questões fundamentais acerca das formas de uso e apropriação dos espaços livres públicos:

Como o processo de formação das cidades brasileiras influi na apropriação e na utilização dos seus espaços livres públicos, principalmente para atividades de lazer, na atualidade?

Como o parcelamento, a concentração e o adensamento influem na produção de espaços públicos em cada período da urbanização brasileira e, principalmente, no período corrente de influências das redes telemáticas sobre eles?

## **2.4 Espaços públicos para que público? Interações entre a produção e a apropriação dos espaços livres públicos para atividades de lazer nas cidades brasileiras**

Os questionamentos apresentados, sobre as mudanças e permanências no papel dos espaços públicos no cotidiano urbano atualmente, implicam na compreensão de aspectos sociológicos e urbanísticos que no decorrer da história foram se modificando, até atingir o estágio atual.

Ghel e Gemzoe (2002) concluem que atualmente a relevância do espaço público é múltipla, variando desde o abandono e desinteresse até a valorização e o reavivamento. No Brasil, o que se observa, geralmente, é que os espaços livres públicos vêm disputando o papel de protagonistas da vida social com outras tipologias espaciais, destacando-se os espaços interiorizados e o espaço virtual, cuja abrangência será discutida nos Capítulos 3 e 4.

Buscando o entendimento acerca da influência da formação das cidades brasileiras na utilização dos espaços livres, cabe retomar a discussão inicial deste capítulo, apoiada em Freyre (2006), DaMatta (2000) e Leite (2007). A partir das análises dos autores conclui-se que, desde a gênese da sociedade brasileira há uma valorização da vida privada e, por conseguinte, dos espaços privados de sua realização. Apresenta-se, então, um potencial delimitador sociológico para o presumido desinteresse atual pelos espaços livres públicos, principalmente em apropriações para práticas de lazer: a falta de uma cultura do público, ainda que em momentos específicos esse panorama seja revertido.

Ainda quanto às implicações do processo de formação das cidades brasileiras na utilização dos espaços livres, aponta-se que com a intensificação da urbanização a partir da década de 1940 (Maricato, 2008; Santos, 2005) a lógica de produção de grande parcela do espaço urbano era baseada na informalidade, na ocupação espontânea do território (Klintowitz, 2008). Nessa cidade informal a necessidade de moradia sobressaía a necessidade de espaços destinados ao lazer, ficando estes ausentes ou minimizados nos parcelamentos informais.

A cidade brasileira do século XX, de modo geral, foi palco de três processos urbanos concomitantes. Enquanto novas áreas eram ocupadas - primeiro “momento” da urbanização-, outras já tomadas de maneira informal eram “formalizadas”. A formalização, que nem sempre se desenvolveu de maneira completa, proporcionou a implantação de infraestrutura, equipamentos e serviços e correspondeu ao segundo “momento” da urbanização. Ainda no século XX, a cidade no Brasil foi marcada pelo surgimento de novos

lugares voltados para o entretenimento - terceiro “momento” da urbanização - que acabaram por conferir conotações inéditas aos espaços públicos em geral.

A ausência de intervenções formais no sentido de dotar de equipamentos comunitários e infraestrutura, num primeiro “momento” da urbanização, contribuiu para o agravamento da ausência dos espaços livres públicos. Apresenta-se, então, um potencial delimitador urbanístico para a falta ou redução da apropriação destes espaços: a sua ausência ou raridade na cidade informal.

Outro fator urbanístico a ser considerado, para o endendimento do processo de apropriação dos espaços livres públicos, diz respeito ao segundo “momento” da urbanização. Nesse estágio, as intervenções, geralmente públicas, garantiram a implantação de infraestrutura e equipamentos básicos, dentre eles de espaços livres públicos destinados a atividades de lazer. Falando especificamente sobre as praças, que considera o tipo mais comum de espaços dessa categoria, Macedo *et. al* (2009) salienta que

Somente no final do século XX, nos anos de 1990, os investimentos públicos, tanto para a criação quanto para a gestão de tais espaços se tornaram expressivos, e assim mesmo em alguns centros. A maioria quando implantadas em tais áreas [de ocupação informal], não recebem manutenção dos seus equipamentos e instalação de iluminação noturna, tornando a sua acessibilidade e uso restritos. Muitas delas desaparecem pelo excesso de uso e falta de manutenção, outras simplesmente pelo abandono. (MACEDO et al., 2009, p.71)

A dissociação entre os anseios e necessidades dos cidadãos em relação aos espaços livres públicos e as formas e possibilidades que ele oferta é, então, mais um delimitador para a falta ou diminuição do interesse por esta categoria de espaço. Ao abordar as apropriações dos espaços públicos, Mendonça (2007) destaca que este ato está relacionado aos

[...] aspectos físicos, naturais e/ou construídos, caracterizados pelo desenho de formas, que, muitas vezes, além de representarem os espaços públicos a que se destinam, passam a corresponder à imagem de determinado lugar, cidade, região, ou país. No entanto, cabe reconhecer a presença de aspectos socioeconômicos inerentes à construção destas formas. Este entendimento considera que, a forma do ambiente urbano se encontra necessariamente relacionado às articulações dos interesses e esforços sociais e econômicos, envolvendo neste sentido, as pessoas, seus desejos e intenções. (MENDONÇA, 2007, p. 123)

Em um terceiro “momento” da urbanização, com a consolidação das cidades e a metropolização

O caos urbano, as velocidades dos automóveis e da vida agitada das metrópoles modernas [...], aliados a falta de segurança das ruas, criou um novo ambiente urbano muito pouco favorável para a vida comunitária nos lugares públicos, cristalizando no século XX a tendência já iniciada cem

anos antes da interiorização da vida, com o surgimento de lugares que se voltam para si e menos para a cidade. (DIAS, 2005, s/p).

Dias (2005) evidencia alguns fatores, que em sua visão, desqualificam o espaço público e contribuem para uma interiorização da vida urbana, como a falta de segurança e a presença marcante do automóvel nas ruas. O autor também aponta que os novos espaços voltados para o lazer- *shopping centers* e museus, por exemplo- são intrinsecamente ligados ao consumo e buscam reproduzir a lógica dos espaços livres públicos, lhes acrescentado qualificações como climatização e segurança. Mais adiante, no mesmo artigo, Dias afirma que

A crise do espaço urbano de qualidade é muito maior nos países [como o Brasil] que durante este último século [XX] vieram lutando contra problemas sociais e econômicos, onde a preocupação maior não era a criação de novos lugares públicos, mas sim o atendimento de necessidades básicas de infraestrutura para suas populações que não pararam de crescer desde a explosão demográfica mundial que ocorreu a partir da década de cinquenta do século XX. (DIAS, 2005, s/p).

Em oposição ao ideário constituído por Dias (2005) cabe colocar que o espaço virtual se insere no cotidiano contemporâneo como um elemento até então não experimentado. O espaço virtual não se coloca, portanto, como um opositor dos espaços livres públicos, mas sim como uma alternativa a eles para a realização de atividades outrora propícias aos espaços livres públicos. Os espaços livres públicos e o espaço virtual não são, portanto, excludentes, são coexistentes.

Fica evidente que, para Dias (2005), a cidade é fruto de relações que ocorrem em um determinado tempo, entre o espaço e a sociedade. Também para Carlos (2001), a cidade deve ser entendida tendo por base as relações sociais que se realizam enquanto espaço-tempo. A sociedade produz/reproduz um espaço nas suas atividades cotidianas. A produção espacial, logo, não pode ser dissociada da reprodução das relações sociais. Nesse sentido, a cidade pode ser entendida como produto, condição e meio para a reprodução das relações sociais. Contudo, na contemporaneidade, a lógica da produção do urbano exclui o caráter social e prioriza a funcionalidade e, em poucos casos, a proteção ambiental:

[...] não raro a cidade vem sendo pensada ora como quadro físico, ora como meio ambiente urbano (e nesta dimensão 'naturalizada'), em ambos os casos, ocultando o conteúdo da prática sócio espacial que lhe dá conteúdo. (CARLOS, 2001, p. 17)

Para Carlos (2001), há um esvaziamento de significado do espaço urbano, que não traduz espacialmente seu componente social. Essa reconfiguração de referenciais urbanos é, para a autora, propiciada também pela rapidez com que a morfologia urbana se transforma. O "período pós-moderno sinaliza uma brutal transformação no tempo e nas formas de vivê-lo".

(CARLOS, 2004, p. 79). Esse fenômeno de aceleração do tempo na contemporaneidade, fruto das novas possibilidades de deslocamento e necessidades da vida, é batizado pela autora de tempo efêmero.

Na concepção de Carlos (2004, p. 79), “o espaço urbano é produto da materialização das relações sociais que se realizam – num determinado momento – enquanto emprego do tempo”. Sendo assim, o tempo efêmero contemporâneo cria uma nova relação espaço-tempo e

[...] produz relações vazias, criando estranhamento do indivíduo diante da metrópole. Estranhamento porque a rapidez das transformações na metrópole obriga as pessoas a se readaptarem constantemente [...] impondo o aniquilamento das relações de vizinhança, destruindo lugares de culto, transformando os lugares das compras. (CARLOS, 2004, p. 81)

Esse espaço, produzido sem referências, vazio e que limita as modalidades de uso e apropriação, Carlos (2004) denomina espaço amnésico.

O tempo efêmero provoca a fragilização das relações sociais. É como se houvesse um descompasso entre o tempo de transformação do espaço da metrópole, perceptível a partir das mudanças no plano da sua morfologia, e o tempo da vida do indivíduo. Ao mesmo tempo em que a cidade se altera na velocidade do instantâneo, o indivíduo emerge em relações de trabalho e produção, e não tem tempo de reconhecer os novos espaços da cidade e deles se apropriar. Nesse sentido, os espaços livres públicos tornam-se obsoletos, sem necessariamente serem velhos, porque não cumprem sua função prioritária de agregação social, de lugar de encontro, do lazer. São espaços sem referências, amnésicos.

O processo de reprodução do espaço na metrópole apresenta como tendência a destruição dos referenciais urbanos; isto porque a busca do incessantemente novo, como imagem do progresso e do moderno, transforma a cidade num instantâneo, em que novas formas urbanas se constroem, sobre outras, com profundas transformações na morfologia, revelando uma paisagem em constante transformação. (CARLOS, 2004, p. 9)

A concepção de Carlos (2001/ 2004) corrobora a proposta de Lévy (1993), na medida em que reconhecem na instantaneidade temporal e na velocidade das mudanças espaciais, os principais vetores de transformação na cidade contemporânea.

A partir do final do século XX, e expressivamente no início do século XXI, mais um elemento é inserido no contexto urbano: o espaço virtual. O potencial de transformação dessa tipologia espacial nas relações entre produção e apropriação dos espaços livres públicos ainda não pode ser completamente mensurado. Com ele “as cidades tornam-se fisicamente limitadas, e suas fronteiras transcendem o plano físico e, com apoio do meio técnico,

estendem-se sobre territórios tão desconhecidos como indeterminados” (SOUZA, 2001, p. 110).

O espaço virtual, possibilitado pelo desenvolvimento tecnológico, extrapola os parâmetros da relação entre o público e o privado, na medida em que oferece a possibilidade de acesso ao espaço público (virtual) dentro do espaço privado (real). O Capítulo 03 será dedicado a análise da produção e apropriação do espaço livre público para o lazer na era digital, os modos de interação e as sociabilidades em curso.

Em síntese, a transformação do espaço livre público de lazer nas cidades brasileiras pode ser dimensionada/ entendida a partir de quatro vetores:

- A falta de uma cultura de apropriação de espaços livres públicos para atividades de lazer;
- Pela raridade do espaço público de modo geral, e mais especificamente daqueles voltados para atividades de lazer, principalmente na cidade informal ou num primeiro momento da urbanização;
- Pela insurgência de novos espaços voltados para as práticas de lazer, que reproduzem em ambiente controlado a lógica dos espaços livres públicos, agregando-lhes componentes, espaciais ou virtuais;
- Pelo esmaecimento do significado dos espaços livres públicos, que reside no descompasso entre sua produção e uso.

Esta pesquisa é dedicada a dimensionar e entender a ação desses vetores de transformação no território, a partir do recorte específico da Baía Noroeste de Vitória, sob a ótica de seus adolescentes e jovens.

#### 2.4.1 A Baía Noroeste de Vitória: relações tempo – espaço nas apropriações para o lazer

A recente ocupação na Baía Noroeste de Vitória - que fundamentalmente seguiu o modelo geral da formação das cidades brasileiras, examinada no item 2.3 deste capítulo - permite que em seu tecido urbano ainda se reconheçam todos os “tempos da urbanização”. Alguns dos seus bairros, ainda apresentam urbanização incompleta, como Nova Palestina, enquanto outros já se formalizaram, dispondo inclusive de projetos de regularização fundiária, como é o caso de São Pedro.

Apesar do conjunto de bairros não dispor de espaços interiorizados destinados ao lazer, como *shopping centers* ou museus, o acesso a eles é facilitado pela proximidade física de equipamentos desse tipo e pelo uso corriqueiro do automóvel – particular ou da rede de transporte coletivo - nos deslocamentos dos moradores da região.

O acesso ao espaço virtual também é fato na região, seja através do acesso por computadores particulares, seja pelo acesso público – em telecentros, escolas e até mesmo numa experiência de difusão gratuita de sinal de *internet* sem fio.

Quanto aos espaços livres públicos vinculados ao lazer, no mapeamento realizado, verificou-se demandas referente a espaços formais (aqueles com infraestrutura que propicie práticas específicas de lazer), especialmente nos bairros que ainda estão em processo de estruturação urbana.

Em pesquisa anteriormente desenvolvida (Fornaciari 2007, 2008), constatou-se que, enquanto alguns espaços são amplamente apropriados pela população, outros com características muito semelhantes, tanto quanto a inserção, tipologia e acessos, eram pouco usados. Tal situação podia ser observada na ocasião, a partir da comparação do amplo uso do Parque Barreiros, em Santa Martha ante a obsolescência do Parque Baía Noroeste, localizado entre Santo André e Redenção.

Sendo assim, considera-se que na Baía Noroeste a disponibilidade das três dimensões de lazer - como se denominam neste trabalho os espaços livres públicos, os espaços interiorizados e o ciberespaço- expõe seus moradores, sobretudo os jovens e adolescentes, a uma ampliação das possibilidades de lazer. Fato esse, que pode acarretar, também, em transformações na relação de apropriação de cada um desses espaços, como já apontado neste capítulo e no anterior. Após uma análise mais aprofundada do espaço virtual, proposta no Capítulo 03, os resultados de uma pesquisa acerca dos hábitos de lazer de adolescentes e jovens dessa região serão apresentados no Capítulo 04, que poderá revelar importantes aspectos da relação entre espaços livres públicos, seus usos e interferências de outras modalidades de espaços de lazer.

## CAPÍTULO 03

### DO TERRITÓRIO À MULTITERRITORIALIDADE: O CONTEMPORÂNEO E AS TRANSFORMAÇÕES NO URBANO

A cidade, no início do século XXI, agrega momentos de urbanização distintos. Como um mosaico urbano, experimenta processos diversos, e por vezes contraditórios, num mesmo momento histórico. Tais momentos foram apontados no capítulo anterior, a partir de considerações de autores como Gausa (1996) e Ghel e Gemzoe (2002), entre outros. Nessa cidade-mosaico, fragmentação e segregação espacial opõem-se à possibilidade de conexão em escala global, tendência indicada por Solà-Morales (1996) e Harvey (2004) e discutida também no Capítulo 02. E, enquanto fronteiras espaciais são dissolvidas por meio da interação virtual, outras barreiras físicas são construídas provocando a interiorização das atividades humanas – desde a moradia em condomínios fechados até o lazer praticado em parques temáticos, *shopping centers* e na *internet*, por exemplo.

É impossível reconhecer a cidade atual como organismo único, ela é múltipla, na medida em que também são múltiplos seus habitantes, seus espaços, seu ritmo e conseqüentemente suas possibilidades de apropriação. .

Diferentemente dos demais períodos históricos, o momento atual tem como característica a densidade temporal, uma veloz sucessão de eventos que transforma o inusitado e a descontinuidade nas principais qualidades do presente. Sob o comando de fronteiras móveis e instáveis em quase todos os planos da vida social, juntam-se objetos, ações, natureza e cultura em combinações e ritmos até agora insuspeitos. O resultado dessas combinações e desses ritmos, cuja dosagem supõe evolução e dinamismo dos elementos envolvidos, encontra no território, na paisagem e no lugar sua unidade e individualidade. (LEITE, 2007b, p. 08/09).

O espaço livre público inserido nessa cidade também é multifacetado, espaço de fluxo ou permanência, de agregação social ou de segregação, e de uma infinidade de matizes entre esses opostos. No Capítulo 02, pela argumentação de Arroyo (2005), fica claro que esse espaço já não se constrói sobre as mesmas bases de outrora e que ele não é mais reconhecido como o principal espaço de materialização da esfera pública. E, logicamente, seus usos e apropriações foram modificados.

Este capítulo trata das relações e interações (usos e apropriações) entre espaço e sociedade (no caso, jovens e adolescentes) em um tempo específico (o começo do século XXI). Espaço, tempo e sociedade são, segundo Santos (1985), variantes possíveis da equação que define território. Neste capítulo, portanto, será apresentado um debate sobre o conceito de território a partir de abordagens que considerem concomitantemente, no cenário urbano contemporâneo, articulações existentes entre as dimensões sociais, espaciais e temporais. Território “como acúmulo de tempos relacionados à indissociabilidade entre forma e conteúdo, fixos e fluxos, objetos e ações” (LEITE, 2007, p.09).

Ainda quanto ao entendimento de território, neste capítulo, serão analisadas interações e a coexistências de territorialidades físicas e virtuais, que dialogam num mesmo tempo espaço. Essa experiência da multiterritorialidade, segundo Haesbaert (2010, p.17), conforma-se como “o grande dilema desse início de milênio [...] a exacerbação dessa possibilidade, que sempre existiu, mas nunca nos níveis contemporâneos, de experimentar múltiplos territórios ao mesmo tempo, reconstruindo constantemente o nosso”.

### **3.1 O território = espaço + apropriação. Uma equação, muitas variáveis**

O entendimento de território é múltiplo e complexo, produto de relações entre elementos distintos e intercambiáveis, que em cada contexto, a cada momento histórico, adquire significação única.

A história de um território é uma história de movimentos. É a história de seu espaço e de suas paisagens. Sendo história, envolve ações, é história de objetos qualificados e de sua articulação no território, diretamente, mas também de seu valor relativo no espaço, de sua relação específica nos lugares, de sua representação na paisagem. É uma história de apropriação e uso. (LEITE, 2006, p.433).

Fundamentalmente, as significações propostas para território compartilham da ideia de apropriação e uso de uma parcela geográfica por um indivíduo ou grupo. Por este princípio, a apropriação e uso dos espaços livres públicos (e também do espaço virtual se eliminarmos a delimitação física) por parte dos jovens e adolescentes em suas atividades de lazer, torna esses espaços territórios. Com isso, podemos afirmar que esta pesquisa busca a identificação e a compreensão do(s) território(s) de lazer dos adolescentes e jovens da Baía Noroeste de Vitória, de seus componentes e suas diversas escalas.

Santos (1996) evidencia o caráter mutável do território ao longo do tempo, associando-o a ideia de movimento. Entendimento semelhante é apresentado por Leite (2006), segundo a

qual o movimento do território no tempo é diretamente vinculado a organização de seus elementos. Assim, “a continuidade e a contiguidade da distribuição desses elementos sobre o território revela o processo lógico de sua organização e sugere uma lógica para sua apropriação” (LEITE, 2006, p.433).

Para Santos (1985) a formação do território é algo externo ao próprio território. Segundo ele, assim como em Leite (2006), a periodização da história é que define como será organizado o território, ou seja, evidencia o espaço como variável a partir de seus elementos quantitativos e qualitativos, partindo de um viés histórico. Territórios diferentes são resultados das articulações distintas entre a sociedade, o espaço e a natureza, num determinado tempo.

O que nos interessa é o fato de que cada momento histórico, cada elemento muda seu papel e a sua posição no sistema temporal e no sistema espacial e, a cada momento, o valor de cada qual deve ser tomado da sua relação com os demais elementos e com o todo. (SANTOS, 1985, p. 09).

O território, para Santos (1985), configura-se pelas técnicas, pelos meios de produção, pelos objetos e coisas, pelo conjunto territorial e pela dialética do próprio espaço. Assim, o território poderá adotar espacialidades particulares, conforme o movimento da sociedade nos seus múltiplos aspectos: sociais, econômicos, políticos, culturais e outros, no decorrer dos diversos momentos históricos e do desenvolvimento das técnicas.

Podem as formas, durante muito tempo, permanecer as mesmas, mas como a sociedade está sempre em movimento, a mesma paisagem, a mesma configuração territorial, nos oferecem, no transcurso histórico, espaços diferentes. (SANTOS, 1996, p. 77).

Ao destacar a sociedade como elemento caracterizador do espaço, Santos (1996) permite-nos considerar que a segregação espacial reflete a segregação social. Ao relacionarmos essa sentença às considerações de Klintowitz (2008) e Maricato (2008), apresentadas no Capítulo 02, sobre a cidade informal, que cresce a margem da cidade oficial, podemos considerar que a cidade informal é fruto de desajustes da sociedade, impressos no território sob a forma de ocupações ilegais, sem planejamento e sem infraestrutura.

Retomando a discussão sobre a conceituação de território, apresentam-se as considerações de Raffestin (1993). O autor destaca o caráter político do território e indica a pré-existência do espaço geográfico, entendido como substrato ao surgimento do próprio território. Nas palavras do autor:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático em qualquer nível. (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Portanto, de acordo com Raffestin (1993), ao se apropriar de um espaço, ainda que de maneira abstrata ou simbólica, o indivíduo territorializa-o. Ainda, para Raffestin (1993), a construção do território revela relações multidimensionais de poder. O poder é entendido como valor intrínseco a todas as relações sociais que se efetivam na vida cotidiana e, sem o qual não se define território. Assim, território pode ser entendido como a apropriação de um espaço por pessoas ou grupos mediante relações de poder.

[...] um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. (...) o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder [...] (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Souza (2001) apresenta uma conceituação assemelhada a de Raffestin (1993), na medida em que salienta que o território é constituído por um espaço pré-existente, apropriado e delimitado por e, a partir de relações de poder. No entender de Souza (2001), esse poder gerador do território não é restrito ao Estado e, portanto, o território não tem necessariamente um caráter estatal. Todo espaço apropriado e delimitado por e a partir de relações de poder é um território, seja ele um Estado formal ou um território de gangue, exemplificando a partir de extremos.

Na abordagem de Souza (2001) o entendimento de território abarca questões políticas e socioculturais. O autor identifica, principalmente nas grandes metrópoles, grupos sociais que estabelecem relações de poder formando territórios pelas diferenças culturais. Territórios que podem apresentar uma existência temporária ou permanente no tempo e no espaço. “Em qualquer circunstância, o território encerra a materialidade que constitui o fundamento mais imediato de sustento econômico e de identificação cultural de um grupo”. (SOUZA, 2001, p.108).

Apesar de identificações quanto à conformação territorial a partir das relações de poder, há divergências entre as ideias concebidas por Raffestin (1993) e Souza (2001). A principal delas consiste no que Souza (2001, p. 96) chama de “equivoco de ‘coisificar’, ‘reificar’ o território, ao incorporar ao conceito o próprio substrato material”. Para Souza (2001) Raffestin acaba por reduzir espaço (que tem ampla conotação) ao espaço natural, tornando território sinônimo de espaço social. Complementa, ainda, que ao considerar o território como espaço apropriado, Raffestin (1993) minimiza ou anula elementos temporais e sociais, que em sua concepção são inerentes ao território.

A partir do exemplo de uma cidade-fantasma, cujas construções/ruínas indicam a apropriação e o trabalho do homem sobre o substrato geográfico e que, ao ser abandonada,

esvazia-se de dinâmicas sociais Souza (2001) opõe-se a ideia de território visto apenas como espaço apropriado. Ou seja, embora o espaço geográfico dessa cidade tenha sofrido alterações permanentes com a ocupação urbana, ao ser esvaziado deixa de ser um território, pois não é mais usado/apropriado enquanto espaço de realização da vida.

Souza (2001) acrescenta assim, variáveis distintas à equação que determina o território, considerando aspectos do tempo (como Santos, 1985 e Leite, 2006) e das relações sociais desenvolvidas nesse tempo:

[...] territórios são construídos e (desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica. (SOUZA, 2001, p. 81).

De tal modo, defende Souza (2001), o território deve ser apreendido em múltiplas vertentes, com diversas funções. Privilegiando as delimitações resultantes das relações de poder, o autor aponta a existência de múltiplos territórios, principalmente nas grandes cidades. Essa multiplicidade de territórios faz-se importante no contexto deste trabalho, que aborda a coexistência de territorialidades distintas na época atual.

Sob o enfoque de Souza (2001), território tem a ver com poder, tanto no sentido de dominação político-econômica, vinculado à lógica hegemônica capitalista, quanto no sentido mais simbólico-cultural, de apropriação, carregado das marcas do espaço-tempo vivido, do valor de uso, em que o território é sempre múltiplo, diverso e complexo.

A ideia de poder enquanto delimitador do território também é uma constante na discussão apresentada por Saquet (2004), segundo o qual

O território é produzido espaço-temporalmente pelas relações de poder engendradas por um determinado grupo social. Dessa forma, pode ser temporário ou permanente e se efetiva em diferentes escalas, portanto, não apenas naquela convencionalmente conhecida como o “território nacional” sob a gestão do Estado-Nação. (SAQUET apud CANDIOTTO, 2004, p. 81).

Saquet (2004) apresenta diferentes abordagens e concepções de território, a partir da análise de obras de inúmeros autores. Ele destaca as relações de poder e dominação como fatores primordiais para a formação, consolidação e reconhecimento de um território, além de apontar que esse assume diferentes significados para cada sociedade ou grupo social que dele se aproprie (inclusive de maneira concomitante).

O autor também realça o caráter multifuncional do território inserindo, ainda, as redes e fluxos que se organizam sobre ele como seus caracterizadores. Dá ênfase

[...] as redes de circulação e comunicação, às interações sociais e à (i)materialidade dos processos territoriais. [...]. O território, nesse sentido, assume um caráter de relação de dominação político-econômica e de apropriação simbólico-cultural; é multifuncional e multiescalar (redes e fluxos). (SAQUET, 2004, p. 126).

Saquet (2004) apresenta essas considerações a partir da obra de Haesbaert, que define o território como espaço de natureza multifuncional e multiescalar. Haesbaert (2010, p. 40) propõe uma análise de território considerando sua multiplicidade, baseada em uma tríplice abordagem:

- Jurídico-política, onde território é visto como um espaço delimitado e controlado sobre o qual se exerce um determinado poder;
- Cultural, onde são priorizadas as dimensões simbólicas e subjetivas, sendo o território entendido como produto da apropriação feita através do imaginário e/ou identidade social sobre o espaço;
- Econômica, que trata território em sua perspectiva material, como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação capital-trabalho.

Desse modo, além do caráter do poder estatal, o autor salienta o aspecto humano da identidade social, bem como os aspectos econômicos da relação capital-trabalho, presentes na constituição do território. De forma complementar, Saquet (2004) também considera a vertente da natureza, que sempre estará presente dentro do território. A natureza está no território, é dele indissociável.

Neste trabalho, interessa-nos particularmente a abordagem cultural de Haesbaert, na qual, assim como em Souza (2001), a delimitação de território

[...] tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional 'poder político'. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação. (HAESBAERT, 2005, s/p).

Todas as opiniões discutidas convergem e contribuem para o entendimento de território como espaço apropriado por determinados grupos, através de relações de poder e dominação, para manifestação e concretização de algum aspecto da vida humana, em um tempo específico. Essas variáveis, de maneiras e com valores diferentes, refletem as mudanças no território a partir das transformações da sociedade.

No panorama urbano atual, com todas as suas complexidades e processos muitas vezes excludentes, a produção do espaço urbano pode, além de reproduzir desigualdades

(segregação e fragmentação a um nível local), apresentar uma nova interdependência, ao vincular econômica e até culturalmente territórios longínquos (globalização). O território, nesse sentido, passa a ser estruturado a partir de uma nova organização, articulado globalmente. Enquanto as redes de telecomunicação permitem a conexão em escala mundial, a nível local, cada vez mais espaços sem identificação e sem posse podem estar sendo produzidos. Ao mesmo tempo, por questões inúmeras, espaços são abandonados, esvaziados de significado e usos. Seria a desterritorialização das cidades? Um processo inverso ao da territorialização, no qual o espaço não possui uma identidade que o aproxime de determinado indivíduo ou grupo para que dele se aproprie?

Se esse processo de afastamento entre o indivíduo e o espaço urbano está ocorrendo, isso implica no surgimento de novos territórios nos quais se desenvolvem as relações sociais contemporâneas, uma vez que o cidadão atualmente não vive isolado. A desterritorialização está vinculada, então, à produção de territórios distintos e, em última instância, à efetivação de uma realidade multiterritorial na atualidade. Essas questões são abordadas de maneira mais específica a partir da obra de Haesbaert, apresenta e analisada a seguir.

### **3.2 Rupturas espaço – temporais: do território real para o território virtual**

A desterritorialização, entendida como uma desarticulação entre cidadão e espaço, pode ser apontada como uma das características da sociedade pós-moderna, na qual predominam a mobilidade, os fluxos e o hibridismo cultural relacionados com a globalização. Em contrapartida, cada vez mais a sociedade conecta-se por meio das redes sociais e de comunicação, ainda que esta conexão não estruture territórios físicos, tendo em vista o caráter móvel dessas redes. A sociedade em rede, como denomina Castells (2008), não pode ser entendida apenas como fluida e desterritorializada, na medida em que ela aparece sempre conjugada com a reconstrução de territórios, ainda que territórios mais móveis e descontínuos.

O que pode ser entendido como desterritorialização trata-se, na verdade, de uma reterritorialização em novas bases, a que Haesbaert (2010) propõe denominar "multiterritorialidade".

O mito das desterritorialização é o mito dos que imaginam que o homem pode viver sem território, que a sociedade pode existir sem territorialidade, como se o movimento de destruição de territórios não fosse sempre, de algum modo, sua reconstrução em novas bases. (HAESBAERT, 2010, p. 16).

Enquanto uma tendência de desarticulação na relação espaço livre público/usuário é identificada em algumas cidades (ou em partes de algumas delas), outros espaços se apresentam como potenciais lugares de desenvolvimento de ações humanas. A desterritorialização confronta-se, então, com a possibilidade de uma experiência de reterritorialização e até de multiterritorialização. A experiência multiterritorial permite, inclusive, a expansão das fronteiras para além da delimitação física, provocando uma ruptura espaço-temporal, ao possibilitar a apropriação do espaço virtual.

### 3.2.1 Da desterritorialização à multiterritorialidade

Haesbaert (2010) define a desterritorialização como um processo de negação do território, devido à falta de identidade dos espaços que deveriam ser apropriados pela sociedade. Essa abstração é fruto de um processo de modernização que impõe aos espaços, modelos dominantes de ocupação.

Neles, a velocidade atroz das novas tecnologias transforma num ritmo alucinante a paisagem e incorpora áreas imensas numa mesma rede hierarquizada de fluxos, alinhavada em escalas que vão muito além dos níveis local e 'regional'. (HAESBAERT, 2007, p. 166).

A rede de fluxos, referida pelo autor, ao mesmo tempo em que possibilita conexões em escala planetária e acelera a circulação da informação, produz segregação daqueles que não têm acesso a essa tecnologia. Para Haesbaert (2010) a rede é o elemento estruturador fundamental do território contemporâneo. Essa “nova” estrutura territorial (territórios-rede) é rizomática, não hierarquizada e móvel. Castells (2004) inclui, ainda, adaptabilidade e flexibilidade como característica dos territórios-rede. Nessa estrutura, o território não é mais definido por áreas e fronteiras, mas através de referências espaço-simbólicas em movimento. “Assim, territorializar-se significa também, hoje, construir e/ou controlar fluxos/redes e criar referenciais simbólicos num espaço em movimento, no e pelo movimento”. (HAESBAERT, 2010, p. 280)

Essa é a lógica, segundo o autor, do território-rede, que se contrapõe aos aglomerados de exclusão, tendo como consequência a intensificação da fragmentação sócio espacial. Os aglomerados de exclusão são espaços de desterritorialização extrema “em que os indivíduos perdem seus laços com o território e passam a viver numa mobilidade e insegurança atroz, como em muitos acampamentos de refugiados e grupos sem teto” (HAESBAERT, 2007, p. 170).

Apoiado em Deleuze e Virilio, Haesbaert (2007, p. 166) afirma que a “tecnologia é a desterritorialização”, indicando uma das causas que possivelmente contribui para a produção/reprodução da segregação sócio espacial urbana. Isso porque, os acessos desiguais à tecnologia de informação e comunicação, em associação à velocidade das transformações socioeconômicas, conduzem a um processo de estranhamento do indivíduo em relação ao espaço ao seu redor. Esse estranhamento, já discutido no Capítulo 02 deste trabalho, é segundo Carlos (2001/2004), fruto do empobrecimento das relações sociais, que se desenvolvem em um tempo efêmero (da velocidade das trocas informacionais das redes tecnológicas) e em um espaço amnésico (com pouco ou nenhum traço de identidade).

Ainda quanto à desterritorialização, o autor salienta que território no sentido de domínio político e território no sentido de apropriação simbólico cultural, não constituem ideias vinculadas, revelando que o processo de desterritorialização pode ocorrer de maneira não coincidente em seus aspectos formais e de uso.

Haesbaert (1993) indica que a desterritorialização é um processo ao qual estão associados a territorialização e a reterritorialização. Essa tríade indica que, constantemente, os espaços mudam de domínio, que os grupos ou indivíduos deslocam seus interesses espaciais e que os mesmos espaços podem abrigar territórios distintos no decorrer do tempo, como já indicavam Santos (1985/1996) e Leite (2006), ou até mesmo simultaneamente.

Um processo de desterritorialização, como já ressaltamos, pode ser tanto simbólico, com a destruição de símbolos, marcos históricos, identidades, quanto concreto, material – político e/ou econômico, pela destruição de antigos laços/ fronteiras econômico-políticas de integração. É muito importante também distinguir as escalas de difusão da desterritorialização, tanto espaciais quanto temporais [...], pois pode ocorrer concomitantemente desterritorialização numa escala (regional/ local) e reterritorialização em outra (nacional e mundial, por exemplo). (HAESBAERT, 2007, p. 181).

Para Haesbaert, no lugar de identidades estáveis e bem definidas, histórica e geograficamente marcadas, há atualmente identidades múltiplas, instáveis e sem referenciais geográficos definidos. Sendo assim, o que outros autores chamam de desterritorialização seria uma “espécie de mito incapaz de reconhecer o caráter imanente da (multi)territorialização na vida dos indivíduos e grupos, um processo espacialmente descontínuo e complexo (HAESBAERT, 2005, s/p)”.

Os territórios então, segundo Haesbaert (2005/2007), não estariam desaparecendo, mas mudando de lugar constantemente e/ou adquirindo outros significados relacionais. Nesse sentido, Haesbaert (2005/2007) se aproxima de Santos (1985/1996), no que tange as transformações territoriais segundo elementos variáveis, em cada tempo e condição histórica. Divergindo da ideia de desterritorialização, Haesbaert (2010) identifica na

contemporaneidade novos arranjos espaciais e possibilidades territoriais. Tal multiplicidade, segundo o autor, varia desde o território concreto (a casa, por exemplo) até territórios vinculados ao ciberespaço.

A multiplicidade territorial, enquanto justaposição de territorialidades, ocorre em quatro modalidades, assim definidas por Haesbaert (2010):

- Territorializações mais fechadas: que apresentam estruturas de poder rígidas e onde não é admitida pluralidade de identidades. Ex.: o regime talibã no Afeganistão ou alguns grupos tribais.
- Territorializações tradicionais: cuja característica principal é defesa de uma homogeneidade interna. Ex.: Estado-Nação, mesmo aqueles pluriétnicos como o Brasil, nos quais a “invenção” de uma identidade nacional procura dissolver a pluralidade sociocultural.
- Territorializações mais específicas: que permitem sobreposições e/ou intercalação de territórios. Ex.: parque ou campo de futebol, que permitem a apropriação simultânea ou sequencial por diversos grupos/usuários.
- Territorializações efetivamente múltiplas: combinação de múltiplos territórios, que apresentam variantes culturais ou geográficas, alcançando também o ciberespaço.

Com as territorializações efetivamente múltiplas, pode-se considerar que os territórios estão se multiplicando na contemporaneidade, permitindo o reconhecimento e o pertencimento do sujeito a novos territórios. Vigora então, na atualidade, uma forma de territorialização mais complexa, representada na forma de rede: a multiterritorialidade.

A multiterritorialidade como experiência concomitante de múltiplos territórios não é, segundo Haesbaert (2010), uma peculiaridade atual, visto que apropriações de mais de um território por indivíduos ou grupos, dependendo da natureza de suas necessidades, sempre existiu. O que é particular da nossa época são a diversidade de territórios, a velocidade e a facilidade de acessos a eles. A novidade consiste, então, no que denominaremos multiterritorialidade efetiva, que pode ser entendida como uma experiência concomitante de múltiplos territórios e/ou territorialidades, seja de forma sucessiva (por mobilidade física, por exemplo), seja de forma simultânea (por "mobilidade virtual" ou "cibermobilidade"). Implica em novas formas de uso e apropriação de territórios consolidados, mas principalmente em novas formas de território, destacando-se os virtuais.

Para o autor, a realização da multiterritorialidade efetiva impõe algumas condições, que

[...] incluiriam a maior diversidade territorial (daí o papel das grandes metrópoles como *loci* privilegiados em termos dos múltiplos territórios que comportam), uma grande disponibilidade de e/ou acessibilidade a redes-conexões [...], a natureza rizomática ou menos centralizada dessas redes e, anteriores a tudo isto, a situação socioeconômica, a liberdade (individual e coletiva) e, em parte, também, a abertura cultural para efetivamente usufruir e/ou construir essa multiterritorialidade. (HAESBAERT, 2010, p. 343).

Multiterritorialidade inclui, assim, uma mudança não apenas quantitativa – pela maior diversidade de territórios disponíveis. Inclui, também, uma variação qualitativa, na medida em que temos hoje a possibilidade de combinar, de uma forma inédita, a intervenção e, de certa forma, a vivência concomitante de uma enorme gama de territórios. Na pós-modernidade, com a disponibilidade do aparato tecnológico-informacional, a multiterritorialidade se manifesta não apenas por deslocamento físico, como também por “conectividade virtual”: a capacidade de interagirmos à distância, influenciando e integrando outros territórios. Isso implica em uma reterritorialização via ciberespaço, uma compressão espaço-tempo, uma dimensão cultural simbólica cada vez mais importante nos processos de territorialização.

Portanto, mais do que sob um processo de desterritorialização, o mundo vive hoje sob o domínio de novas formas de territorialização, em territórios-rede. Neles existe a possibilidade da combinação de uma multiplicidade de territórios, que permite falar na vivência de uma multiterritorialidade: a possibilidade que sempre existiu, mas nunca nos níveis atuais, de experimentar simultânea ou sucessivamente diferentes territórios e territorialidades.

Dentre essas territorialidades, destaca-se o espaço virtual, mais especificamente a *internet*, uma ferramenta de interação e comunicação no espaço virtual. Para Castells (2004), no final do século XX a globalização econômica, a busca da sociedade pela liberdade individual, a comunicação aberta e os avanços da informática contribuíram para a formação de uma nova estrutura social, que se apoia nas redes.

Nestas condições, a *internet*, uma obscura tecnologia que tinha pouca apropriação para além do exclusivo dos cientistas da informática, dos hackers e das comunidades contra culturais, tornou-se a alavanca de transmissão para uma nova forma de sociedade: a sociedade em rede [...]. (CASTELLS, 2004, p. 16).

A partir das discussões apresentadas, considera-se que, na contemporaneidade, pode estar ocorrendo um processo de desterritorialização, identificado principalmente nos espaços livres públicos, fruto de uma desconexão simbólico-cultural e funcional entre esses espaços

e a sociedade que deles deveria se apropriar. A desterritorialização contemporânea estaria associada, ainda, a uma reterritorialização, na qual o espaço virtual adquire notoriedade como espaço potencial do desenvolvimento de atividades sociais outrora desenvolvidas principalmente nos espaços físicos. A reterritorialização em bases virtuais é discutida a seguir.

### 3.2.2 Territórios virtuais: a apropriação do espaço virtual como palco possível de desenvolvimento das relações sociais na contemporaneidade

Na primeira vez em que foi utilizado, na obra de Gibson (1984), o termo ciberespaço pertencia ao âmbito da ficção científica. Hoje, representa a possibilidade de conexão no espaço virtual, em escala global e que transcende as barreiras temporais e geográficas. O desenvolvimento de tecnologias de informação e comunicação foram as responsáveis pela concretização de tal fato.

As tecnologias de informação e comunicação, propagadas a partir das últimas décadas do século XX, permitiram o surgimento de formas de sociabilidade em espaços diferenciados, cuja interação independe da localização geográfica e do tempo cronológico. Dessa forma, as práticas sociais puderam ser transpostas para “outro lugar”, indicando a possibilidade de uma (re)territorialização em bases não físicas, e sim virtuais. Essa (re)territorialização, avança, também, no sentido de possibilitar a criação de redes territoriais e efetivar a multiterritorialidade.

A sociedade conectada a partir das redes desponta, segundo Ribeiro (2001), a partir de uma revolução nas formas e meios de comunicação, que uniram avanços nas áreas de telecomunicação e informática e propiciaram a criação das redes telemáticas - o elo da sociedade atual. É nesse contexto que se delineia o ciberespaço, um espaço potencial de convivências.

O espaço virtual ou ciberespaço é definido por Lévy (1999, p. 92) como “espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores”.

O ciberespaço é, sob o ponto de vista técnico, um conjunto de representações numéricas, correspondentes a objetos reais traduzidos a algoritmos digitais e acessíveis através de interfaces computacionais. Lévy (1999) enumera os procedimentos para operacionalização do espaço virtual: da digitalização da informação (entrada), ao armazenamento (memória),

tratamento, transporte e disponibilização da informação ao usuário final. Em outra obra, Lévy (1996, p. 18) indica que “a virtualização não é uma desrealização (a transformação de uma realidade num conjunto de possíveis), mas uma mutação de identidade, um deslocamento do centro de gravidade ontológico do objeto considerado”.

Ainda de acordo com Lévy (1999), o termo virtual pode apresentar pelo menos três acepções distintas: uma técnica (ligado à *internet*, e que nos interessa neste trabalho), uma corrente (significando irrealidade) e uma terceira acepção filosófica (que está vinculada a potencialidade).

O autor expande sua teoria afirmando que o ciberespaço está ligado ao virtual, em seu sentido técnico, de maneira direta e indireta. Diretamente o vínculo entre o virtual e o ciberespaço se dá pela digitalização (transformação de dados em algoritmos numéricos) e posterior atualização (reconversão dos algoritmos em textos, imagens, sons ou qualquer tipo de informação legível para o usuário das redes). Indiretamente esse vínculo se manifesta pela abstração geográfica e da coincidência dos tempos na comunicação no ciberespaço. Lévy (1999) assinala que essas possibilidades preexistiam e eram possibilitados pelo correio (e pela escrita em geral), pelo rádio, telefone e outras mídias.

Contudo, apenas as particularidades técnicas do ciberespaço permitem que os membros de um grupo humano [...] se coordenem, cooperem, alimentem e consultem uma memória comum, e isto quase em tempo real, apesar da distribuição geográfica e da diferença de horários. [...] (LÉVY, 1999, p. 49).

Haesbaert (2010) entende o ciberespaço como uma compressão tempo-espaço e apresenta uma crítica à concepção de Lévy, no tocante a abstração geográfica do espaço virtual. Para Haesbaert (2010, p. 273), Lévy simplifica o entendimento do território, entendendo-o com “substrato material da sociedade”. Nesse sentido, o ciberespaço, sem dimensão concreta, constitui um espaço desterritorializado. Para o autor, “a virtualização, [...], não é simplesmente desterritorializadora porque ela pode estar (ou sempre está) impregnada de processos concomitantes de reterritorialização.” (HAESBAERT, 2010, p. 274).

O ciberespaço é entendido por Frago (2000, p.105) como sendo o “conjunto de informações codificadas binariamente que transita em circuitos digitais e redes de transmissão”. Significa dizer que o ciberespaço é suportado por servidores e terminais, conectados à *internet*, possibilitando a circulação de informação entre circuitos digitais. Esse tráfego caracteriza-se pela instantaneidade e reversibilidade, o que torna o ciberespaço real, embora sem materialidade física.

As experiências pioneiras de estruturação do ciberespaço datam da primeira metade do século XX, inicialmente com fins militares e científicos, como mostram Lévy (1999) e Castells (2004/2008). A partir da década de 1960, segundo Castells (2004/2008), foram iniciados experimentos de compartilhamento de dados a partir de redes computacionais. A ARPANET (embrião da atual *internet*), desenvolvida pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos da América (EUA) e utilizada a partir de 1969, foi disponibilizada para a utilização privada em meados da década de 1990. Devido a sua arquitetura descentralizada de várias camadas e protocolos de comunicação aberta, a ARPANET foi aprimorada, agregando contribuições de outras redes de compartilhamento de dados<sup>15</sup> que se desenvolveram paralelamente, originando assim a *internet* nos moldes conhecidos hoje. Também de acordo com Castells (2004), a abrangência mundial da *internet* se tornou possível graças ao *world wide web*, um aplicativo computacional para compartilhamento de dados desenvolvido pelo CERN- Conseil Européen pour la Recherche Nucléaire (Conselho Europeu para Pesquisa Nuclear), na Suíça e disponibilizado a partir de 1990. O aplicativo facilitou a utilização das redes de compartilhamento, uma vez que possibilitou interfaces entre redes de tecnologia distinta.

Silva (2001, p. 153) considera a *internet* como um novo espaço público, “povoado por seres que (re)constroem as suas identidades e os seus laços sociais” permitindo, com isso, o desenvolvimento de novas práticas culturais. Para ela:

A *internet* é simultaneamente real e virtual (representacional), informação e contexto de interação, espaço (site) e tempo, mas que altera as próprias coordenadas espaço-temporais a que estamos habituados, compactando-as, ou seja, o espaço e tempo na rede existem na medida em que são construções sociais compartilhadas. (SILVA, 2001, p. 152).

Lévy (1999) atribui a estruturação e popularização da *internet* a movimentos coletivos, organizados em prol de novas formas de comunicação e expressão livres. Essas formas apresentam-se diferentes das mídias clássicas (imprensa escrita e audiovisual), que são mais fechadas a intervenções dos receptores. Lévy (1999, p. 12), assim como Castells (2004), faz referência ao “ambiente inédito que resulta da extensão das novas redes de comunicação para a vida social e cultural”. Castells (2008) apresenta, para além das razões

---

<sup>15</sup> Castells (2004) menciona entre as experiências de rede de compartilhamento de dados que contribuíram para a estrutura atual da *internet*:

- As BBS (Bulletin Board System) surgidas no final da década de 1970 e que permitiam transmitir e arquivar mensagens entre computadores pessoais ligados em rede;
- A FIDONET, criada em 1983, que permitia a transmissão de dados entre computadores, com ligações através de linhas telefônicas normais;
- A BITNET, criada em 1981, desenvolvida e utilizada principalmente entre as Universidades Americanas;
- O UNIX, disponibilizado em 1974, com código fonte e permissão para modificações pelos usuários.

militares e científicas, a própria tecnologia como agente de difusão da *internet*, ao proporcionar cada vez mais possibilidades e facilidades de acesso à rede.

Em conjunto, agentes tecnológicos, sociais, econômicos e culturais transformaram a *internet* em um fenômeno mundial, que se expande rapidamente tanto em volume de conteúdo, quando em alcance da rede, inaugurando um novo modo de comunicação e transmissão de conhecimento. “A *internet* é um meio de comunicação que permite, pela primeira vez, a comunicação de muitos para muitos em tempo escolhido e em escala global”. (Castells, 2004, p.16)

Ao mesmo tempo, ao permitir o acesso ao espaço virtual, que é imaterial, a *internet* rompe as barreiras físicas do espaço. Castells (2004, p.22) aponta que a “*internet* é uma rede de comunicação global, mas os usos da *internet*, a sua realidade em contínua evolução é o produto da ação humana, perante condições específicas de uma história diferenciada”. Reconhecendo nessa sentença os elementos básicos de delimitação de um território – espaço, apropriação por indivíduo ou grupo, condicionantes histórico-temporais -, discutidos na parte inicial deste capítulo, podemos considerar que o espaço virtual apropriado torna-se, de maneira análoga ao espaço geográfico, um território. A *internet* é, portanto, um território virtual, onde as possibilidades de trocas e interações são imensas e limitadas apenas tecnicamente.

A aproximação/ identificação da *internet* com o território pode ser verificada no uso de metáforas espaciais, que buscam descrever/ nomear a experiência virtual em relação a espacialidades do mundo físico. A analogia entre a distribuição de elementos no ciberespaço e a distribuição dos elementos no espaço concreto facilita a compreensão do espaço informacional e, conseqüentemente, amplia sua capacidade de servir de base para interações sociais. As comunidades virtuais e as salas de bate-papo podem ser entendidas como analogias aos espaços de comunicação e interação no mundo físico, apropriadas na denominação de locais dessa natureza no ciberespaço.

Castells (2004) considera, ainda, a *internet* uma espécie de cultura contemporânea, que Lévy (1999) denomina cibercultura. A cibercultura é amplamente difundida e utilizada em escala mundial, ainda que se observem discrepâncias locais, regionais e nacionais. A população a margem dessa tecnologia, dessa cultura, fica condenada à exclusão digital, que agrava exponencialmente a segregação socioeconômica e, por conseguinte, como discutido no Capítulo 02, a segregação espacial. Castells (2004) considera a exclusão das redes, em especial da *internet*, uma das formas mais graves de exclusão, no contexto social, econômico e cultural atual, as quais o indivíduo pode estar submetido.

Lévy (1999) apresenta opinião similar, destacando que o ciberespaço poderá contribuir para o agravamento das discrepâncias sociais entre indivíduos (ricos e pobres), regiões e, até mesmo, nações. Contudo, relata “que essa questão não deve nos impedir de contemplar as implicações culturais da cibercultura em todas as suas dimensões” (Lévy, 1999, p. 13). Fazendo referência ao cinema e à música, que por si só não mudaram o mundo, mas foram elementos de propagação de ideais, contribuindo assim para transformações sociais (ou na pior das hipóteses servindo de distração), o autor eleva o ciberespaço à categoria de potencial elemento contemporâneo de transformação cultural, educacional, social, entre outras áreas.

Castells (2008) indica que essas transformações se fazem presentes também no tempo e no espaço, sendo este reorganizado sob uma nova lógica – o espaço de fluxos. O espaço de fluxos estrutura-se a partir de territórios-rede, da mobilidade, da velocidade e das trocas e caracteriza-se pela fragmentação e dissociação em relação ao espaço material. Para Castells (2008, p. 483) “o desenvolvimento da comunicação eletrônica e dos sistemas de informação propiciam uma crescente dissociação entre a proximidade espacial e o desempenho das funções rotineiras”. Segundo ele, esse fato induz a construção de um mito sobre o fim das cidades. Mito que simplifica os processos de transformação territorial, ignorando a multiplicidade e simultaneidade de processos até mesmo contraditórios, sob os quais se organiza a cidade.

Para desmistificar o fim das cidades, Castells (2008) procede a uma análise sobre os impactos reais da tecnologia de informação – mais especificamente da *internet*- nos espaços de realização de funções humanas rotineiras como trabalho, comércio, serviços de saúde e educação. Conclui que

O resultado das observações diversas é um quadro similar de dispersão e concentração espacial simultâneas, via tecnologias de informação. Cada vez mais, as pessoas trabalham e administram serviços de suas casas, [...]. Por conseguinte, a “centralidade da casa” é uma tendência importante da nova sociedade. Porém, não significa o fim da cidade, pois locais de trabalho, escolas, complexos médicos, postos de atendimento ao consumidor, áreas recreativas, ruas comerciais, *shopping centers*, estádios de esportes e parques ainda existem e continuarão a existir. E as pessoas deslocar-se-ão entre todos esses lugares com mobilidade crescente, exatamente devido à flexibilidade recém-conquistada pelos sistemas de trabalho e integração social em rede [...]. (CASTELLS, 2008, p. 487).

Também Foucault (apud Rebs, 2010, p.1), já na segunda metade do século passado, denomina a atualidade de “época do espaço”, distinguida pela “justaposição, do próximo e do longínquo, do lado-a-lado e do disperso”. Para este, a metamorfose espacial urbana encontra, em nossa época, impulso a partir e pela ação das tecnologias no espaço,

remetendo a um repensar sobre as questões intimamente ligadas a noção de tempo e espaço.

Baseado em Foucault (1967), se constrói a ideia de que o espaço na atualidade não se limita apenas a questões geográficas. Ao contrário, extrapola essas dimensões. Tal ampliação da dimensão do espaço conduz a uma dissolução de fronteiras entre mundo virtual e do mundo real (material), apresentando lugares de interações que não são apenas como “o território geográfico, nem o das instituições ou dos Estados, mas um espaço invisível dos conhecimentos, dos saberes, das forças de pensamento no seio da qual se manifestam e se alteram as qualidades do ser, os modos de fazer sociedade” (Lévy, 1999, p.17).

Com a *internet*, as barreiras físicas foram eliminadas e a possibilidade de comunicação à distância e em tempo real (ou não), se configurou como um dos principais atrativos dessa ferramenta. A rede mundial de computadores propiciou “a superação do fechado e do aberto, do imediato e do mediado, da ordem próxima e da ordem distante, em uma realidade diferencial na qual estes termos não se separam mais, mas mudam em diferenças imanentes.” (LEFEBVRE, 1991, p. 57).

Portanto, na atual sociedade conectada pela tecnologia, a produção do espaço urbano além de reproduzir desigualdades, apresenta uma nova interdependência ao vincular econômica e culturalmente territórios longínquos. Para Castells (2008) a era da informação está introduzindo uma nova forma urbana: a cidade informacional.

[...] por causa da natureza da nova sociedade baseada em conhecimento, organizada em torno de redes e parcialmente formada de fluxos, a cidade informacional não é uma forma, mas um processo, caracterizado pelo predomínio estrutural dos fluxos. (CASTELLS, 2008, p. 487).

Na cidade informacional, ainda que se respeitem condicionantes físicas e culturais locais, algumas características são comuns. Castells (2008) apresenta, então, a partir de três “categorias” a diversidade de formas urbanas que emergem no período atual e como as redes influenciam nessas conformações. Trata primeiramente das cidades norte-americanas, que se desenvolveram principalmente pela expansão dos subúrbios ocorrida de forma homogênea e continuada. Nessas cidades, as longas distâncias e a falta de contiguidade territorial potencializam a utilização das redes de comunicação. O autor analisa, também, as cidades europeias que apresentam tendências de organização/reorganização urbana diversificadas. Nelas as redes têm função de interligar e dar unidade aos centros empresariais. Por fim, Castells (2008) apresenta as megacidades, enormes aglomerações humanas, fruto da urbanização do terceiro milênio. As megacidades,

mesmo que desenvolvidas em contextos geográficos e sociais distintos, configuram-se como a forma espacial da economia global e da sociedade informacional.

As megacidades podem ser entendidas como os nós das redes, segundo as quais se organizam o território mundial contemporâneo. Elas concentram poder, articulam a economia e ligam as redes informacionais. Contudo, não deixam de ser o espaço concreto de realização das funções – moradia, trabalho, comércio, serviços, lazer e outros- nas quais se estruturam a vida em sociedade, em suas mais diversas camadas. Segundo Castells (2008), as megacidades apresentam distinção também quanto às conexões a nível global e local. As megacidades são conectadas em escala global, embora apresentem internamente desconexão em relação à parcela população local que não tem acesso à rede.

É esta a característica distinta de estarem física e socialmente conectadas com o globo e desconectadas do local que torna as megacidades uma nova forma urbana [...] As megacidades são constelações descontínuas de fragmentos espaciais, peças funcionais e segmentos sociais. (Castells, 2008, p. 495).

Retomando as proposições de Haesbaert (2010) as megacidades, enquanto pontos nodais e centros de poder do espaço de fluxo, espacializam o território-rede e contrapõe-se aos aglomerados de exclusão, que concomitantemente se realizam sobre um mesmo espaço. Espaço esse que funde na época atual, segundo Foucault, as dimensões materiais e virtuais. Ou seja, as megacidades acumulam sobreposições de redes e aglomerados de exclusão, que se realizam em substratos físicos ou virtuais, caracterizando-se, assim, pela fragmentação e segregação nessas duas dimensões.

### 3.2.3 O espaço dos fluxos e sua dimensão pública. Como ficam os espaços livres públicos?

A partir das considerações apresentadas neste capítulo, conclui-se que a *internet*, ao possibilitar a experiência de apropriação do ciberespaço, sinaliza uma possibilidade de territorialidade distinta, diferente das possibilidades até então experimentadas (territórios como espaços físicos, sólidos e palpáveis). Representa, também, a possibilidade de conexão e o compartilhamento de dados e informações, independente do tempo (pode ser em tempo real ou assíncrono) e do espaço (localização geográfica dos usuários). Dessa forma, constitui-se como uma importante ferramenta de conexão social. Ao mesmo tempo, como indicam Lévy (1999) e Castells (2004/2008), a *internet* é um elemento de exclusão, para aqueles que não dispõem de recursos técnicos e/ou financeiros para acessá-la.

O advento e a popularização do ciberespaço e das redes telemáticas, com destaque para a *internet*, propiciaram o surgimento de novas formas de organização espacial (ou processo de organização espacial), a que Castells (2008) denomina espaço de fluxos. Os elementos estruturadores dessa organização territorial são as redes, conforme discutido à luz de Haesbaert (2010). No espaço dos fluxos, as megacidades destacam-se como pontos nodais das redes estruturantes do território e centros de poder, além de abrigarem as funções tradicionais das cidades.

Entendendo o espaço como expressão de uma sociedade, assim como Castells (2008), é inevitável consideramos que as bases sobre as quais se constrói o espaço urbano contemporâneo e, principalmente os espaços livres públicos, são outras, distintas daquelas sobre as quais se fundamentavam as cidades clássicas, renascentistas ou modernistas, por exemplo. Mas, que bases são essas?

As cidades – ou megacidades - hoje são “plugadas”, ambientes de conexão envolvendo usuários em mobilidade, máquinas, pessoas e objetos no espaço real ou no ciberespaço. A cidade contemporânea caminha para se transformar em um lugar de conexão permanente, ubíquo, permitindo trocas de informação em mobilidade criando “territórios informacionais”. Nessa cidade, os lugares tradicionais - como ruas, praças e avenidas- estão, pouco a pouco, transformando-se pela ação e demandas de novas práticas socioculturais de acesso e controle da informação no ciberespaço. Segundo Ribeiro (2001), “há certa tendência de aceitação do fato de que novas formas de relações sociais estão sendo construídas a partir da introdução destes espaços virtuais”, evidenciando, como predisse Foucault, que o ciberespaço e o espaço real formam, na cidade atual, um amálgama espacial.

Retomando o enfoque dos espaços livres públicos de lazer, que constituem a essência desse trabalho, procederemos a uma contextualização sobre a interação entre ciberespaço e essa categoria ou fração do espaço urbano, que contribuirá para a análise apresentada no Capítulo 04. Diante de uma realidade cambiante e ainda em consolidação é impossível não expor alguns questionamentos oriundos, sobretudo da complexidade intrínseca ao processo de multiterritorialidade. Tais questões são vinculadas ao estranhamento dos espaços virtuais como espaços públicos (uma vez que a materialidade ainda é uma necessidade para a compreensão deste tipo de espaço). Outro questionamento inerente estrutura-se em torno de como o surgimento do espaço digital altera as formas de apropriação do espaço real.

Segundo Castells (2008) as alternativas do ciberespaço para realização das atividades e funções da sociedade não anularam o espaço real (ou físico) onde se desenvolviam anteriormente essas atividades, ainda que lhes tenham imposto transformações. Assim, o

tele trabalho ou o tele comércio (ou comércio *on-line*) não extinguiram os edifícios de escritórios ou os *shoppings centers* e ruas de comércio, por exemplo.

Analogamente cogita-se que a existência de alternativas de lazer no ciberespaço não extinguiu (ou extinguirá) os espaços livres públicos usados para este fim. Contudo, os espaços livres públicos estão sendo transformados por estas possibilidades, adquirindo novas funções e significados, em uma escala ainda não mensurável, já que essa transformação é um processo em curso.

O elucidamento desse processo de interação/ transformação entre o ciberespaço e os espaços livres públicos no âmbito do lazer passa, necessariamente, pelo conhecimento, mesmo que superficial, das possibilidades e atrativos de lazer que o primeiro oferece, e que competem diretamente com as possibilidades de lazer do outro.

No âmbito do lazer, o ciberespaço oferece imensa gama de possibilidades: da música ao cinema, de *tours* virtuais por cidades e museus a incontáveis tipos de jogos. Consideraremos, entretanto, nessa discussão as redes sociais de relacionamento, por envolverem a formação de vínculos sociais, de acordo com Ribeiro (2001), por estarem vinculadas ao desenvolvimento das demais atividades de lazer no ciberespaço e, finalmente, por encontrarem equivalentes nos espaços livres públicos.

Uma rede social é uma estrutura composta por pessoas ou organizações, conectadas por um ou vários tipos de relações, que partilham valores e objetivos comuns. As redes sociais, no ciberespaço, podem operar em diferentes níveis, como, por exemplo, redes de relacionamentos (*Facebook, Orkut, Myspace, Twitter, etc.*), redes profissionais (*Linkedin*), redes comunitárias (redes sociais em bairros ou cidades), redes políticas, dentre outras.

Nas redes sociais de relacionamento, o indivíduo constrói/reconstrói uma identidade (que não necessariamente é real) e busca integração a partir das comunidades virtuais. Silva (2001) indica que no espaço livre público as relações comunitárias estão fragilizadas, enquanto no espaço virtual elas se fortalecem. Ela aponta como causa provável dessa disparidade, os conflitos e a insegurança que se instalam no mundo real. Nas comunidades virtuais, porém, como pontua Ribeiro (2001), há uma identificação imediata entre os indivíduos, uma vez que o ponto inicial de contato são as afinidades, os interesses comuns, expressos nas temáticas abordadas e sob as quais de estruturam essas comunidades. Silva (2001, p. 156) conclui que o ciberespaço acessado e compartilhado pelas e nas redes de relacionamentos, constitui um “espaço antropológico alternativo” uma “virtualização do espaço público concreto com a tendência a multiplicação das formas de mediação”.

Ao longo deste capítulo foram apresentadas considerações, fundamentadas em estudos bibliográficos, acerca das relações e interações entre os espaços livres públicos e o ciberespaço. Mediante a todos os aspectos apresentados, podemos considerar que o ciberespaço polariza, juntamente com os espaços livres públicos e os espaços interiorizados, as sociabilidades contemporâneas, dentre elas a atividades vinculadas ao lazer.

Essa coexistência caracteriza uma multiterritorialidade efetiva e indica que novas funções e significados são atribuídos aos espaços livres públicos. Mas, ainda não possibilita afirmar se essa coexistência é positiva ou negativa para os espaços públicos. Já podemos considerar, contudo, que há uma interferência do ciberespaço na apropriação dos espaços físicos para o lazer. Contudo, não podemos indicar se essa interferência ocorre no sentido aumentar ou diminuir a intensidade da apropriação dos espaços livres para as referidas práticas.

No Capítulo 04, o entendimento do que convencionamos denominar processo de interação/transformação entre o ciberespaço e os espaços livres públicos é examinado a partir da análise dos espaços e das práticas exercidas pelos adolescentes e jovens da e na Baía Noroeste de Vitória, com o objetivo de aferir essa interação/transformação.

## CAPÍTULO 04

### AS DIMENSÕES DO LAZER NA BAÍA NOROESTE DE VITÓRIA (ES): DOS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS AO CIBERESPAÇO

No Capítulo 02 foram abordadas questões acerca da interação entre as esferas pública e privada na produção do espaço urbano na atualidade, das novas organizações territoriais na Era Pós-Industrial e das influências e interconexões nos e entre os espaços de lazer inseridos nesse contexto. As discussões discorridas possibilitaram constatar que a cidade contemporânea é fragmentada e multifacetada. Essa cidade engloba, segundo entendimento de autores como Ghel e Gemzoe (2002) e Solà-Morales (1996), diferentes “tempos” ou “estágios” de urbanização. A relevância e o significado dos espaços públicos são variáveis de acordo com esses tempos de urbanização, defendem os autores. Eles podem ocupar posição de destaque na conformação e no cotidiano urbano ou estarem submetidos a um processo de transformação simbólica e funcional, enquanto lugar de convivência e de exercício de práticas como o lazer- estas últimas, objeto de análise deste estudo.

Um dos vetores potenciais de tal transformação é a coexistência dos espaços livres públicos, dos espaços interiorizados e do ciberespaço. Como aponta Castells (2004/2008), o ciberespaço desponta, desde o final do século XX, como *lócus* de interação social e desenvolvimento de inúmeras atividades humanas. Essa coexistência entre territorialidades distintas (física e virtual) resulta numa experiência contemporânea de multiterritorialidade, tratada no Capítulo 03.

Para Haesbaert (2005/2007/2010), a multiterritorialidade implica na ascensão de bases inéditas para as relações e atividades humanas, ao permitir a experiência de vivência concomitante de vários territórios e territorialidades. Ao estudar essas possibilidades, Castells (2008) conclui que a utilização do ciberespaço, como alternativa para a realização das atividades e funções da sociedade, não anulou o espaço físico onde estas se desenvolviam *a priori*, contudo, lhes imprimiu transformações, tanto no contexto de inserção urbana quanto na significação sócio espacial.

Neste capítulo são abordadas as transformações nas formas de uso/ apropriação dos espaços físicos por parte dos adolescentes e jovens residentes na Baía Noroeste de Vitória, delimitada e apresentada no Capítulo 01, sob o enfoque das atividades de lazer desenvolvidas nos espaços livres públicos, nos espaços interiorizados e no ciberespaço.

Este capítulo, portanto, se ocupa das dimensões do lazer na Baía Noroeste de Vitória, identificadas e caracterizadas por meio de uma pesquisa de campo, que investiga os hábitos e locais de lazer do público alvo.

A pesquisa, que seguiu delimitação metodológica apresentada no Capítulo 01, foi desenvolvida entre os dias 29 de novembro e 05 de dezembro de 2010. Contou com a participação de adolescentes e jovens, entre 15 e 19 anos, moradores dos bairros da Baía Noroeste de Vitória, totalizando 219 entrevistas válidas. Os entrevistados foram abordados sempre em grupos, em escolas ou em espaços livres públicos de lazer frequentados pelo público-alvo determinado pela metodologia da pesquisa.

De maneira complementar, durante a aplicação dos questionários, foram registrados dados e observações em relatórios de campo. Essas informações evidenciam aspectos cotidianos da população em estudo, algumas vezes não abordados ou mencionados no questionário, mas que têm intrínseca relação com a temática discutida neste estudo.

Os resultados da pesquisa são analisados e discutidos, neste capítulo, à luz dos referenciais teóricos apresentados e discutidos nos capítulos iniciais deste trabalho, com a intenção de compreender possíveis interações entre as tipologias de espaço, potencialmente apropriáveis para realização de lazer, acessíveis aos entrevistados.

#### **4.1 O Público: os adolescentes e jovens residentes nos bairros da Baía Noroeste de Vitória**

A variação etária dos entrevistados compreende a faixa entre 15 e 19 anos. Não houve uma distribuição proporcional quanto à faixa etária, o que resultou numa maior concentração de entrevistados com idade de 17 anos, totalizando 74 indivíduos (33,8% do total de entrevistados). Estatisticamente, a segunda parcela de maior representatividade quantitativa refere-se à dos jovens de 16 anos de idade, que somam 55 entrevistados (25,1%), seguida da parcela de jovens de 18 anos, formada por 42 indivíduos (19,2%). As faixas etárias de menor representatividade numérica, nesta pesquisa, correspondem aos adolescentes de 15

anos (25 entrevistados ou 11,4%) e à dos jovens de 19 anos, com 23 entrevistados (10,5% do total).

Quanto ao local de residência, moradores dos 14 bairros, agrupados na pesquisa sob a delimitação de Baía Noroeste de Vitória foram entrevistados, ainda que a proporção das amostras tenha sido desigual. Conforme mostra a Tabela 4.1, há predominância de residentes no bairro São Pedro (30,1%) entre os entrevistados.

Faz-se necessário destacar a heterogeneidade da região estudada. Embora resultante de um processo contínuo de ocupações irregulares, a atual Baía Noroeste de Vitória apresenta variações tanto quanto a sua configuração urbana quanto às condições socioeconômicas de sua população. Algumas áreas receberam infraestrutura e equipamentos públicos ainda na década de 1990, enquanto em outras áreas as intervenções se fizeram posteriormente.

Também, devem-se considerar significativas variações no padrão socioeconômico das famílias habitantes da região, conforme dados do Censo 2000 do IBGE, em parte vinculada ao processo de ocupação da área. Enquanto nos bairros de ocupação pioneira as famílias apresentam renda mais elevada, nos bairros de ocupação mais recente, como Nova Palestina, a renda familiar é menor.

Tabela 4.1 - Baía Noroeste de Vitória: distribuição populacional por bairro

Bairro	População total residente*	Habitantes dentro da classificação etária da pesquisa*	Entrevistados por bairro	% do total de entrevistados
<b>Andorinhas</b>	2.113	232	9	4,1
<b>Estrelinha</b>	2.073	233	9	4,1
<b>Grande Vitória</b>	3.960	489	5	2,3
<b>Ilha das Caieiras</b>	1.356	149	7	3,2
<b>Inhanguetá</b>	3.074	356	17	7,8
<b>Joana D'Arc</b>	2.486	254	15	6,8
<b>Mário Cyprestes</b>	1.278	122	4	1,8
<b>Nova Palestina</b>	5.630	643	21	9,6
<b>Redenção</b>	2.618	329	5	2,3
<b>Resistência</b>	5.740	718	6	2,7
<b>Santa Martha</b>	6.913	730	17	7,8
<b>Santo André</b>	2.610	317	20	9,1
<b>Santo Antônio</b>	6.669	674	18	8,2
<b>São Pedro</b>	7.406	852	66	30,1
<b>TOTAL</b>	53.926	6.098	219	100

\* Segundo dados do Censo 2000 do IBGE.

Fonte: IBGE/ Censo 2000; PMV; Levantamento de Campo. Dados manipulados.

Segundo informações apuradas durante a realização das entrevistas, a concentração de participantes que indicaram residir no Bairro São Pedro deve-se a ausência de uma distinção físico/ simbólica entre alguns dos bairros analisados. Esses bairros inicialmente formavam um grande aglomerado urbano de ocupação espontânea e sem planejamento. Oriundo de um processo contíguo e sucessivo de invasões, esse aglomerado foi, por alguns anos, denominado unicamente Grande São Pedro. Adicionado ao prenome, as novas ocupações recebiam um acréscimo numérico indicativo da época ou “etapa” de ocupação. Assim, nasceram os bairros de São Pedro I, II, III, IV, V e VI.

Segundo informações constantes na página eletrônica da Prefeitura Municipal de Vitória (PMV), com as intervenções e melhorias urbanísticas, ocorridas principalmente na década de 1990, os bairros receberam novos nomes, conforme indicação abaixo:

- São Pedro I: uma parte da região da primeira ocupação manteve a designação de Bairro São Pedro;
- São Pedro II: parte recebeu designação de Bairro Santo André<sup>16</sup>;
- São Pedro III: foi rebatizado com o nome de Bairro Redenção;
- São Pedro IV: denominado atualmente de Bairro Conquista<sup>17</sup>;
- São Pedro V: rebatizado de Bairro Nova Palestina;
- São Pedro VI: área atualmente denominada Bairro Resistência.

Mesmo após a formalização da nova denominação e delimitação dos bairros, com a aprovação da Lei Municipal 6.077 de dezembro de 2003, acredita-se que haja dificuldade por parte da população em compreender tais limites. Isso ficou evidenciado durante o processo de entrevista, através de sucessivos questionamentos acerca do bairro de residência dos entrevistados. Esse fato pode contribuir para uma indicação equivocada quanto ao local de moradia de alguns entrevistados, que residem em bairros originados do aglomerado São Pedro, e não no Bairro São Pedro propriamente.

Após a caracterização da amostra quanto à faixa etária e o local de residência, o questionário aplicado aborda questões relativas às atividades cotidianas obrigatórias dos pesquisados, como estudo e trabalho, e possíveis interferências em suas atividades de lazer.

#### 4.1.1 Estudo e Trabalho x Lazer: implicações entre as atividades cotidianas dos jovens e adolescentes

A disponibilidade de tempo para realização de práticas de lazer está intrinsecamente ligada às demais atividades cotidianas dos entrevistados. Por isso, foram incluídas no questionário indagações quanto ao estudo e trabalho, com intuito de identificar a disponibilidade dos entrevistados para práticas de lazer. Também objetiva-se verificar se a conciliação de

---

<sup>16</sup> Das áreas denominadas inicialmente São Pedro I e II formaram-se ainda os bairros São José e Santos Reis, não considerados nesta análise. Entretanto, pode haver entre os entrevistados algum morador do bairro, tendo em vista a dificuldade de identificação dos bairros na Região da Grande São Pedro.

<sup>17</sup> O bairro Conquista fica fora das delimitações propostas neste trabalho, não sendo considerado nas análises. Entretanto, pode haver entre os entrevistados algum morador do bairro, tendo em vista a dificuldade de identificação dos bairros na Região da Grande São Pedro.

atividades relacionadas a estudo e trabalho pode ser apontada como fator condicionante da apropriação, ou não, dos espaços livres públicos.

Dos 219 entrevistados, 212 (96,8%) afirmaram serem estudantes matriculados em alguma unidade de ensino, e apenas 07 indicaram não estudar. Desses, 03 já concluíram o ensino médio. É importante salientar que o baixo índice de evasão escolar pode não refletir a realidade da região estudada, uma vez que se optou por aplicar grande parte dos questionários (174 ou 79,5%) em escolas da região. A opção teve por intuito de facilitar a abordagem dos entrevistados, neste caso agrupados em salas de aula. Ainda assim, dos 145 entrevistados fora de unidades de ensino, 138 responderam que estudam.

Alguns entrevistados indicaram frequentar as aulas em escolas localizadas fora dos limites da Baía Noroeste de Vitória, por exemplo, na EEEFM Hildebrando Lucas localizada no bairro Maruípe, na EEEM Fernando Duarte Rabelo no bairro Praia de Santa Helena e a EEEM Professor Renato José da Costa Pacheco localizada em Jardim Camburi. Todas as unidades educacionais indicadas situam-se relativamente distantes da região estudada, demandando uso de algum meio de transporte nos deslocamentos.

Acerca dos estudos os entrevistados foram indagados, ainda, quanto ao turno em que frequentavam as aulas. A indicação do turno de estudo, associado a outros fatores como trabalho, pode indicar dificuldades de apropriação e uso dos espaços públicos, em razão da indisponibilidade de tempo. Por isso, se buscou uma distribuição equitativa dos entrevistados quanto ao turno de frequência nas aulas.

As entrevistas, nas escolas listadas anteriormente, foram realizadas com alunos dos turnos matutino e vespertino, com amostras numericamente próximas (90 pela manhã e 84 no período da tarde). Entretanto, não foram feitas incursões noturnas, tendo em vista que os coordenadores das escolas visitadas informaram que poucos alunos matriculados no turno noturno estariam classificados dentro da delimitação etária pré-estabelecida nesta pesquisa (de 15 a 19 anos), a maioria excedendo essa faixa. Os entrevistados que frequentam aulas no período noturno foram abordados nos espaços públicos, abrangendo uma amostra pequena, de 10 entrevistados. Todos os participantes que declararam frequentar aulas noturnas, afirmaram também que exerciam atividades de trabalho diurnas.

Após indagações quanto às atividades estudantis, foram apresentados aos entrevistados perguntas referentes ao engajamento com o trabalho. As respostas indicam que 106 dos adolescentes e jovens (48,4% do total de 219 entrevistados) exercem alguma atividade de

trabalho. Desses, 99 conciliam atividades de trabalho e estudo. Isso significa que, entre os 219 entrevistados, 45,2% trabalham e estudam.

A carga horária semanal dedicada às atividades de trabalho, por parte dos entrevistados que afirmaram exercê-las, também foi levantada na pesquisa. Do total de 106 entrevistados que trabalham:

- 07 indivíduos (6,6%) dedicam menos de 20 horas por semana ao trabalho;
- 73 adolescentes e jovens têm carga horária semanal de 20 horas, representando 68,9% do total de entrevistados que trabalham;
- 09 (8,5%) entrevistados têm carga horária semanal entre 20 e 30 horas;
- 17(16%) indivíduos trabalham entre 30 e 40 horas semanais.

As respostas indicam, portanto, que um maior número de indivíduos trabalha por 20 horas semanais, em atividades vinculadas, principalmente, a estágios e programas como o Menor Aprendiz<sup>18</sup>, que emprega aproximadamente um terço do total de entrevistados.

As atividades de trabalho mais comumente exercidas pelos entrevistados que trabalham de 20 a 30 horas por semana, correspondem a postos de trabalho nos setores de comércio e serviço público. Entre os que têm carga horária semanal de trabalho superior a 30 horas estão funcionários dos setores de comércio e serviço, que exercem, inclusive, profissões no período noturno (como garçom e vigilante).

Além da carga horária, outro fator, vinculado ao trabalho, que pode afetar a apropriação dos espaços livres públicos em atividades de lazer é o seu exercício nos finais de semana. Por isso, foi questionado ao público alvo se trabalhavam ou não aos sábados e domingos. Dos 106 entrevistados que trabalham, 24 (22,6%) responderam que suas atividades se estendem ao final de semana. Em geral, estes trabalhadores atuam no comércio e serviços, com carga horária superior a 30 horas.

---

<sup>18</sup> O **Programa Menor Aprendiz**, criado pelo governo federal, proporciona oportunidades de qualificação profissional para alunos de escolas públicas entre 14 e 24 anos de idade, em parceria com empresas ou instituições conveniadas. As atividades ocorrem em turno de 04 horas diárias, alternado ao de estudo e os inscritos recebem remuneração mensal equivalente a um **salário-mínimo**, além de repouso semanal remunerado, 30 dias de férias e vale-transporte.

### Quanto ao lazer

Ainda na parte inicial da entrevista, com a intenção de identificar as principais práticas de lazer, apresentou-se aos entrevistados uma pergunta com resposta livre, acerca do que faziam quando não estavam ocupados com obrigações relacionadas a trabalho e estudo. Os entrevistados poderiam citar mais de uma atividade às quais se dedicavam em seu tempo livre.

A Tabela 4.2, a seguir, apresenta a compilação dos dados extraídos dos questionários. A análise dessas respostas possibilita afirmar que o lazer, dos jovens e adolescentes, acontece tanto na esfera particular quanto na pública, em alguns casos, podendo ocorrer indistintamente em espaços das duas naturezas. Atividades como conversar, dançar, namorar ou ler, indicadas nos questionários, podem ocorrer tanto nos domicílios dos entrevistados quanto nos espaços públicos. Outras, como a realização de atividades domésticas, dormir ou ir à casa de familiares, são propícias ao espaço privado.

As atividades realizadas nos espaços públicos, citadas pelos entrevistados, estão relacionadas às três dimensões de lazer consideradas neste trabalho. Destacam-se, entre as respostas apresentadas, atividades de lazer no ciberespaço, relacionadas ao uso de computadores e *internet* e citadas por 77 entrevistados. Atividades relativas a jogos (com a utilização de computadores principalmente, mas também de vídeo games) foram mencionadas 34 vezes, revelando-se significativas no cotidiano dos entrevistados. Se somadas, as atividades de lazer realizadas no âmbito do ciberespaço foram indicadas 111 vezes. Esse número pode ser compreendido como um indicativo da difusão ampla do ciberespaço entre os adolescentes e jovens residentes na Baía Noroeste de Vitória.

Ainda baseado nos dados compilados na Tabela 4.2, verifica-se que a utilização de espaços livres públicos, mais especificamente praças e parques, foi mencionada por apenas 10 entrevistados (4,6%). A praia, outra categoria de espaço livre público, também foi citada. Dentre os 219 entrevistados, 09 indicaram sua utilização.

Quanto ao uso de espaços interiorizados de lazer, obtiveram menção *shoppings centers* (indicado por 14 entrevistados) e cinema (citado na pesquisa por 02 entrevistados).

Se somados, os espaços físicos de lazer, sejam eles livres públicos ou interiorizados, foram livremente indicados 35 vezes, como espaços de realização de atividades desvinculadas de obrigações escolares ou de trabalho. Uma comparação preliminar dos dados expostos permite supor que a realização de atividades de lazer virtual é predominante entre os

entrevistados, pois as indicações desta natureza excedem em aproximadamente 03 vezes as indicações relacionadas às atividades de lazer nos espaços físicos.

No decorrer da análise dos dados coletados nesta pesquisa, a prevalência de atividades de lazer no ciberespaço poderá ser confirmada ou refutada. Se confirmada, revelará uma perda de valor, ainda que relativa e transitória, dos espaços físicos enquanto *lócus* de lazer e evidenciará o surgimento/ valorização da dimensão virtual enquanto espaço prioritário de realização de dinâmicas comunitárias e sociais, como é o caso das atividades de entretenimento.

**Tabela 4.2 - Baía Noroeste de Vitória: principais atividades de lazer praticadas pelos entrevistados. (Resposta livre)**

<b>Respostas Citadas</b>	<b>Número de citações</b>	<b>%</b>
<b>Navegar na <i>internet</i> / Usar computador</b>	77	35,2
<b>Sair / passear</b>	60	27,4
<b>Assistir TV</b>	50	22,8
<b>Atividades esportivas</b>	41	18,7
<b>Jogos eletrônicos ou de computador</b>	34	15,5
<b>Dormir</b>	26	11,9
<b>Assistir filmes</b>	22	10,0
<b>Ir ao <i>Shopping</i></b>	14	6,4
<b>Ler</b>	13	5,9
<b>Ir à casa de amigos ou familiares</b>	12	5,5
<b>Ir à praça / parque</b>	10	4,6
<b>Ir à praia</b>	9	4,1
<b>Demais atividades possivelmente associadas aos espaços interiorizados</b>	22	10,04
<b>Demais atividades possivelmente associadas os espaços livres públicos</b>	02	0,09
<b>Outras</b>	21	9,58

Fonte: Levantamento de Campo.

A tabela 4.3, a seguir, apresenta dados comparativos que permitem tecer considerações acerca da interação entre as atividades de estudo, trabalho e lazer desenvolvidas pelos entrevistados.

Tabela 4.3 - Baía Noroeste de Vitória: relação entre as atividades de estudo, trabalho e lazer dos entrevistados.

Categoria ocupacional dos entrevistados	Número total de entrevistados na categoria	% de entrevistados da categoria em relação ao número total de entrevistados	Principal atividade de lazer indicada			Indicaram falta de tempo como principal fator de redução ou exclusão do uso dos espaços físicos de lazer	
			Descrição	Número de entrevistados que indicaram essa atividade	% em relação à categoria ocupacional	Número de entrevistados que indicaram este motivo	% em relação à categoria de entrevistado
<b>Trabalham e estudam</b>	99	45,20%	Navegar na internet	15	15,15%	32	32,32%
<b>Só estudam</b>	111	50,69%	Sair com amigos/ Ir à casa de amigos	32	28,82%	19	17,11%
<b>Só trabalham</b>	06	2,74%	Navegar na internet	03	50,00%	03	50,00%
<b>Não trabalham e não estudam</b>	01	0,45%	Navegar na internet	01	100%	0	0
<b>Sem informação</b>	02	0,92%	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	219	100%	-	-	-	54	-

Fonte: Levantamento de dados.

A partir das informações apresentadas na Tabela 4.3 é possível observar que a indisponibilidade de tempo constitui fator que dificulta a utilização dos espaços físicos de lazer. Do total de 219 entrevistados, 54 (24,66%) indica a falta de tempo como principal limitador da frequência de utilização dos espaços físicos de lazer. O percentual é ainda mais expressivo entre os participantes que acumulam atividades de estudo e trabalho. Adiante, outras razões apontadas pelos entrevistados serão discutidas e relacionadas às suas práticas cotidianas.

Entre os entrevistados que conciliam atividades escolares e trabalho, quase um terço dos indivíduos (32 do total de 99), aponta a falta de tempo como principal fator para a redução ou inexistência do uso dos espaços físicos para o lazer (espaços livres públicos e também os espaços interiorizados). Para esse grupo, a principal atividade de lazer, mencionada por 15 entrevistados, consistia no uso da *internet*, que se configurou como a atividade mais citada. A pouca disponibilidade de horas para o lazer e a alta incidência de indicações do uso da *internet* permitem considerar que a escassez de tempo livre, resultante do acúmulo de atividades, cerceia o uso dos espaços físicos de lazer e contribui para o incremento da apropriação do ciberespaço, tendo em vista que o acesso ao último é facilitado, podendo ser efetuado, inclusive, da própria residência do indivíduo.

Uma estudante de 19 anos, moradora do bairro Santa Martha, exemplifica essa situação. Ela concilia as aulas no período noturno com trabalho, cuja carga horária é de 30 horas semanais. Ao responder a pergunta sobre o que faz nas horas livres afirma “uso as horas vagas para navegar na *net* (*sic*) em redes sociais ou no *MSN* com amigos”. Quando questionada acerca dos motivos que dificultam ou inviabilizam o uso dos espaços físicos de lazer, a estudante afirma que a “falta de tempo e de dinheiro” são os responsáveis. No quadro que apresenta tipologias de espaços de lazer, a entrevistada indica que frequenta, mensalmente, praia, *shopping* e cinema. Para essa estudante, a *internet* é o principal espaço de lazer, talvez em decorrência da acessibilidade facilitada deste tipo de lazer.

Dentre os entrevistados que estudam somente, o índice de respostas que aponta a falta de tempo como principal fator para a utilização reduzida dos espaços de lazer de territorialidade física atinge 17,11% (resposta apresentada por 19 dos 111 entrevistados desse grupo). As respostas do grupo indicam, portanto, maior disponibilidade de tempo para a realização de práticas de lazer em espaços físicos. A indicação de principal

atividade de lazer – sair com amigos/ ir à casa de amigos- reafirma essa disponibilidade. Como evidenciam os dados, entre esses entrevistados, alternativas de lazer, como práticas esportivas, ir à praça, ao parque ou à praia, são mais frequentes que entre os entrevistados que conciliam atividades de trabalho e estudo.

Um aluno de 16 anos, morador do bairro Joana D’Arc, assim como a maior parcela dos que somente estudam, indica o uso de espaços físicos em suas horas livres, ocupadas com atividades como “jogar futebol e sair com meus amigos. Também gosto de ler livros”. Adiante, o mesmo entrevistado, relaciona entre os espaços de lazer que costuma frequentar praças, parques, quadras de esporte, campo de futebol, e a rua, além de participar das atividades do Programa Escola Aberta. Quando questionado sobre os fatores que inibem o uso dos espaços físicos, o entrevistado aponta como principal razão para a utilização menos frequente dos espaços de lazer a “violência que é muito grande no meu bairro”.

Ainda entre os entrevistados que estudam e não trabalham, um aluno do turno vespertino, de 18 anos e morador do bairro Grande Vitória, reclama que “no bairro onde eu moro não tem espaços públicos pra (*sic*) a gente se divertir”. Indica como principal atividade de lazer “navegar na *net* e ficar jogando no computador”. Nesse caso, a apropriação pouco frequente dos espaços livres públicos esta associada à ausência de espaços dessa categoria nas imediações da moradia do entrevistado. O espaço virtual, então, passa a ser o espaço de lazer preferencial devido a sua disponibilidade.

As informações apresentadas na tabela 4.3, discutidas nos parágrafos anteriores, possibilitar esboçar uma hipótese acerca da relação entre a disponibilidade de tempo dos frequentadores e a apropriação dos espaços físicos para o lazer. Segundo essa hipótese, quanto menor a disponibilidade de tempo livre, menor é a apropriação dos espaços físicos no desenvolvimento de atividades recreativas, esportivas, contemplativas ou lúdicas. Ademais, indiretamente, a restrição de tempo pode estar propiciando a potencialização do uso da *internet*, tendo em vista que boa parte dos entrevistados utiliza essa ferramenta sem sair de seu domicílio, demandando menor disponibilidade de tempo.

A partir dessas situações hipotéticas, identificamos inter-relações entre os espaços de lazer de natureza distinta, agrupados no que se convencionou tratar de dimensões de lazer (espaço livre público, espaço interiorizado e ciberespaço). As análises seguintes

estão relacionadas aos espaços e formas de uso de cada uma dessas dimensões. Inicialmente os espaços são analiticamente descritos de forma isolada, com intuito de compreender as relações que eles propiciam ou inibam. Posteriormente, a partir da comparação dos dados relativos a cada espaço, buscar-se-á identificar possíveis interferências, que se configurem como agentes de transformação espacial da cidade atual.

#### **4.2 O lazer nos espaços livres públicos**

A primeira dimensão do lazer, discutida neste capítulo, corresponde a dos espaços livres públicos, definidos no Capítulo 01. Tradicionalmente inseridos nas cidades, tais espaços, de propriedade pública e uso coletivo, apresentam pouca ou nenhuma restrição de acesso e permitem a realização de atividades ao ar livre. Neste estudo, a análise desse tipo de espaço de lazer precede à entrevista realizada com os adolescentes e jovens, tendo sido iniciada com o levantamento de espaços livres públicos no conjunto de 14 bairros da Baía Noroeste de Vitória. O mapeamento, apresentado e discutido também no Capítulo 01, é resultante desse levantamento, realizado especificamente para atender demandas dessa pesquisa, subsidiado por informações da Prefeitura Municipal de Vitória e por pesquisas desenvolvidas anteriormente na região (Fornaciari 2007/2008; Oliveira 2007, entre outras).

No questionário, a investigação sobre os espaços físicos de lazer, elencadas a partir do levantamento de campo, foi organizada por meio de um quadro que relaciona tipologia, localização e frequência de utilização desses, com objetivos de identificar os principais espaços físicos usados para o lazer dentre os entrevistados. Além disso, busca verificar se os espaços usados localizam-se no bairro em que residem os entrevistados ou em bairros mais distantes, e ainda, medir a frequência de utilização dos mesmos.

Os questionamentos foram pautados segundo alternativas pré-estabelecidas. Na pergunta relacionada à frequência de utilização, os entrevistados foram orientados a responder semanalmente, caso utilizassem o espaço uma ou mais vezes por semana, quinzenalmente, quando a frequência de uso fosse , em média, de uma vez a cada duas semanas. Poderiam, ainda, optar pela alternativa mensalmente, quando o uso ocorresse, em média, uma vez ao mês. Ressaltou-se que deveriam considerar a média aproximada

de utilização, já que determinados espaços são mais apropriados sazonalmente (as praias, por exemplo, mais visitadas no verão).

A partir das respostas, sintetizadas na Tabela 4.4, analisa-se a inserção cotidiana dos espaços de lazer dividida em 07 categorias apresentadas a seguir.

**Tabela 4.4 - Baía Noroeste de Vitória: localização e frequência de uso dos espaços de lazer**

Locais	Questões	n	%
Praça	<b>Seu bairro possui?</b>		
	Não	26	11,9
	Sim	193	88,1
	NS/NR	0	0,0
	<b>Você costuma ir?</b>		
	Não	64	29,2
	Sim, no bairro	131	59,8
	Sim, em outro bairro	23	10,5
	Sim, no bairro e em outro bairro	1	0,5
	NS/NR	0	0,0
	<b>Se sim, com qual frequência?</b>		
	Semanal	91	58,7
	Quinzenal	28	18,1
Mensal	36	23,2	
NS/NR	0	0,0	
Total	155	100,0	
Parques públicos	<b>Seu bairro possui?</b>		
	Não	90	41,1
	Sim	129	58,9
	NS/NR	0	0,0
	<b>Você costuma ir?</b>		
	Não	113	51,6
	Sim, no bairro	37	16,9
	Sim, em outro bairro	69	31,8
	Sim, no bairro e em outro bairro	0	0,0
	NS/NR	1	0,5
	<b>Se sim, com qual frequência?</b>		
	Semanal	35	33,0
	Quinzenal	26	24,5
Mensal	41	38,7	
NS/NR	4	3,8	
Total	106	100,0	

<b>Ciclovia / Calçadão</b>	<b>Seu bairro possui?</b>		
	Não	85	38,8
	Sim	132	60,3
	NS/NR	2	0,9
	<b>Você costuma ir?</b>		
	Não	132	60,3
	Sim, no bairro	47	21,5
	Sim, em outro bairro	36	16,4
	Sim, no bairro e em outro bairro	0	0,0
	NS/NR	4	1,8
	<b>Se sim, com qual frequência?</b>		
	Semanal	40	48,2
Quinzenal	22	26,5	
Mensal	21	25,3	
Total	83	100,0	
<b>Campo de futebol</b>	<b>Seu bairro possui?</b>		
	Não	32	14,6
	Sim	185	84,5
	NS/NR	2	0,9
	<b>Você costuma ir?</b>		
	Não	122	55,7
	Sim, no bairro	74	33,8
	Sim, em outro bairro	20	9,1
	Sim, no bairro e em outro bairro	1	0,5
	NS/NR	2	0,9
	<b>Se sim, com qual frequência?</b>		
	Semanal	55	57,9
Quinzenal	15	15,8	
Mensal	23	24,2	
NS/NR	2	2,1	
Total	95	100,0	
<b>Quadra de esporte</b>	<b>Seu bairro possui?</b>		
	Não	31	14,2
	Sim	186	84,9
	NS/NR	2	0,9
	<b>Você costuma ir?</b>		
	Não	109	49,8
	Sim, no bairro	89	40,6
	Sim, em outro bairro	17	7,8
	Sim, no bairro e em outro bairro	1	0,5
	NS/NR	3	1,4
	<b>Se sim, com qual frequência?</b>		
	Semanal	69	64,5
Quinzenal	16	15,0	
Mensal	20	18,7	
NS/NR	2	1,9	
Total	107	100,0	

<b>Rua, terreno vazio</b>	<b>Seu bairro possui?</b>		
	Não	33	15,1
	Sim	185	84,5
	NS/NR	1	0,5
	<b>Você costuma ir?</b>		
	Não	148	67,6
	Sim, no bairro	59	26,9
	Sim, em outro bairro	7	3,2
	Sim, no bairro e em outro bairro	0	0,0
	NS/NR	5	2,3
	<b>Se sim, com qual frequência?</b>		
	Semanal	49	74,2
	Quinzenal	4	6,1
Mensal	11	16,7	
NS/NR	2	3,0	
Total	66	100,0	
<b>Praia</b>	<b>Seu bairro possui?</b>		
	Não	182	83,1
	Sim	36	16,4
	NS/NR	1	0,5
	<b>Você costuma ir?</b>		
	Não	76	34,7
	Sim, no bairro	3	1,4
	Sim, em outro bairro	138	63,0
	Sim, no bairro e em outro bairro	0	0,0
	NS/NR	2	0,9
	<b>Se sim, com qual frequência?</b>		
	Semanal	32	22,7
	Quinzenal	31	22,0
Mensal	76	53,9	
NS/NR	2	1,4	
Total	141	100,0	

Fonte: Levantamento de Campo.

#### 4.2.1 Praça

As praças constituem a categoria de espaço público mais comum nos bairros da Baía Noroeste de Vitória, conforme indicado no levantamento de campo. Os entrevistados confirmam este dado, tendo em vista que apenas 26 (11,9%) deles responderam que não existem praças em seu bairro. Dentre eles, os 05 entrevistados residentes em Grande Vitória, onde não foram identificadas praças no mapeamento. Esses dados confirmam as indicações de Macedo *et.al.* (2009), apresentadas no Capítulo 2, acerca da inclusão das praças como um dos espaços de lazer mais importantes para a população.

As praças são também os espaços livres públicos mais habitualmente apropriados pelos entrevistados: 156 (70,8%) frequentam-nas. Desses, 131 (83,97%) se apropriam das praças que consideram estar localizadas no mesmo bairro em que residem, ainda que pelos limites oficiais essa localização seja diferente. Outros 23 (14,75%) costumam frequentar praças de outros bairros. Dentre as explicações apresentadas para o uso de praças em outros bairros, pode-se listar inexistência dessa categoria de espaço livre público no bairro do entrevistado, a facilidade de acesso a espaços de bairros vizinhos, ou ainda devido ao fato dos entrevistados considerarem as praças nos bairros adjacentes como mais atrativas.

A intensidade de uso das praças merece destaque: 58,7% dos entrevistados que realizam atividades de lazer em praças, o fazem com frequência semanal.

#### 4.2.2 Parques Públicos

Na Baía Noroeste de Vitória, como apresentado na Figura 1.2, estão implantados quatro parques públicos (Parque Mangue Seco, Parque Barreiros, Parque Baía Noroeste e Parque Tancredo Neves). Mesmo mediante esta oferta, constatou-se que 106 entrevistados (ou 48,7% do total) utilizam essa categoria de espaço livre público. Durante o levantamento de campo foi mencionado por alguns usuários que a intensidade de apropriação dos parques, sobretudo do Parque Mangue Seco situado no bairro Santa Martha, é prejudicada pela violência urbana verificada em determinados bairros da Baía Noroeste. Ainda entre os entrevistados que afirmaram frequentar parques públicos, 69 (ou 65%) o fazem em outros bairros, ocorrendo menção de apropriação até mesmo fora da região estudada.

A parcela estatisticamente mais significativa dos usuários de parques (41 ou 38,7%) indicou fazê-lo com frequência mensal. O fato leva a acreditar que a utilização de parques públicos pelos entrevistados é menos intensa que o uso das praças, tanto pelo percentual de usuários quanto pela frequência de uso, que no caso das praças é semanal. Esse comportamento – maior uso e assiduidade de atividades em praças- pode estar associado ao quantitativo delas na região, que é superior ao dos parques. Distribuídas em maior

número pelo território da Baía Noroeste, as praças, potencialmente, estão localizadas mais próximas dos domicílios dos entrevistados, sendo favorecida sua apropriação e uso.

#### 4.2.3 Ciclovias e Calçadão

Ciclovias e calçadões são espaços livres disponíveis nos bairros em que residem 132 entrevistados (60,30% dos 219 participantes), segundo dados contidos nos questionários. Associados a prática de esportes, ciclovias e calçadões, são espaços livres públicos apropriados para lazer por 83 (37,9%) dos entrevistados. A assiduidade de usos desses espaços é, majoritariamente, semanal, como apontam 40 (48,2%) do total de seus utilizadores para esse fim.

#### 4.2.4 Campo de Futebol

Campos de Futebol são espaço público está associada ao lazer esportivo, assim como as ciclovias e calçadões apresentados anteriormente. A tipologia foi identificada como espaço de lazer disponível nos bairros por 185 (84,5%) dentre os 219 entrevistados. Contudo, apenas 94 (42,9%) desses entrevistados revelaram apropriar-se de campos de futebol. Esse fato pode estar associado à prática pouco frequente do futebol pelo público feminino. No universo dos utilizadores de campos de futebol (94 indivíduos), a constância de uso é semanal, conforme resposta de 55 (65,47%) dos adolescentes e jovens participantes da pesquisa.

#### 4.2.5 Quadra de Esportes

As quadras esportivas foram indicadas por 186 entrevistados (84,9% do total de participantes) como equipamentos disponíveis no bairro onde residem. Apesar da grande disponibilidade, o índice de utilização desse tipo de espaço é de 48,9%%, ou seja, somente 106 dos entrevistados realizam atividades nessa categoria de espaço livres públicos. A assiduidade de atividades em quadras de esportes, indicada por 69 usuários (ou 65,09% do total de usuários das quadras de esportes), é semanal.

#### 4.2.6 Rua e/ou Terreno Vazio Apropriado em Atividades de Lazer

As respostas obtidas indicam que ruas e terrenos vazios apropriados para atividades de lazer são comuns na região estudada confirmando, assim, as considerações apresentadas no Capítulo 01, a partir das contribuições de Oliveira (2007). O percentual de entrevistados que confirma a existência desse tipo de apropriação chega a 84,5% (ou 185 dos 219 participantes da pesquisa). Contudo, apenas 66 dos entrevistados (35,67% que indicaram a existência de espaços dessa natureza) afirmaram frequentá-los.

Durante as entrevistas foi relatado pelos participantes que, espaços dessa categoria são mais comumente apropriados por grupos específicos, por vezes criando espaços marginalizados. Também foi mencionado que ruas e terrenos vazios são apropriados para atividades de lazer por crianças, por exemplo, conflitando com o uso dos mesmos espaços pelos adolescentes e jovens.

#### 4.2.7 Praia

A região de estudo é banhada pela Baía de Vitória, porém, o manguezal é o ecossistema dominante, e áreas de praia são pouco frequentes na região. Contudo, 36 entrevistados (16,4%), apontam a existência de praias em seus bairros, associados a região de manguezal ou aos pequenos trechos de orla, localizadas principalmente no bairro Santo Antônio.

A limitação de áreas balneáveis na região, no entanto, não se configura como um empecilho ao uso das praias, tendo em vista que 141 participantes da pesquisa (ou 64,4% do total de 219) indicaram sua utilização. Destes 141 (138 ou 97,9%) vão a praias fora dos limites dos bairros da Baía Noroeste de Vitória.

As praias são espaços de apropriação mensal para 76 (55,07%) dos seus usuários. Cabe ressaltar que essa apropriação é mais comum na estação do verão.

#### 4.2.8 Outros

Também foi apresentada aos entrevistados a possibilidade de indicar a apropriação de outros espaços de lazer, não mencionados na pesquisa. Grande parte dos entrevistados não respondeu a essa pergunta. Contudo, entre os que assinalaram a existência de outros espaços apropriados para o lazer nos bairros, foram destacados: o Sambódromo Walmor Miranda, no bairro Mário Cyprestes; e o Mirante no bairro Santo Antônio.

### **4.3 O lazer nos espaços interiorizados**

A segunda dimensão do lazer considerada nesta pesquisa, diz respeito aos espaços interiorizados. Conforme delimitação apresentada no capítulo inicial do trabalho, os espaços denominados interiorizados possuem territorialidade física e apresentam pouco ou nenhum grau de restrição de acesso, ainda que sejam de propriedade privada. Espaços dessa natureza reproduzem algumas características – morfológicas, funcionais ou mesmo simbólicas- dos espaços livres públicos sob condições controladas. Sobretudo a partir das últimas décadas do século XX, os espaços interiorizados e os espaços livres públicos coexistem e competem por usuários, conforme discussão apresentada no Capítulo 2. A inclusão dos espaços interiorizados no questionário aplicado aos jovens e adolescentes ocorreu devido a indicações levantadas no mapeamento dos espaços livres públicos e em pesquisas anteriores acerca da apropriação dos espaços públicos na região (Fornaciari, 2007/2008).

A investigação sobre a apropriação dos espaços interiorizados para as práticas de lazer pelos jovens e adolescentes entrevistados encontra-se sintetizada na Tabela 4.5, e ocorre a partir das categorias apontadas nos subitens a seguir.

Tabela 4.5: Baía Noroeste de Vitória: o lazer nos espaços interiorizados do ponto de vista dos entrevistados

Locais	Questões	Nº	%
<i>Shopping</i>	<b>Seu bairro possui?</b>		
	Não	218	99,5
	Sim	0	0,0
	NS/NR	1	0,5
	<b>Você costuma ir?</b>		
	Não	51	23,3
	Sim, no bairro	0	0,0
	Sim, em outro bairro	164	74,9
	Sim, no bairro e em outro bairro	0	0,0
	NS/NR	4	1,8
	<b>Se sim, com qual frequência?</b>		
	Semanal	49	29,9
	Quinzenal	39	23,8
Mensal	73	44,5	
NS/NR	3	1,8	
Total	164	100,0	
<i>Cinema</i>	<b>Seu bairro possui?</b>		
	Não	217	99,1
	Sim	0	0,0
	NS/NR	2	0,9
	<b>Você costuma ir?</b>		
	Não	83	37,9
	Sim, no bairro	0	0,0
	Sim, em outro bairro	130	59,4
	Sim, no bairro e em outro bairro	0	0,0
	NS/NR	6	2,7
	<b>Se sim, com qual frequência?</b>		
	Semanal	11	8,5
	Quinzenal	28	21,5
Mensal	91	70,0	
NS/NR	0	0,0	
Total	130	100,0	
<i>Teatro</i>	<b>Seu bairro possui?</b>		
	Não	210	95,9
	Sim	6	2,7
	NS/NR	3	1,4
	<b>Você costuma ir?</b>		
	Não	161	73,5
	Sim, no bairro	2	0,9
	Sim, em outro bairro	51	23,3
	Sim, no bairro e em outro bairro	0	0,0
	NS/NR	5	2,3
	<b>Se sim, com qual frequência?</b>		
	Semanal	3	5,7
	Quinzenal	2	3,8
Mensal	48	90,6	
NS/NR	0	0,0	
Total	53	100,0	

<b>Escola aberta</b>	<b>Seu bairro possui?</b>		
	Não	22	10,0
	Sim	190	86,8
	NS/NR	7	3,2
	<b>Você costuma ir?</b>		
	Não	112	51,1
	Sim, no bairro	79	36,1
	Sim, em outro bairro	16	7,3
	Sim, no bairro e em outro bairro	0	0,0
	NS/NR	12	5,5
	<b>Se sim, com qual frequência?</b>		
	Semanal	17	17,9
	Quinzenal	10	10,5
Mensal	67	70,5	
NS/NR	1	1,1	
Total	95	100,0	
<b>Outro</b>	<b>Seu bairro possui?</b>		
	Não	0	0,0
	Sim	7	3,2
	NS/NR	212	96,8
	<b>Você costuma ir?</b>		
	Não	2	0,9
	Sim, no bairro	5	2,3
	Sim, em outro bairro	1	0,5
	Sim, no bairro e em outro bairro	0	0,0
	NS/NR	211	96,3
	<b>Se sim, com qual frequência?</b>		
	Semanal	4	66,6
	Quinzenal	1	16,7
	Mensal	1	16,7
	NS/NR	0	0,0
	Total	6	100,0
	<b>Descrição (outros)</b>		
CAJUN	1	16,7	
Mirante	4	66,6	
Sambão do povo	1	16,7	

Fonte: Levantamento de Campo.

#### 4.3.1 Shopping Center

*Shoppings centers* não são equipamentos encontrados em nenhum dos 14 bairros da área de estudo. Eles foram inseridos nessa pesquisa após uma investigação prévia, realizada por meio de consultas informais, durante o levantamento de campo (outubro de 2010), que apontaram um *shopping* localizado no bairro Enseada do Suá, em Vitória, como um dos principais destinos de jovens e adolescentes da Baía Noroeste, sobretudo nos finais de semana.

A indicação foi confirmada na entrevista, uma vez que 164 (74,9%) dos indivíduos consultados indicaram frequentar *shoppings centers*. A assiduidade do lazer nesses espaços, por parte dos frequentadores entrevistados, é estatisticamente bem distribuída entre semanal, quinzenal e mensal, sendo que esta última prevalece, já que 73 (44,5%) dos usuários dessa categoria de espaços o fazem mensalmente.

Faz-se necessário ressaltar que, quanto ao uso de *shoppings centers*, é verificada uma disparidade no que tange as respostas apresentadas pelos entrevistados. Isso porque na pergunta aberta sobre o que faziam quando não estavam ocupados com atividades escolares e/ou trabalho, apenas 14 entrevistados responderam ir ao *shopping*. O número corresponde a menos de 10% dos 164 que assinalaram essa alternativa no quadro apresentado no questionário. O fato foi percebido ainda durante o processo de aplicação dos questionários de entrevista, e indagados sobre a questão, alguns participantes revelaram que os *shoppings* são os principais destinos dos passeios com amigos ou familiares, que apresentaram como atividade de lazer mais corriqueira. É o caso da estudante de 15 anos, moradora do bairro Nova Palestina, que respondeu que sair com as amigas é sua principal atividade de lazer, complementando que costuma ir ao *shopping* toda semana.

#### 4.3.2 Cinema

Em Vitória, cinemas são espaços de lazer vinculados exclusivamente aos *shoppings centers*, dentro dos quais estão localizadas as salas de projeções. Portanto, na Baía Noroeste de Vitória, não existem cinemas, sendo necessários aos usuários desse tipo de espaço deslocamentos para sua utilização. Apesar do fato, assim como ocorre com o *shopping centers*, cinemas são espaços de lazer usados por significativo número de entrevistados: 130, correspondente a 59,4% do total de jovens e adolescentes participantes da pesquisa. É válido mencionar que muitos desses usuários indicaram frequentar, simultaneamente, *shoppings centers*.

Quanto à frequência de utilização dos cinemas, foi identificado que 91 entrevistados (70% dos usuários dessa categoria de espaço de lazer) o fazem mensalmente. Segundo informações levantadas durante as entrevistas, o principal limitador da utilização mais

frequente dos cinemas é o custo do ingresso, que mesmo com o benefício da meia-entrada para estudantes, é considerado elevado para o público da região, que tem menor poder aquisitivo.

#### 4.3.3 Teatro

Dentre os 219 entrevistados, 53 (24,2%) afirmaram frequentar teatros. Acredita-se que desse percentual elevado, parte esteja relacionado a apresentações amadoras, tendo em vista que o Projeto Escola Aberta e o CAJUN oferecem aulas de dramaturgia, conforme informações levantadas nas entrevistas. A frequência mensal, citada por 48 frequentadores de apresentações teatrais, coincide com a indicada pela maioria dos frequentadores do programa Escola Aberta, evidenciando a vinculação entre as duas atividades.

#### 4.3.4 Escola Aberta

Todas as escolas de ensino fundamental da região da Baía Noroeste participam do Programa Escola Aberta. Como relatado no Capítulo 01, às instalações das escolas participantes ficam acessíveis à comunidade todos os finais de semana, em horários que variam de acordo com a unidade de ensino. As respostas obtidas nas entrevistas revelam que a participação nas atividades do programa é significativa, alcançando 95 (43,4%) dos 219 entrevistados. Destes, 67 (70,5%) revelaram que participam mensalmente das atividades desenvolvidas.

#### 4.3.5 Outros

Com a alternativa aberta, ao final do quadro que elencava os espaços potenciais de lazer, os entrevistados poderiam indicar outros espaços, ainda não relacionados. Dois entrevistados apontaram o projeto CAJUN, descrito no Capítulo 01, como local de exercícios de suas atividades de lazer, mais precisamente aulas de circo e de dança.

Após empreender a descrição e análise referentes ao uso dos principais espaços físicos de lazer, acessíveis aos adolescentes e jovens da Baía Noroeste de Vitória, é possível tecer considerações acerca das interações possíveis entre esses usos. Com base nos questionários respondidos, identificou-se que as praças e os *shoppings centers* são os lugares eleitos para o lazer da maior parte dos entrevistados, tendo o último ligeiro predomínio.

As praças aparecem como o espaço livre público mais usado pelos participantes da pesquisa. À parte das questões culturais e características próprias de cada uma delas supõe-se que a sua apropriação mais frequente pode ser propiciada pelo maior número de equipamentos implantados e pela distribuição mais homogênea dos mesmos na região considerada neste estudo. No mapeamento, apresentado no Capítulo 01, verificou-se a presença desse equipamento em 10 dos 14 bairros da Baía Noroeste, além de sua presença em áreas muito próximas aos 04 bairros não contemplados (Andorinhas, Grande Vitória, Redenção e Nova Palestina). Sendo assim, as praças podem ser mais usadas porque são mais facilmente acessadas.

Quanto ao amplo percentual de uso dos *shoppings centers*, estima-se que esteja vinculado a questões de atratividade (em que pesa até mesmo o apelo comercial) e pela sensação de segurança que espaços dessa categoria propiciam aos frequentadores. Tal hipótese estrutura-se a partir de indicações, nos questionários de entrevista preenchidos pelos participantes, de que o medo, a violência urbana e a falta de atratividades são inibidores da realização de atividades nos espaços livres públicos. Cabe colocar, também, que os cinemas (inseridos nos *shoppings centers*) podem contribuir para a potencialização do lazer nos *shoppings*.

As respostas também permitem intuir que, o uso de uma determinada categoria de espaço, não impele a apropriação das demais. Assim, o uso dos espaços interiorizados não anula o exercício do lazer nos espaços livres públicos, ainda que essa concomitância de usos possa interferir na assiduidade das práticas em ambos os espaços. Tal situação correlaciona-se com os resultados levantados por Castells (2008), que dão conta da coexistência de espaços de natureza distinta, sem a anulação de nenhum deles. Adiante, a coexistência consolidada de espaços livres públicos e espaços interiorizados, serão confrontados com a possibilidade de lazer no ciberespaço.

#### 4.4 O lazer no ciberespaço

A última dimensão do lazer considerada, nesta pesquisa, refere-se à utilização do ciberespaço. Conforme as discussões apresentadas no Capítulo 03, o termo designa o espaço não físico constituído pelas redes digitais, uma nova tipologia espacial, na qual a comunicação e a interação (inclusive em tempo real) são proporcionadas pela interconexão mundial de computadores.

No ciberespaço as possibilidades de lazer são imensas: jogos interativos, comunidades e redes de relacionamento, salas de bate-papo, sites relacionados a musica, artes, etc. Destaca-se, também, o dinamismo com o qual se reconfigura esse espaço, oferecendo constantemente ao usuário possibilidades novas.

Na pesquisa os entrevistados foram questionados acerca do acesso a computadores e *internet*. A indagação foi feita com o intuito de identificar se o uso de equipamentos e ferramentas eletrônicas altera a forma e frequência da apropriação dos espaços físicos para o lazer. Para isso, foi apresentado, primeiramente, um quadro dividido colunas, que apresentavam alternativas acerca dos dois itens mencionados. Em resposta, os entrevistados poderiam escolher mais de uma opção entre as alternativas listadas, podendo, inclusive, indicar alternativa diferente as já apresentadas (ver questionário no Anexo 01).

Como mostrado na Tabela 4.6, adiante, 211 (96,35%) dos 219 entrevistados afirmaram ter acesso a computadores. Ou seja, apenas 07 deles não têm a possibilidade de utilização do espaço virtual. A implantação de laboratórios de informática nas escolas públicas da região, bem como em sedes de projetos como o CAJUN, contribuem para a elevação desse índice. Além de disponibilizar os equipamentos que permitem o acesso ao espaço virtual, nesses locais os usuários são instruídos sobre as formas de utilização e as possibilidades do ciberespaço.

Os entrevistados indicaram seus domicílios como principal local de acesso a computadores. O índice, que chega a 67,1% (correspondente a 147 entrevistados) é superior aos 34,7% registrado no Brasil, segundo dados da Pesquisa Nacional por

Amostra de Domicílios (PNAD) <sup>19</sup>, realizada pelo IBGE no ano de 2009 e divulgada em 2010. É superior, também, ao índice de 43,7% registrado pela mesma pesquisa na região Sudeste, na qual foi registrado o maior número de domicílios que contam com esse equipamento no país.

**Tabela 4.6 - Baía Noroeste de Vitória: local de acesso a computadores**

<b>Você tem acesso ao computador?</b>	<b>n</b>	<b>%*</b>	<b>%**</b>
Não tem	7	3,2	3,3
Em casa	147	67,1	69,7
Em <i>Lan House</i>	55	25,1	26,0
Na escola ou no trabalho	36	16,4	17,0
Na casa de vizinho, amigo ou familiar	52	23,7	24,6
Outros (escola de informática)	1	0,5	0,5

\* em relação ao total de entrevistados

\*\* em relação ao total de entrevistados que dispõe de acesso a computadores

Fonte: Levantamento de campo.

Conforme demonstram os dados tabulados, os entrevistados utilizam computadores em outros locais, afora em seus domicílios. 55 (26,0% dos 211 contabilizados nessa categoria) participantes usam computadores em *lan houses*, estabelecimentos comerciais que disponibilizam esse tipo de equipamentos ao público pagante. Outros 52 (24,6%) usam computadores na casa de amigos, vizinhos ou familiares. Também foram contabilizados 36 (17,0%) entrevistados que utilizam o equipamento na escola ou no trabalho. Ainda foram apontadas outras formas de acesso, como em escolas de informática ou espaços de inclusão digital, como exemplo da Casa do Cidadão.

Em referência ao acesso à *internet*, os entrevistados tinham novamente seis alternativas de resposta, podendo, inclusive, indicar livremente opções não contempladas e escolher mais de uma resposta entre as listadas, conforme sua realidade.

<sup>19</sup>. Esse levantamento do IBGE tem como base entrevistas com 399.387 pessoas, em 153.837 domicílios do país. Cabe ressaltar que entre a realização das duas entrevistas há um período de um ano, sendo possível alteração nos índices levantados na PNAD.

**Tabela 4.7 - Baía Noroeste de Vitória: local de acesso ao ciberespaço**

<b>Você tem acesso a <i>Internet</i>?</b>	<b>n</b>	<b>%*</b>	<b>%**</b>
Não tem	10	4,6	4,8
Em casa	118	53,9	56,5
Em <i>Lan House</i>	60	27,4	28,7
Na escola ou no trabalho	29	13,2	13,9
Na casa de vizinho, amigo ou familiar	50	22,8	23,9
Outros (escola de informática)	1	0,5	0,5

\* em relação ao total de entrevistados

\*\* em relação ao total de entrevistados que dispõe de acesso a *internet*

Fonte: Levantamento de dados.

Verificou-se, como demonstrado na Tabela 4.7, que 209 entrevistados afirmaram ter acesso à *internet*. Dentre os quais se destacam os 118 entrevistados (53,9% do total de participantes) que alegaram acessar a *internet* em seu domicílio. A PNAD constatou que a *internet* chega a 27,4% dos lares brasileiros, percentual inferior ao levantado na Baía Noroeste de Vitória. A mesma pesquisa indica, também, que a região Sudeste apresenta a maior proporção de domicílios com *internet*: 35,4% (ou nove milhões de lares conectados). Mesmo na região mais privilegiada, o índice percentual de acesso à *internet* fica aquém do verificado entre os entrevistados na região de estudo. Mais uma vez, faz-se a ressalva de que existe uma lacuna temporal entre as pesquisas, período no qual possivelmente ocorreu alteração nos índices verificados no Brasil, tendo em vista que o acesso à rede mundial de computadores apresenta rápida progressão nos últimos anos, segundo dados levantados também na PNAD.

Os números, mais uma vez, parecem evidenciar que os adolescentes e jovens residentes na Baía Noroeste são mais susceptíveis, pelo menos no contexto brasileiro, à alteração nos padrões de comportamento relacionados ao lazer. Essas alterações se fazem possíveis em virtude da introdução da *internet* como uma nova dimensão de realização de atividades de lazer. Como a abrangência dessa possibilidade é maior na Baía Noroeste de Vitória em comparação aos padrões brasileiros, a situação observada na região pode se confirmar, ou não, como uma tendência frente à propagação do uso do ciberespaço como ambiência de lazer.

Ainda quanto ao acesso à *internet*, 60 entrevistados disseram frequentar *lan houses*, 50 o fazem em casa de vizinhos, amigos ou familiares. Há, também, 29 adolescentes e jovens

que têm acesso à ferramenta na escola ou no trabalho e apenas um entrevistado indicou acessar o ciberespaço de outro local, mais especificamente, em escola de informática. O percentual de indivíduos que registrou não ter acesso à *internet* chega a 4,6% do total de 219 participantes, equivalente a 10 entrevistados.

Na parte final do questionário de entrevista, solicitou-se aos participantes que expressassem sua opinião a respeito da possível interferência da utilização da *internet* na apropriação dos espaços livres públicos. Para responder a pergunta “Você acha que a *internet* pode estar fazendo você usar mais ou menos os locais de lazer?”, os entrevistados podiam escolher três indicadores: menos, mais e não altera. Foi solicitada, ademais, uma complementação de resposta, através da indagação “por que” para que os consultados sugerissem o motivo da escolha do indicador.

Dos 209 entrevistados que têm acesso a *internet*, representados na Tabela 4.8, 99 (47,4%) afirmaram que a utilização da *internet* não altera a intensidade de apropriação dos espaços livres públicos, 08 (3,8%) não souberam ou não quiseram responder à pergunta. Já outros 102 (48,8%) responderam que, com a utilização da rede, alteraram seus hábitos de lazer.

**Tabela 4.8 - Baía Noroeste de Vitória: influência do ciberespaço na apropriação dos espaços físicos de lazer**

<b>Você acha que a <i>internet</i> pode estar fazendo você usar mais ou menos os locais de lazer</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
Menos	80	38,3
Mais	22	10,5
Não altera	99	47,4
NS/NR	8	3,8
<b>Total</b>	<b>209</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Levantamento de dados.

Como evidenciam os dados mostrados na Tabela 4.8, 99 entrevistados não indicaram alterações na forma e intensidade de apropriação dos espaços livres públicos frente à disponibilização de um novo espaço potencial para o lazer: o espaço virtual. Contraditoriamente, quando perguntados sobre as atividades que realizam em seu tempo

livre, esse grupo de entrevistados apresentou mais frequentemente (34 vezes) a resposta “navegar na *internet* ou usar o computador”

Destaca-se que, nesse grupo de 99 entrevistados, 36 (ver Tabela 4.9) justificaram que o uso da *internet* não altera seus hábitos de lazer, pois dividem o tempo de uso entre as práticas de lazer no espaço virtual e nos espaços físicos. Na entrevista da estudante de 17 anos moradora de São Pedro, essa situação é evidenciada. Ao responder sobre seu tempo livre, ela indica que “gosto de ficar com meu namorado e de entrar em sites legais da *internet*”. Adiante admite que frequenta praça, praia, *shopping* e cinema, mas com pouca frequência. Complementa sua entrevista indicando que tem computador conectado à *internet* e que acha que o fato não altera seus padrões de lazer nos demais espaços porque “não fica muitas horas na *internet*”.

No caso apresentado, e nos demais que se apoiam em justificativas semelhantes, é possível que, mesmo tacitamente, estejam ocorrendo interferências entre o uso da *internet* e a utilização dos espaços livres públicos e interiorizados, pelo menos no que tange ao tempo dispensado na realização de atividades nesses lugares. Dividir o tempo entre a realização de mais de uma atividade significa, na verdade, reduzir o tempo de uma das práticas para a realização de outra.

**Tabela 4.9 - Baía Noroeste de Vitória: justificativas apresentadas entre os que alegam não haver influência da *internet* na apropriação dos demais espaços de lazer**

<b>Respostas</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
Divide o tempo entre práticas de lazer na <i>internet</i> e nos demais espaços públicos	36	36,4
Usa pouco a <i>internet</i>	23	23,2
Não costuma utilizar os espaços livres públicos, independentemente do acesso e uso da <i>internet</i>	12	12,1
Não tem disponibilidade de tempo para uso de qualquer tipo de prática de lazer	7	7,1
Não se interessa por computadores e/ou <i>internet</i>	1	1,0
Não há oferta de espaços públicos	1	1,0
Prefere os espaços livres públicos	1	1,0
Não Sabe/ Não respondeu	18	18,2
<b>TOTAL</b>	<b>99</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Levantamento de Campo.

Outros 18 entrevistados do grupo de 99, apesar de responderem que não há inter-relação entre as práticas de lazer na *internet* e nos espaços públicos, não apresentaram justificativa. Um grupo de 23 entrevistados indicou usar pouco a ferramenta, o que possibilita a manutenção do uso de espaços físicos em seu tempo livre. A falta de tempo/disponibilidade para exercício de lazer em ambas as modalidades de espaço aparece como justificativa de 07 entrevistados.

A menção direta aos espaços livres como justificativa para a manutenção de comportamento relacionado ao lazer, mesmo com a disponibilidade de realização destas no ciberespaço, aparece em duas situações distintas. Em uma dessas situações, o entrevistado, de 18 anos, alega que, de sua parte, não ocorreram alterações na utilização dos espaços livres públicos porque elas eram pouco comuns. O jovem em questão reside em Grande Vitória, onde a oferta de espaços de lazer é escassa (ver mapeamento apresentado no Capítulo 01).

Na outra situação, um jovem residente em São Pedro revela que, mesmo frente à possibilidade de lazer virtual, prefere usar os espaços públicos. Por eleger os espaços livres públicos como principais locais para o seu lazer, o estudante considera que não ocorreram alterações em seu comportamento, nesse âmbito, provocadas pela ascensão da *internet*.

A partir da análise das opiniões desse grupo de 99 de entrevistados (de um total de 219) permite-se supor que, ainda que o lazer virtual não anule a possibilidade/realização do lazer no espaço físico, ele interfere no tempo dedicado a tais práticas.

#### 4.4.1 O avanço do ciberespaço frente às demais dimensões do lazer

Outra parcela dos participantes da pesquisa indica alteração nos hábitos de lazer realizados nos espaços livres públicos e nos espaços interiorizados, a partir da introdução das práticas no ciberespaço em seu cotidiano. Esta parcela corresponde, segundo dados da Tabela 4.8, a 102 entrevistados (48,8% do total de 209 participantes que têm acesso à *internet*). Essa alteração, no entanto, acontece de duas formas distintas. Em uma há redução, ou até mesmo a erradicação da apropriação das demais dimensões do lazer, passando o ciberespaço a ser o principal, ou o único, local de realização dessas práticas. Distintamente, a utilização de computadores/*internet* é considerada fator de potencialização do uso dos demais espaços de lazer. As duas possibilidades são analiticamente descritas a seguir, tendo por base as respostas apresentadas no questionário aplicado aos participantes.

**Tabela 4.10 - Baía Noroeste de Vitória: justificativas apresentadas entre os entrevistados que alegam haver influência da *internet* reduzindo a apropriação dos demais espaços de lazer**

<b>Respostas</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
Utiliza a maior parte das horas disponíveis para o lazer, reduzindo ou eliminando as demais práticas de lazer	40	50,0
Consideram que a <i>internet</i> apresenta maior atratividade que os demais espaços de lazer disponíveis	21	26,3
Consideram a <i>internet</i> mais acessível que os demais espaços de lazer disponíveis	3	3,8
Consideram a <i>internet</i> mais segura que os demais espaços de lazer disponíveis	1	1,3
Usam a <i>internet</i> como principal forma de relacionamento interpessoal	4	5,0
Divide o tempo entre práticas de lazer na <i>internet</i> e nos demais espaços públicos	1	1,3
Outras justificativas	4	5,0
Não Sabe/ Não respondeu	6	7,5
<b>Total</b>	<b>80</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Levantamento de Campo.

Dentre os 102 participantes que admitem alterações em seus hábitos de lazer, provocadas pelo uso da *internet*, um grupo de 80 (78,4% destes) indicou redução na apropriação dos espaços físicos de lazer. Adicionalmente, para 62 deles, o acesso ao ciberespaço ocorre do próprio domicílio, indicando que a facilidade de ingresso no ciberespaço pode estar sendo um fator de indução à sua utilização.

Para os que indicaram uma redução nas práticas de lazer nos espaços físicos é mais frequente a indicação de atividades vinculadas ao uso da *internet*, em respostas a pergunta aberta sobre seu tempo ocioso. Isso aparenta reforçar a indicação de que, as demais dimensões de lazer podem estar sendo preteridas pelo ciberespaço.

As justificativas apresentadas pelos adolescentes e jovens entrevistados estão listadas na Tabela 4.10. A atratividade da *internet*, se comparados aos espaços físicos como praças, parques ou mesmo os *shoppings*, foi a razão apresentada por 21 (26,3%) dos entrevistados para a predominância das práticas de lazer virtual em substituição às

ocorridas nos espaços físicos. Também justificam a predileção pelo lazer virtual usando argumentos como facilidade de acesso e segurança. O participante de 17 anos, residente no bairro São Pedro, reforça “uso mais a *internet* porque pra (*sic*) mim ela oferece mais opções de lazer, sem eu ter que sair de casa. É mais seguro”.

As redes sociais, descritas no Capítulo 03, também foram mencionadas na pesquisa. Para 04 entrevistados constituem a principal forma de relacionamento interpessoal, tornando-se, assim, o espaço mais propício para o lazer desses jovens e adolescentes.

A alteração nos hábitos cotidianos de lazer, frente ao surgimento e popularização do lazer virtual, pode ocorrer também de forma inversa à discutida nos parágrafos antecedentes. Nessa situação, o ciberespaço se configura como indutor de uso dos espaços físicos, contribuindo para a ampliação das apropriações nele ocorridas. Essas indicações, ainda que percentualmente pouco expressivas (10%), acenam para uma possibilidade de combinar a utilização das duas tipologias de espaço, na qual a *internet* funciona como divulgador de potencialidades dos espaços físicos.

**Tabela 4.11 - Baía Noroeste de Vitória: Justificativas apresentadas entre os entrevistados que alegam haver influência da *internet* ampliando a apropriação dos demais espaços de lazer**

<b>Respostas</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
Usa a <i>internet</i> para conhecer novos espaços e possibilidades de lazer	11	50,0
Usa para fazer contato com outras pessoas com a finalidade de praticar atividades de lazer em outros espaços públicos	4	18,1
Usa a <i>internet</i> para conhecer novos espaços e possibilidades de lazer / Usa para fazer contato com outras pessoas com a finalidade de praticar atividades de lazer em outros espaços públicos	5	22,7
Não Sabe/ Não respondeu	2	9,0
<b>Total</b>	<b>22</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Levantamento de Campo.

Para os 22 entrevistados desse grupo, representados na Tabela 4.11, as práticas de lazer nos espaços físicos tornaram-se mais frequente com a utilização da *internet*. A justificativa mais repetida, nesse caso, foi a de que a *internet* é usada como ferramenta para conhecer novos espaços e possibilidades de lazer, segundo 11 consultados. A facilidade de contatar outras pessoas, com as quais o indivíduo desenvolve suas atividades de lazer, também aparecem como justificativa em 04 entrevistas. Nesse caso, a *internet* é usada para marcar encontros entre amigos ou com pessoas que conheceu por meio da própria ferramenta.

Há, ainda, os que associam as duas práticas descritas acima: usam a *internet* para conhecer novos espaços e possibilidades de lazer e para agendar com seus contatos o exercício dessas práticas. São 05 os entrevistados que asseguraram que a *internet* ampliou o uso dos espaços de lazer. Eles contam que através do espaço virtual marcam encontros com amigos e pesquisam novas opções de lazer. “Procuro na *net* (*sic*) locais legais para ir com meus amigos e depois combino de ir com eles pelo *Orkut* ou *MSN*”, responde a entrevistada de 18 anos, residente em Santo Antônio.

Até aqui, empreendeu-se um esforço para a elaboração de um panorama acerca da utilização dos espaços de lazer disponíveis aos entrevistados, considerando cada uma das três dimensões delimitadas – espaços livres públicos, interiorizados e virtuais, a partir de algumas de suas categorias constituintes. Esse esforço permitiu identificar que a *internet* configura-se como uma opção de lazer para a maioria dos entrevistados. Para uma parcela desses, influí na utilização dos demais espaços apropriáveis para o lazer. Em contrapartida, constatou-se que a utilização de espaços físicos – sejam eles públicos ou semipúblicos- se mantêm, com destaque para as praças e os *shoppings centers*, ambos frequentados por mais de 70% dos participantes da pesquisa. Sendo assim, estima-se que apropriações distintas e concomitantes são possíveis, ainda que se tenham identificados interferências, tratadas adiante.

#### **4.5 As interações entre as dimensões do lazer dos adolescentes e jovens na Baía Noroeste de Vitória: algumas considerações**

Com a identificação da apropriação de espaços vinculados às três dimensões de lazer, permitida pelas respostas obtidas nas entrevistas indiretas aplicadas, constata-se a

instauração efetiva de uma multiterritorialidade nesse âmbito na Baía Noroeste de Vitória, pelo menos para os jovens e adolescentes ali residentes. A compreensão da abrangência e das implicações dessa constatação são assuntos das análises incorridas a seguir, partindo da identificação das formas de construção mais comuns de alguns desses territórios, que se sobrepõem enquanto camadas de uma mesma realidade sócio espacial.

#### 4.5.1 A formação dos territórios de lazer: os grupos e os conflitos na apropriação dos espaços livres públicos

A entrevista aplicada incluía, também, questionamentos acerca dos grupos de apropriação dos espaços públicos, ou seja, de quem estão acompanhados os entrevistados durante o desenvolvimento de suas atividades de lazer nos espaços livres públicos. Foram investigados, complementarmente, os motivos que interferem na frequência de utilização dos espaços livres públicos considerados neste estudo.

Os entrevistados foram indagados sobre suas companhias na utilização dos espaços que frequentavam. Tal pergunta foi inserida na entrevista com o intuito de compreender como se formam os grupos que se apropriam dos espaços públicos, configurando-os como territórios de lazer. Foram apresentadas seis alternativas, sendo uma delas aberta. Além disso, foi possibilitado ao entrevistado indicar mais de uma alternativa.

Verificou-se, com base nas respostas coletadas, que a organização em grupos de amigos é a mais comum entre os usuários: 170 (77,6%) das menções indicam que os participantes da pesquisa se associam a amigos para a prática de atividades de lazer nos espaços públicos, como mostrado na Tabela 4.12. Os grupos familiares, formados por namorado/ namorada, marido/esposa, companheiro/ companheira, pais e filhos, foram aludidos 69 vezes. Ainda 16,4% das menções indicaram a realização das atividades de lazer por indivíduos desacompanhados e, outras 11,9% apontaram associações distintas das possibilidades apresentadas.

**Tabela 4.12 - Baía Noroeste de Vitória: Grupos de utilização dos espaços de lazer**

<b>Com quem vai a estes locais</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
Amigos	170	77,6
Namorado(a); marido/esposa; companheiro(a)	69	31,5
Sozinho	36	16,4
Pais	27	12,3
Outro	26	11,9
Filho(a)	12	5,5

Fonte: Levantamento de Dados.

#### 4.5.2 Apropriações para o lazer: condicionantes e interferências

Na sequência da entrevista, os participantes foram convidados a expor os motivos que os impedem de realizar mais intensamente as apropriações dos espaços de lazer disponíveis. Não foram apresentadas alternativas, sendo esta uma pergunta de resposta livre e passível de indicação de mais de uma motivação. A Tabela 4.13 apresenta as respostas obtidas, agrupadas por afinidade.

**Tabela 4.13 - Motivos de impedimento para a apropriação dos espaços de lazer**

<b>Motivos</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
Falta de tempo	54	24,7
Nenhum motivo	36	16,4
Não sabe	26	11,9
Não gosta de sair	23	10,5
Cansaço / Preguiça	20	9,1
Falta de dinheiro	19	8,7
Falta de segurança	19	8,7
Falta de atratividade	16	7,3
Deficiência, pouca oferta de espaços públicos	16	7,3
<i>Internet</i>	11	5,0
Outros	16	5,2
<b>Total</b>	<b>219</b>	<b>-</b>

Fonte: Levantamento de Campo.

A falta de tempo é o principal limitador das apropriações dos espaços públicos para 54 participantes da pesquisa. Como já exposto, quase metade dos entrevistados exerce alguma atividade profissional conciliada a atividades escolares. Entre os que trabalham e estudam, 32 indivíduos citam a falta de tempo para o lazer como fator que impede de se apropriar com mais intensidade dos espaços públicos. O cansaço ou preguiça, citados em 20 entrevistas, também parece estar associado à conciliação de atividades de trabalho e estudo. Assim, a realização concomitante de tarefas pode ser considerada como limitadora de uso dos espaços de lazer, para quase 35% dos 219 consultados.

A deficiência, a pouca oferta e a falta de atratividade de alguns dos espaços públicos disponíveis nos bairros foram fatores apontados por 32 entrevistados.

Somam 62 os entrevistados que alegaram não ter motivo evidente para a pouca utilização dos espaços de lazer, não souberam ou não responderam à questão. Há, além disso, 23 entrevistados que disseram preferir ficar em casa ou não gostar de sair para justificar a apropriação dos espaços de lazer com menor intensidade. A falta de segurança apresentou-se como outro limitador de usos dos espaços públicos, sendo mencionada por 19 entrevistados.

As condições financeiras são empecilhos apresentados por outros 19. Cabe ressaltar que, entre as opções apresentadas, apenas o teatro e o cinema exigem despesas para o acesso. Nas entrevistas foi identificado que a limitação financeira não estava restrita ao acesso, mas vinculada ao deslocamento para utilização de tais espaços (seja por uso do transporte coletivo ou automóvel particular) e a gastos relacionados às atividades nesses espaços. Dessa forma, a falta de condições de locomoção e de transporte citada por 16 dos consultados pode estar, também, associada a condições financeiras.

Na pergunta, de resposta livre, a *internet* foi citada por 5% dos entrevistados como um motivo de redução da intensidade de apropriação de espaços públicos. Para 11 entrevistados, o uso da *internet* (ou navegação, no linguajar dos internautas) impede ou reduz a disponibilidade de tempo para realização de atividades de lazer em outros espaços. Ela substitui, parcial ou totalmente, o *lócus* de lazer desses indivíduos. Entretanto, esse número se eleva muito quando os entrevistados são diretamente questionados sobre o uso da *internet*. Foi possível constatar que, 48,80% deles reconhecem alterações diretas nos hábitos de lazer nos espaços físicos, a maior parte

deles indicando a redução de uso desses espaços, motivada pela utilização extensiva da *internet*, que passa a ocupar grande parte do tempo livre desses indivíduos.

Ao findar a análise dos dados coletados, de acordo com a delimitação metodológica proposta, esta pesquisa demonstra que o lazer na Baía Noroeste de Vitória estrutura-se a partir de três dimensões: nos espaços livres públicos, nos espaços interiorizados e no ciberespaço. Estes parecem coexistir, pelo menos para os entrevistados, efetivando a existência de uma multiterritorialidade (muitas territorialidades em um só território) vinculada ao lazer. Na Baía Noroeste, a ascensão do ciberespaço, a lugar possível de desenvolvimento do lazer, aparenta estar interferindo na apropriação dos espaços livres públicos de maneira ambígua. Nesse sentido, duas questões emergem: 1) a *internet*, enquanto espaço de difusão e divulgação ideológico-cultural e de comunicação pode contribuir para o aumento das apropriações nos espaços livres públicos e pode, também, 2) alterar a ressignificação a que estão submetidos esses espaços desde o século XX.

Além disso, esta pesquisa comprova que os espaços livres públicos da região estão competindo por usuários com os espaços interiorizados, fora de seus limites. O indicador mais evidente é o fato de os *shoppings centers* serem os espaços de lazer mais comumente apropriados pelos adolescentes e jovens entrevistados.

Quanto aos espaços livres públicos, cujo uso para fins de lazer remontam às origens das cidades, fica constatada, por meio do levantamento de campo, uma distribuição territorial heterogênea na Baía Noroeste, ainda que quantitativamente as demandas sejam supridas de forma satisfatória, na maioria dos bairros. Dentre esses espaços destaca-se a praça. Evidenciada no levantamento de campo como espaço livre público mais presente nos bairros, a praça é também o espaço dessa natureza mais apropriado pelos jovens e adolescentes entrevistados. Ela se torna assim, o espaço livre público mais expressivo no âmbito do lazer na Baía Noroeste.

As entrevistas também possibilitaram concluir que, apesar de não existirem, na Baía Noroeste de Vitória, espaços públicos interiorizados, cujo *shopping center* é o representante mais notável, estes se configuram como o principal espaço de lazer dos adolescentes e jovens ali residentes.

O ciberespaço, o mais novo espaço possível de realização do lazer, alcança na Baía Noroeste elevado índice de acesso: 95,4% dos entrevistados dispõem da *internet*, 53,3% de seus domicílios.

Ainda que com ressalvas relativas ao quantitativo pesquisado, os resultados da pesquisa realizada na Baía Noroeste podem ser comparados ao índice de acesso domiciliar a *internet* no Brasil levantado na PNAD. A pesquisa nacional indicou que o percentual da população com acesso domiciliar a *internet* é de 27,4%. O índice da Baía Noroeste é quase duas vezes superior.

A PNAD também levantou um crescimento na proporção de pessoas com acesso a *internet* em todas as faixas etária. Contudo, esse crescimento foi mais acentuado na faixa de 15 a 17 anos, na qual os conectados chegam a 7,3 milhões ou 71,1% (contra 33,7% em 2005), enquanto na de 18 ou 19 anos fica em 4,5 milhões ou 68,7% (32,8% em 2005). Na Baía Noroeste, o índice de conectados chega a 95,4% entre os entrevistados, que têm entre 15 e 19 anos. Esses dados sinalizam que entre os entrevistados o alcance (e consequentemente a possível influencia) da *internet* é maior que a média observada no país. Com isso, acredita-se que a Baía Noroeste de Vitória pode ser um cenário interessante de estudo e comparação acerca das transformações do comportamento desse público frente às múltiplas possibilidades de espaços para as atividades de lazer.

## **CAPÍTULO 05**

### **PERSPECTIVAS PARA OS ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER NA ERA DIGITAL: CONSIDERAÇÕES DO ESTUDO**

Ao longo deste trabalho, a transformação das cidades e a nova configuração/ significação de seus espaços públicos é discutida, com ênfase, nos espaços destinados a atividades de lazer. Os espaços de lazer, a princípio isentos dos condicionalismos da sobrevivência, corresponderiam aos espaços livremente apropriados pelos cidadãos. Para respaldar as considerações finais deste estudo, vale resgatar algumas importantes questões discutidas nos capítulos precedentes.

A partir de referenciais conceituais e históricos apresentados por autores como Habermas (1984), Arendt (2005), Benévolo (1983), Moreno (2002), Ghel e Gemzoe (2002), Solà-Morales (1996/2001/2002), Santos (1985/1988/2002/2004/2008) e Maricato (2001/2008), entre outros, concluiu-se que o processo de transformação das cidades é constante e irrefutável. Contudo, esse processo de evolução é, em geral, marcado por eventos específicos que alteram significativamente os rumos dessa mudança causando, por vezes, rupturas e redirecionamentos.

A partir de meados do século XIX, por exemplo, o processo de industrialização propiciou a intensificação do crescimento (em número e tamanho) das cidades, tendo por atrativos a oferta de emprego e a perspectiva de melhoria das condições de vida dos migrantes, entre outros fatores. Poucas décadas depois, o surgimento e a popularização do uso do automóvel permitiram a ampliação das fronteiras urbanas em maior escala. Associados a diversos fatores- como o aumento da expectativa de vida, por exemplo- tais processos culminaram em massiva urbanização e na concentração populacional em áreas urbanas. Surgiram as metrópoles e as megalópoles e, nelas, novas formas de uso e significação

para os espaços públicos, de uma forma geral, e, em particular, aqueles voltados às atividades de lazer.

Abordou-se, também, a transformação da cidade sob o impacto da industrialização, com especial interesse pela produção, conflitos e apropriações dos e nos espaços livres de lazer. Nesse contexto, destaca-se o surgimento dos espaços pseudopúblicos ou interiorizados e de como estes, ao reproduzirem de maneira controlada os espaços tradicionais, contribuíram para a alteração da configuração das cidades.

O final do século XX também foi marcado pelo surgimento de um novo elemento/processo de reconfiguração, atuante nas mais diversas esferas, inclusive a urbana. Trata-se da tecnologia da informação, materializada por máquinas lógicas denominadas computadores. Os computadores passaram a transformar o modo de produção capitalista - em processo de substituição pela “produção inteligente”-, nos moldes do ocorrido na Revolução Industrial, quando a manufatura foi preterida pela produção em série e industrializada. Mais tarde, a conexão dessas máquinas formando uma rede mundial de computadores, criou um circuito de transmissão de informação e conhecimentos. A rede mundial de computadores, popularmente conhecida como *internet*, conecta usuários independentes de sua localização geográfica e cria, assim, um território virtual sem fronteiras, de escala mundial: a cibercidade, que corresponde à ascensão do espaço virtual à realidade e ao cotidiano contemporâneo no âmbito urbanístico.

A cibercidade tem, em sua centralidade, o homem, enquanto cidadão comum, não mais o soberano, o guerreiro, o mercador ou o industrial, que se constituíam como figuras principais em outras épocas. A ascensão da *internet*/cibercidade marca, então, a estruturação do homocentrismo urbano, ressaltando a individualidade e a multiplicidade inerente, uma vez que permite aos usuários controle quase completo na sua utilização. Nesse sentido, a cibercidade contraria o ideal de cidade como palco das relações sociais, de construção da cidadania e local de trocas entre seus entes, e pode estar contribuindo, em associação a outros vetores, para alterações nas formas de apropriação e uso dos espaços físicos da cidade, principalmente daqueles voltados ao lazer.

Também deve ser considerado que os investimentos e a velocidade de transformação/evolução das Tecnologias de Informação se constituem como possíveis fatores contribuintes para o ritmo diferenciado de desenvolvimento da sociedade

contemporânea. Esse ritmo diferenciado se reproduz nas transformações da cidade, tendo em vista que, como aponta Santos (1985), a cidade é reflexo da sociedade que nela habita. Assim, diversas “funções” originalmente desenvolvidas nos espaços urbanos e que exigiam a presença física dos praticantes, estão sendo ou podem ser desenvolvidas no espaço virtual sem a necessidade de deslocamentos geográficos.

No âmbito do lazer, a chegada dos computadores e da *internet* representou, além do surgimento de um novo espaço de realização, a ascensão de uma territorialidade até então desconhecida, na qual a presença física é abolida, ainda que a interatividade seja mantida. Ou seja, possibilita que as pessoas se comuniquem e interajam de forma ampla, trocando mensagens (de voz ou texto) e imagens a grande velocidade, sem demandar deslocamentos territoriais, diferenciando-se das formas de comunicação anteriormente empregadas pela instantaneidade e capacidade de transmissão de informação.

O imenso potencial de comunicação e interação da *internet*, por outro lado, pode representar também formas de fragmentação e exclusão ainda não experimentadas, como indica Haesbaert (1997/2005/2007/2010). A exclusão digital diz respeito às extensas camadas das sociedades que ficaram à margem do fenômeno da sociedade da informação e da expansão das redes digitais, como aponta Castells (2004/2010).

Nesse contexto, discutir a situação urbana e o papel dos espaços públicos de lazer inseridos na cidade sem se preocupar com o significado e a força de transformação do ciberespaço seria o mesmo que, no passado, ignorar a força da industrialização e da invenção do automóvel, por exemplo. Por essa razão, questões inerentes ao ciberespaço foram abordadas com o intuito de identificar as possibilidades de lazer que oferece e a abrangência de sua influência na apropriação dos espaços urbanos. Isso contribuiu para que, posteriormente, a partir de uma experiência empírica na Baía Noroeste de Vitória, fossem discutidas as dimensões do lazer na cidade contemporânea. Nos bairros componentes da Baía Noroeste de Vitória, coexistem e competem por usuários os espaços tradicionalmente usados para o lazer – como praças e parques -, os espaços interiorizados, que se fortaleceram como lugar lazer dessas práticas a partir do século passado, e o ciberespaço que desponta como *locus* do lazer contemporâneo.

Em síntese, os espaços de lazer são entendidos, neste trabalho, a partir de três dimensões: dos espaços livres públicos, dos espaços interiorizados e do ciberespaço. Na

contemporaneidade, essas três dimensões estão coexistindo e se sobrepondo no cotidiano da população, principalmente nas áreas urbanas. Essa simultaneidade tem se configurado como um fator de transformação sócio espacial, tendo em vista que tem proporcionado a formação de uma multiterritorialidade efetiva, inclusive no que tange às atividades de lazer.

A seguir, são apresentadas as considerações possibilitadas pelas análises empreendidas nos capítulos anteriores, com particular referência aos dados da pesquisa empírica realizada. Tais considerações procuram estabelecer conexões e divergências entre os referenciais teóricos levantados e os dados e as observações dessa pesquisa empreendida entre os adolescentes e jovens da Baía Noroeste em Vitória.

### **5.1 O espaço livre público urbano no contexto contemporâneo: permanências e transformações**

Segundo as bases bibliográficas apresentadas, comparadas e discutidas anteriormente, considera-se que os espaços urbanos, e, dentre eles, os espaços livres públicos destinados ao lazer estão em processo contínuo de transformação. Contudo, as bases sobre as quais se constituem as transformações contemporâneas parecem ser inéditas.

Os espaços livres públicos estão presentes na configuração urbana, desde a gênese das cidades, com ressalvas quanto a sua morfologia e formas de apropriação. Em conjunto com os espaços privados, eles materializam, respectivamente, a relação dual entre as esferas pública e privada na qual estão fundamentadas as relações cotidianas.

A princípio, como aponta Arendt (2005), a esfera o os espaços públicos ocupam lugar de destaque na constituição urbana, por representarem os interesses em comum dos cidadãos. Com a modernidade, houve uma inversão nesse panorama e a esfera e os espaços privados adquiriram notoriedade, prevalecendo sobre a esfera e os espaços públicos, como concluem a própria Arendt (2005), Habermas (1984) e Sennett (1988).

Na pesquisa realizada entre jovens e adolescentes, pode-se constatar que a inversão na relevância das esferas de sociabilidade no cotidiano contemporâneo é concreta em relação à apropriação e ao uso dos espaços de lazer na Baía Noroeste de Vitória. A

afirmação está fundamentada nas respostas livremente apresentadas pelos entrevistados, na questão que aborda os seus hábitos de lazer. Nas respostas a essa questão, apenas 19 dos 219 entrevistados (menos de 10% do total) apontaram a prática de atividades de lazer específicas dos espaços livres públicos, como ir à praia, praça ou parque, enquanto 183 respostas explicitam a realização dessas atividades especificamente em espaços privados (como passear no *shopping* ou assistir à televisão) ou no ciberespaço. Nas respostas analisadas, destacam-se 111 indicações de atividades vinculadas ao acesso ao ciberespaço, como “navegar na *internet*” ou jogos digitais.

Em contrapartida, quando estimulados a apontar os espaços que frequentavam, os entrevistados indicaram a utilização de todas as tipologias de espaços livres públicos disponíveis na região em que residem, além de espaços localizados fora dos limites da Baía Noroeste. As praças aparecem com destaque. Presente em quase todos os bairros, como mostrado no mapeamento, são também os espaços livres públicos mais apropriados na região estudada, sendo frequentadas por 70,8% dos entrevistados. Tal fato parece comprovar a indicação de Macedo *et al* (2009), que aponta as praças como principal local de lazer da população com menor poder aquisitivo, como a maior parcela da população residente na região estudada.

A ampla apropriação das praias, ocorrida em bairros fora dos limites da Baía Noroeste, também merece destaque. Mesmo com a necessidade de deslocamento para a apropriação dessa tipologia de espaço livre público, a praia é apontada como local de lazer por 64,4% dos entrevistados.

A análise dos dados da pesquisa revela duas situações distintas na Baía Noroeste de Vitória: os espaços livres públicos são pouco lembrados como espaços de lazer, contudo, permanecem como os locais onde essas práticas são realizadas, ainda que não mais exclusivamente. A contraposição dessas duas situações parece indicar um enfraquecimento simbólico do espaço livre público, enquanto *lócus* do lazer urbano, como se constituiu outrora. Esse enfraquecimento, discutido anteriormente, tem raízes na formação cultural brasileira que, desde a gênese, valorizou os espaços privados (Freyre, 2006; Leite, 2007). Também remonta ao processo de ocupação das áreas urbanas, que, em muitas cidades brasileiras, ocorreu sem prévio planejamento, acarretando conflitos e desarticulações entre os espaços destinados às diversas funções cotidianas, como

moradia e lazer. Além desses, nas últimas décadas, a coexistência com outras tipologias de espaços voltados ao lazer e ao entretenimento também pode ser considerado vetor de transformação.

No Brasil, urbanização e industrialização foram fenômenos concomitantes, que influenciaram de modo irrefutável na significação e formas de apropriação dos espaços livres públicos na contemporaneidade. Como indicam Maricato (2008) e Santos (2008) eles ocorreram de maneira intensa, especialmente a partir da segunda metade do século XX. Em pouco mais de três décadas, o Brasil passou de país essencialmente rural para um país tipicamente urbano, com mais de 80% da população residindo em cidades.

Autores como Schvasberg (2008), Vilaça (2008) e a própria Maricato (2008) apontam que o processo de crescimento urbano foi pautado, em muitos casos, em ocupações espontâneas, em áreas desprovidas de urbanização. Isso porque os investimentos em implantação de infraestrutura não foram suficientes para atender à imensa demanda por espaços de expansão urbana. Com pouca oferta e muita procura, houve uma elevação no preço das terras, dificultando o acesso a elas por parte da parcela da população de menor renda. Com isso, movimentos de ocupação em áreas inadequadas – do ponto de vista urbanístico e/ou ambiental- proliferaram-se pelas regiões brasileiras, gerando espaços urbanos fragmentados e onde a segregação sócio espacial é evidente.

A ocupação do território de maneira informal ou espontânea primou pela resolução da demanda por moradias, justificando a ausência ou a pouca quantidade de espaços de lazer nos assentamentos informais. As ruas, *a priori* espaços destinados à circulação, acumularam as funções próprias dos espaços livres públicos, ao serem apropriados alternativamente pela população para o lazer e a recreação.

Grande parte da ocupação da Baía Noroeste de Vitória se deu mais intensamente entre os anos de 1960 e 1980, e foi decorrente de sucessivos processos de invasão. A ocupação aconteceu sem planejamento adequado, nos moldes daquela de grande parte das cidades brasileiras, no qual a necessidade de moradia revelava-se urgente. Como resultante desse “modelo” de ocupação, a área apresenta tecido urbano adensado, com parcelas pequenas e ruas estreitas, além de raridade de espaços possíveis para a criação de locais de lazer. Mesmo assim, após o processo de urbanização, datado da década de 1990, quase todos os bairros da região passam a dispor de espaços livres públicos

voltados ao lazer, ainda que quantitativamente ou qualitativamente esses espaços possam apresentar algumas deficiências.

Mesmo com a urbanização subsequente, as marcas do processo de ocupação espontâneo ainda podem ser percebidas na conformação urbana dos bairros da Baía Noroeste. Além das ruas estreitas e muitas vezes de traçado orgânico/irregulares, lotes pequenos, que em geral abrigam mais de uma edificação, nos bairros em questão, boa parte dos espaços livres públicos de lazer ocupam espaços residuais ou próximos ao limite dos bairros junto ao manguezal. Essa forma de implantação revela e evidencia uma inserção posterior à ocupação pioneira, que se deu em função do atendimento das demandas por moradia.

As marcas da ocupação também podem ser reveladas na apropriação dos espaços livres públicos. Ainda que praças e parques, implantados com a urbanização, sejam apropriados como espaços de lazer pelos entrevistados, a apropriação informal das ruas é percentualmente significativa: mais de 30% dos jovens e adolescentes consultados, mesmo tendo nascido após a urbanização e a instalação dos espaços livres públicos formais, indicaram a apropriação da rua para esse fim. A hipótese para justificar esse costume dos entrevistados é a de que esse fato pode ser uma reprodução de hábitos recorrentes num primeiro estágio urbano da região, quando as ruas foram apropriadas alternativamente para o lazer.

Outro fator determinante para a conformação do papel do espaço livre público de lazer atualmente está vinculado à insurgência de novos espaços voltados para essas práticas: os espaços interiorizados. Estes reproduzem, em ambiente controlado, a lógica dos espaços livres públicos, agregando-lhes componentes, espaciais ou virtuais, mais atrativos. As consequências da inserção dessa categoria de espaço no cotidiano urbano, bem como sua relevância, são examinadas a seguir.

## **5.2 Os espaços interiorizados: a dimensão semipública do lazer na cidade contemporânea**

Para Dias (2005), Carlos (2001/2004) e outros autores abordados, a cidade pós-industrial do século XX foi o berço do surgimento e da disseminação de espaços destinados

especificamente ao entretenimento. Espaços estes que, geralmente, são voltados para si, fechando-se para o tecido urbano circundante. Os espaços interiorizados, grande parte vinculados à lógica do consumo, como é o caso dos *shoppings centers*, se firmaram como espaços de convívio e lazer cotidiano nas décadas recentes.

Esses espaços interiorizados, de natureza pseudopública (ou o público dentro do privado), destacam-se na contemporaneidade, pois receberam investimentos superiores aos aplicados na criação e na melhoria de espaços livres públicos urbanos tradicionais. Climatizados, condicionados, vigiados e direcionados ao entretenimento, eles incorporam a lógica do espaço tradicional - praça, largos e mesmo as ruas - mas deixam “de fora” o caos urbano, a violência, a sujeira das ruas, entre outros elementos indesejáveis. E assim, tornam-se mais atrativos que seus concorrentes.

Os dados levantados na pesquisa empreendida confirmam que espaços interiorizados destacam-se enquanto espaços de lazer cotidianos da população. Apesar da oferta quantitativamente satisfatória de praças e parques, entre outras tipologias de espaços livres localizados na ou próximos à região delimitada para estudo, os espaços mais comumente apropriados para o lazer indicados por quase 75% dos entrevistados, são os *shoppings centers*. Resalta-se que não foram identificados equipamentos dessa natureza na região estudada, sendo necessária a utilização de veículos para acessá-los em regiões relativamente distantes da pesquisada.

Na pesquisa foi verificado ainda que não só espaços vinculados ao consumo estão disponíveis e são apropriados pelos adolescentes e jovens. O programa Escola Aberta, que acontece em escolas públicas da região, atrai significativa parcela dos entrevistados (43,4% do total de 219 participantes). Ainda que esse percentual seja inferior ao de usuários dos *shoppings centers*, revela-se de grande relevância, considerando que o programa tem a finalidade de desenvolver esporte, cultura e lazer dentro do contexto sócio-espacial dos seus usuários.

Além do hábito pouco frequente de utilização dos espaços públicos e da coexistência deles com os espaços semipúblicos interiorizados e mais atrativos relatados até aqui, a transformação simbólica do espaço livre público urbano pode estar associada à desarticulação entre seus atributos, configurações físicas e às demandas dos usuários. A desarticulação, tal como apontada por Carlos (2004), pode ser compreendida como uma

reprodução espacial de relações sociais efêmeras e instantâneas da atualidade. Num tempo efêmero, os espaços são amnésicos porque não conseguem se consolidar como referenciais urbanos ou culturais.

Nesse contexto, o processo de produção/reprodução da cidade/metrópole pode acarretar a destruição de referenciais urbanos e culturais já consolidados. Isso ocorre devido a tendência de imprimir aos espaços mudanças constantes, associando o mais recente ao progresso. Assim, formas urbanas são construídas sobre outras, com transformações morfológicas, enfraquecendo referenciais e revelando uma paisagem instantânea, em mutação constante. Como Carlos (2001/2004), Lévy (1993) também reconhece essa tendência de transformação instantânea e desvinculada do entorno e/ou dos referenciais anteriores como um dos principais vetores de transformação na cidade contemporânea.

Processo semelhante parece estar ocorrendo na Baía Noroeste de Vitória, na qual a ocupação/consolidação urbana recente dificulta a constituição e a estabilização de referenciais urbanos. Adicionalmente, o processo de urbanização posterior à ocupação pode ter contribuído para o agravamento da situação, tendo em vista que os espaços livres públicos só foram implantados num segundo “momento” do processo de constituição urbana da área. Essa ponderação resulta da constatação da dificuldade dos entrevistados em responder sobre os espaços do seu bairro, tendo em vista a não identificação de limites e referenciais físicos ou simbólicos que permitam esse tipo de particularização.

Com base nessas ponderações, pode-se dizer, então, que na Baía Noroeste de Vitória, os espaços públicos ainda não se consolidaram, de forma ampla e geral, como referenciais de significado urbanístico e cultural. No âmbito urbano, com ressalvas específicas, os espaços livres públicos não se configuram ainda como marcos que possibilitam um desenho claro dos limites espaciais da região. Culturalmente, esses espaços, em sua maioria, não se consolidaram como territórios de lazer, pelo menos entre o público considerado na pesquisa realizada.

Baseado nos fatos até então expostos, os espaços livres públicos parecem estar passando por processos simultâneos e contraditórios de ressignificação, sendo moldados a partir de quatro variantes:

- Cultura de utilização dos espaços livres públicos ou a sua ausência, dependendo de fatores sociais vinculados à gênese de formação da sociedade local;
- A ausência ou raridade dos espaços livres públicos em determinadas áreas das cidades, sobretudo naquelas onde o processo de ocupação espontâneo primou pela resolução da questão habitacional;
- A disponibilização de espaços de lazer interiorizados, que, sob a égide da segurança, da qualidade e do conforto ambiental, sobressaem em relação aos espaços livres públicos tradicionais;
- E o esmaecimento do significado dos espaços livres públicos, que reside no descompasso entre sua produção e uso.

Cabe ainda considerar que, no limiar do século XXI, espaços tradicionais e interiorizados aparentam estar competindo com o ciberespaço, revelando diversos momentos da produção das cidades. Em consonâncias com proposições de Ghel e Gemzoe (2002), considera-se que, atualmente, a relevância do espaço público é múltipla, variando entre o repúdio e a apropriação. Essa reaproximação entre o público e os espaços públicos urbanos pode indicar uma forma de reação ao enclausuramento contemporâneo, segundo as proposições e estudos de Macedo *et.al.*(2009).

No Brasil e, mais especificamente na Baía Noroeste, a possibilidade de acesso a espaços livres públicos, interiorizados e virtuais propiciam uma pluralidade nas formas de apropriação e realização do lazer, que tem se tornado uma característica da cidade e da vida contemporânea. As duas primeiras possibilidades já foram tratadas neste capítulo, e o ciberespaço é tema das considerações apresentadas na próxima seção deste capítulo.

### **5.3 O ciberespaço: o advento de uma dimensão de lazer inédita**

O ciberespaço, entendido conforme ideário de Lévy (1996/1999), representa um espaço não material de armazenamento de dados e comunicação interativa. Ele é acessado principalmente por meio da *Internet*, uma rede capaz de interligar computadores, permitindo a troca de informações entre eles. Troca essa que ocorre devido à transmissão de protocolos (impulsos elétricos) compreendidos e traduzidos em informações inteligíveis ao usuário por outra máquina com tecnologia semelhante.

Anteriormente foi argumentado que *internet*, nascida ainda na década de 1960 como uma “arma” de defesa militar, tornou-se acessível e difundiu-se na sociedade civil a partir da década de 1990, segundo indicam Castells (2008/2010), entre outros autores. Em pouco mais de duas décadas, a ação conjunta de agentes tecnológicos, sociais, econômicos e culturais transformou o uso da *internet* num fenômeno mundial, que se expande rapidamente tanto em volume de conteúdo, quanto em alcance, na forma de rede, inaugurando outro modo de comunicação e transmissão de conhecimento.

A *internet* está, possivelmente, provocando transformações nas formas de comunicação ao possibilitar o encontro de pessoas, sem necessidade da presença física, favorecendo, assim, o surgimento de redes sociais e comunidades virtuais. Com amparo das concepções de Lévy (1996/1999), entende-se o ciberespaço como uma experiência de interação desterritorializada, que permite a efetivação de determinada atividade abstraída do espaço físico - geográfico e da temporalidade cronológica. Ainda que as experiências no ciberespaço não sejam totalmente desvinculadas de referenciais espaço-temporais, uma vez que são produzidas em suportes físicos e se atualizam em algum momento, trata-se de outra referência de tempo-espaço, na qual a unidade de tempo está separada da unidade de lugar. No ciberespaço a continuidade da ação é desvinculada da sua continuidade temporal.

O ciberespaço, metaforicamente, se apropria de termos e expressões vinculadas à estruturação da cidade, para denominar os processos e as atividades permitidos em seus domínios. Essa aparente proximidade de significados aponta para um possível paralelismo entre a realidade “física” e “virtual” e facilita a apreensão do ciberespaço pelos cidadãos. Tentativas bem sucedidas de estabelecer essa relação entre o mundo físico das cidades e o ciberespaço já acontecem frequentemente, a exemplo das salas de bate-papo e de jogos on-line, que podem ser indicados como paralelismos virtuais de espaços reais.

Mas a relação da cidade real com o ciberespaço vai além das possibilidades de representações tridimensionais da nossa experiência espacial cotidiana. Pode se estender, também, às relações sociais que se realizavam, a princípio, nos espaços físicos. As comunidades virtuais, que reproduzem uma estrutura social do espaço real no espaço virtual, exemplificam essa possibilidade. Dessa forma, a *internet* alcança as

atividades de lazer, que outrora se materializam nos espaços livres públicos e nos espaços interiorizados.

No âmbito do lazer, a *internet* se firmou como espaço de realização de uma vasta gama de atividades e está contribuindo para a ampliação das possibilidades dessa natureza. Os dados levantados na pesquisa confirmam a consolidação da *internet* como espaço de lazer entre os adolescentes e jovens pesquisados. No questionário utilizado na pesquisa empreendida entre população de 15 a 19 anos residente na Baía Noroeste, em uma questão de resposta aberta, atividades relacionadas ao uso da ferramenta foram apontadas por 111 dos 219 entrevistados (50,6) % como o espaço preferencial para o desenvolvimento de atividades desvinculadas de trabalho e estudo, superando o percentual de indicações de atividades relacionadas aos espaços físicos, fossem estes interiorizados ou livres. Isso parece indicar que a utilização da *internet*, enquanto espaço de lazer, está sendo simbolicamente aceita e praticada pelos entrevistados.

A possibilidade de acesso ao lazer virtual, que alcança mais da metade dos entrevistados da Baía Noroeste, a facilidade de uso, a interatividade e a diversificação proporcionada pela *internet* se constituem como atrativos para estimular seu uso. O estudante residente em Joana D'Arc, de 17 anos de idade, pontua essas características para justificar a redução de uso dos espaços físicos em atividades de lazer, a partir do momento que a rede se tornou acessível. Ele responde que a *internet* o desestimula a usar os espaços físicos porque nela “tem sempre coisas novas pra fazer e gente diferente pra interagir”. Também a relativa segurança que ela proporciona ao poder ser acessada da casa ou de local conhecido do usuário se destaca.

O reconhecimento e a popularização do ciberespaço enquanto local passível de realização de atividades vinculadas ao lazer, agregado à utilização já consolidada dos espaços livres públicos e dos espaços interiorizados para tal fim, pode acenar para a efetivação de uma multiterritorialidade nesse âmbito, que é debatida no item seguinte.

#### **5.4 O lazer em bases multiterritoriais**

Os dados resultantes da pesquisa de campo permitem considerar que tanto os espaços livres públicos tradicionais - principalmente praças - quanto os espaços interiorizados -

nos quais os *shoppings centers* se destacam - e o ciberespaço são usados por adolescentes e jovens em suas atividades de lazer. Portanto, na Baía Noroeste, estão acessíveis à população e são por ela apropriados espaços que representam três dimensões do lazer contemporâneo.

O grande desafio consiste em identificar e compreender as formas de interação usuário-espaço, considerando essas dimensões disponíveis para o lazer. Isso porque, se considerarmos a mutabilidade como característica inerente dos espaços urbanos, embasados nas concepções de Santos (2202/2008) e Leite (2006/2007), entre outros, e ainda admitirmos que o espaço urbano resulte da interação de seus elementos constituintes, teremos, com a ampliação das bases, relações/ apropriações cada vez mais diversas e flutuantes. A implicação disso é admitir o lazer em bases multiterritoriais.

Conforme já argumentado, a partir da obra de Haesbaert (2010), a multiterritorialidade contemporânea distingue-se não só pela existência/ possibilidade de apropriação de inúmeros territórios, mas também pela velocidade das transposições e a facilidade de acessos a territórios diversificados. Atualmente, com a disponibilidade do aparato tecnológico-informacional, a multiterritorialidade se manifesta não apenas por deslocamento físico, como também por “conectividade virtual”: a capacidade de interagirmos à distância, influenciando e integrando outros territórios.

Na Baía Noroeste de Vitória, a estruturação das dimensões de lazer – espaços livres públicos, espaços interiorizados e ciberespaço- ocorreu em períodos cronologicamente pouco distanciados, e até mesmo concomitantes. Os espaços livres públicos, entre eles os espaços voltados para o lazer, foram estruturados na região nos anos de 1990, quando se deu a urbanização das áreas que haviam sido ocupadas nas décadas anteriores.

Nesse mesmo período (década de 1990), a apropriação de espaços interiorizados para o lazer já era praticada, favorecida pela popularização do automóvel e pelas próprias características desses espaços, que reproduziam de forma controlada as funções e atividades dos espaços livres públicos, conforme indicação de Dias (2005). Não é possível afirmar que esse comportamento se reproduzia, à época, entre a população residente nos bairros da Baía Noroeste de Vitória, tendo em vista que a pesquisa realizada para a construção desse trabalho não compilou dados acerca da utilização dos espaços interiorizados na região em períodos passados. Já na atualidade, é possível

indicar, baseado nas entrevistas indiretas realizadas, que esses espaços são amplamente frequentados pelo público alvo, ainda que não estejam instalados nas proximidades de suas residências, demandando deslocamentos para a efetivação das apropriações.

O ciberespaço tornou-se acessível e popularizou-se entre a sociedade civil na primeira no final do século XX e mais intensamente na primeira década do século XXI, segundo dados levantados por Castells (2008/2010). A abrangência dessa tipologia de espaço pode ser dimensionada, na Baía Noroeste, por meio dos dados coletados na pesquisa entre seus moradores. Esses dados revelam que o acesso a essa ferramenta interativa é possível para mais de 95% dos adolescentes e jovens. Além disso, verificou-se que a *internet* é acessível em 53,9% dos domicílios, o que pode ser um indicador de apropriações fora da faixa etária pesquisada, levando em consideração que mais residentes façam uso dos equipamentos de acesso à rede.

Nesse cenário, as transformações nas práticas de lazer decorrentes da coexistência de diversos espaços potenciais para sua realização se fazem mais perceptíveis. Identificar e compreender essas transformações são o objetivo perseguido nesta pesquisa.

Os dados da pesquisa de campo acenam para uma interação, até certo ponto harmoniosa, na apropriação dos espaços livres públicos, dos espaços interiorizados e do espaço virtual. Ou seja, a apropriação de espaços de uma dimensão não anula a apropriação de outros tipos de espaço, considerando integralmente a amostra. A análise dos dados levantados permite afirmar que quase a totalidade dos entrevistados usa, em suas horas de lazer, tanto espaços livres públicos, quanto espaços interiorizados e o espaço virtual. Contudo, verifica-se uma diminuição na intensidade ou tempo de apropriação dos espaços físicos (sejam eles livres ou interiorizados) tendo em vista que grande parcela dos entrevistados indicou dividir o tempo livre entre os espaços físicos e a *internet*.

Entretanto, em casos particulares, é possível identificar a anulação da apropriação de algumas categorias de espaço e função da utilização de outras. A tendência de desarticulação na relação espaço livre público/usuário é comprovada em 80 das entrevistas realizadas. Sendo assim, ainda que não de forma generalizada, a anulação da apropriação dos espaços livres públicos para o lazer é uma realidade concreta entre jovens e adolescentes moradores da Baía Noroeste. No questionário respondido por

aluno de 17 anos residente em Santa Martha, as respostas indicam a ausência de qualquer apropriação de espaços de lazer físicos, sejam livres ou interiorizados. Adiante, o entrevistado afirma ficar “muitas horas na *internet*, interagindo com os colegas ou pessoas que só conheço da *net* (sic)”, explicitando assim a razão da não apropriação dos demais espaços de lazer.

Com base nas entrevistas, mapeamento, observações de campo e à luz da bibliografia discutida nos capítulos anteriores, estima-se que o processo de desarticulação/ redução da apropriação dos espaços públicos está sendo desencadeado por fatores múltiplos, dentre os quais se destacam a atratividade, diversidade e segurança relativa do ciberespaço frente a espaços livres públicos muitas vezes corriqueiros, monótonos e vistos como inseguros.

Dentre os 219 entrevistados, 17 não indicaram espaços livres públicos entre os espaços apropriados por eles para o lazer. A razão dessa anulação para a maioria deles é a falta de atrativos dos espaços livres públicos. Um entrevistado de 18 anos, morador de São Pedro, afirma que não usa os espaços públicos, porque “não tem nada de interessante pra fazer nesses locais”. A falta de segurança também foi apontada como razão da não apropriação dos espaços, como a estudante de 17 anos da Ilha das Caieiras, que respondeu não ter costume de frequentar os espaços públicos, porque “a violência e o medo são muito grandes”. Outros motivos, como a ausência de espaços públicos acessíveis ou falta de tempo para práticas de lazer, também foram mencionados.

Contraditoriamente, alguns entrevistados apontam a utilização da *internet* como agente de potencialização da apropriação dos espaços físicos. Para estes, a *internet* funciona como um dispositivo para conhecer espaços nos quais podem desenvolver suas atividades de lazer, além de atividades e eventos que ocorrem nestes espaços.

Todas essas evidências contribuem para a constatação de que a *internet* se constitui como um espaço de lazer para adolescentes e jovens. Também possibilitam considerar que o acesso a esse novo espaço tem contribuído para alterações nas formas de apropriação dos demais espaços por este grupo da população, pelo menos na Baía Noroeste de Vitória. Confirma-se, assim, ainda que parcialmente, a hipótese motivadora das investigações desta pesquisa, que sustenta poderem novas práticas de lazer estar interferindo na apropriação dos espaços livres públicos na cidade.

É importante destacar que as considerações desta pesquisa não extinguem outras possibilidades, tendo em vista que são subsidiadas por informações específicas de um grupo (indivíduos com idade entre 15 e 19 anos) inserido num contexto socioeconômico e espacial característico (a Baía Noroeste de Vitória), definido inclusive, com a intenção de potencializar as indicações quanto às interferências na apropriação de espaços de lazer, conforme exposto na delimitação metodológica deste estudo. No entanto, as mesmas considerações podem contribuir (ou indicar elementos) para a compreensão da condição dos espaços de lazer frente às possibilidades advindas com o ciberespaço em situações contextuais assemelhadas.

Fica comprovado, resguardadas as devidas especificidades apresentadas, que as alternativas do ciberespaço para realização das atividades e funções da sociedade não anularam o espaço real (ou físico) onde se desenvolviam, anteriormente, essas atividades, ainda que lhes tenham imposto transformações. Assim, a existência de alternativas de lazer no ciberespaço não extinguiu (e possivelmente não extinguirá) os espaços livres públicos e os interiorizados apropriados para este fim. Contudo, os espaços físicos, principalmente os de categoria livres públicos, inseridos no contexto específico desta pesquisa, estão sendo transformados por estas possibilidades, adquirindo novas funções e significados, em uma escala ainda não mensurável, já que essa transformação é um processo em curso.

Este estudo configura-se, então, como a análise de uma das múltiplas faces do processo de transformação, inerente à constituição das cidades, e ao qual estão expostos os espaços de lazer. Não esgota, portanto, o assunto que se conforma mediante as variáveis que se estendem desde o contexto de formação/ consolidação urbana à abrangência do acesso ao ciberespaço na contemporaneidade, abarcando também questões relacionadas a comportamentos sociais, culturais e até etários.

Ao abordar um dos aspectos da (re)invenção dos espaços públicos de lazer, este estudo abre um campo de possibilidades para pesquisas futuras, com intuito de ampliar e atualizar suas considerações e de compreender situações configuradas por variantes distintas das que o delimitaram.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANTES, José Carlos. **Os jovens e a Internet. Representação, Utilização e Apropriação.** Coimbra (Portugal): 2002. Disponível em versão digital em <www.bocc.uff.br>, acessado em agosto de 2010.

ARANTES, Otília B. F. **Urbanismo em fim de linha e outros estudos sobre o colapso da modernização arquitetônica.** São Paulo: EDUSP, 1998.

\_\_\_\_\_, MARICATO, Ermínia; VAINER, Carlos B. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos.** Petrópolis (RJ): Vozes, 2002.

ARENDR, Hannah. **A Condição Humana.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

ARROYO, Julio. **Bordas e espaço público. Fronteiras internas na cidade contemporânea.** 2005. Texto disponível em versão digital em <www.vitruvius.com.br/arquitextos>, acessado em dezembro de 2009.

BAPTISTA, Maria Elisa. **A construção de um espaço de fronteiras: espaço público e cidadania.** In: CASTRIOTA, Leonardo Barci (org). **Urbanização Brasileira: Redescobertas.** Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2003.

BARBOSA, Isabella Batalha Muniz. **Modernidades e assimetrias na paisagem: A fragmentação de ecossistemas naturais e humanos na Baía Noroeste de Vitória – ES.** São Paulo: FAUUSP (dissertação de mestrado), 2005.

BENEVOLO, Leonardo. **História da cidade.** São Paulo: Perspectiva, 2003.

BETTCHER, Roberta Casteglione. **Evolução da paisagem urbana de Vitória: a Baía Noroeste a partir do século XX.** Pesquisa de Iniciação Científica. PIBIC/ NAU. Vitória, 2006.

CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. **Cidade de Muros: crimes, segregação e cidadania em São Paulo.** São Paulo: Edusp, 2000.

CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira de. **História da construção e das transformações da cidade.** Vitória: Cultural-ES, 2005.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço Tempo na Metrópole.** São Paulo: Editora Contexto, 2001.

\_\_\_\_\_. **O Espaço Urbano. Novos escritos sobre a cidade.** São Paulo: Editora Contexto, 2004.

CARNEIRO, Ana Rita Sá; MESQUITA, Liana Barros. **Espaços livres do Recife**. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife/ Universidade Federal de Pernambuco, 2000.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia internet. Reflexões sobre internet, negócios e sociedade**. Lisboa (Portugal): Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

\_\_\_\_\_. **A sociedade em rede**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2008.

CASTRIOTA, Leonardo Barci (org). **Urbanização Brasileira: Redescobertas**. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2003.

CHOAY, Françoise. **O urbanismo: utopias e realidades, uma antologia**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1979.

DAMATTA, Roberto. **Casa e a Rua: Espaço, Cidadania, Mulher e Morte no Brasil**. São Paulo: Rocco, 2000.

DEÁK, Csaba. **O processo de urbanização no Brasil: falas e façanhas**. In DEÁK, Csaba. SCHIFFER, Sueli R. (org). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Edusp, 1999.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 1997.

DERENZI, Luiz Serafim. **Biografia de uma ilha**. Vitória: Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 1995.

DIAS, Fabiano. **O desafio dos espaços públicos nas cidades do século XXI**. 2005. Disponível em <[www.vitruvius.com.br](http://www.vitruvius.com.br)>, acessado em setembro de 2010.

DUARTE, Fábio. **Arquitetura e Tecnologias de Informação. Da Revolução Industrial à Revolução Digital**. São Paulo: FAPESP: Editora da UNICAMP, 1999.

\_\_\_\_\_. **Do átomo ao bit: cultura em transformação**. São Paulo: Annablume, 2003.

DUMAZEDIER, Joffre. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

DURHAM, Eunice. **A caminho da cidade. A vida rural e a migração para São Paulo**. São Paulo: Perspectiva, 1984.

FRAGOSO, Suely. **Espaço, ciberespaço, hiperespaço**. Revista Tempos de Comunicação e Cultura. Bahia, n. 42, p. 105-113, 2000.

FOCAULT, Michel. **De outros espaços**. 1967. (Conferência proferida no Cercle d'Études Architecturales e publicada em *Architecture, Movement, Continuité*, 5, de 1984). Disponível em <[www.ufrgs.br/corpoarteclinica/obra/outros](http://www.ufrgs.br/corpoarteclinica/obra/outros)>, acessado em maio de 2010.

FORNACIARI, Doriéli Zuccoloto. **Apropriação do espaço público na reversão do quadro de violência urbana – estudo de caso: a baía noroeste de vitória (ES)**. Anais do VII Congresso de Iniciação Científica em Arquitetura e Urbanismo. Mídia Digital: Florianópolis, 2007.

FORNACIARI, Doriéli Zuccoloto. **Apropriação dos espaços formais do ambiente urbano por crianças e adolescentes nos bairros da Baía Noroeste de Vitória.** Relatório final- monografia de iniciação científica, Vitória: Núcleo de Estudos de Arquitetura e Urbanismo- NAU/ UFES e Fapes, 2007.

\_\_\_\_\_. **O desafio dos espaços públicos de lazer e cultura na cidade contemporânea.** Projeto de Graduação em Arquitetura e Urbanismo, UFES. Vitória, 2008.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala: a formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal.** São Paulo: Global, 2006.

GAUSA, Manuel: **“Metropolis > metapolis: noves mapificacions per a la ciutat contemporània”** (pp10-17). In: Revista Cuaderns, 213, Barcelona, 1996.

GHEL, Jan; GEMZOE, Lars. **Novos espaços Urbanos.** Barcelona: Gustavo Gilli, 2002.

GODOY, Arilda Schmidt. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades.** Revista de Administração de Empresas. São Paulo, v.35, n.03, p 57-63, março-abril 1995.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Qualitativa: Tipos Fundamentais.** Revista de Administração de Empresas. São Paulo, v.35, n.03, p 20-29, maio-junho 1995.

GOITIA, Fernando Chueca. **Breve História do Urbanismo.** Lisboa: Editora Presença, 1992. 3<sup>o</sup> edição.

GOTTDIENER, Mark. **A Produção Social do Espaço Urbano.** São Paulo: EDUSP, 1997. 2<sup>o</sup> edição.

GOUVÊA, Denise de Campos; RIBEIRO, Sandra Bernardes. **A revisão da lei federal de parcelamento do solo e a regularização fundiária sustentável: novos conceitos urbano-ambientais.** Disponível em <www.ibdu.org.br>, acessado em janeiro de 2011.

GUIMARÃES, Maria Cristina de Oliveira. **Espaços Públicos ou espaços para o público?** 2007. Disponível em <www.vitruvius.com.br>, acessado em março de 2010.

HABERMAS, Junger. **Mudança estrutural na esfera pública.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

\_\_\_\_\_. **Entre naturalismo y religión.** Barcelona: Paidós, 2006.

HAESBAERT, Rogério. **Redes, territórios e aglomerados: da forma = função às (dis)formas sem função.** Anais do III Simpósio de Geografia Urbana. Rio de Janeiro: AGB, UFRJ, IBGE e CNPq, 1993.

\_\_\_\_\_. **Da desterritorialização à multiterritorialidade.** Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. São Paulo: USP, 2005.

\_\_\_\_\_. **Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão.** In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

\_\_\_\_\_. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HALL, Peter. **Cidades do amanhã: Uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX.** São Paulo, Perspectiva, 2002.

HAROUEL, Jean-Louis. **História do Urbanismo.** Campinas (SP): Editora Papyrus, 2001.

HARVEY, David. **A Produção Capitalista do Espaço.** São Paulo, Annablume, 2006.

\_\_\_\_\_. **Espaços da Esperança.** São Paulo: Loyola, 2004.

\_\_\_\_\_. **Mundos Urbanos Possíveis.** In: **Lo Urbano en 20 autores contemporâneos.** Barcelona: UPC, 2004.

HERTZBERGER, Herman. **Lições de Arquitetura.** São Paulo: Martins Fontes, 1999.

JAMESON, Fredric. **Pós Modernismo. A Lógica Cultural do Capitalismo Tardio.** São paulo: Ed. Ática, 2002. 2ª edição, 3ª impressão.

KLIASS, Rosa G. **Parques Urbanos de São Paulo e sua evolução na cidade.** São Paulo: Pini, 1993.

KLINTOWITZ, Danielle C. **A (Re) Invenção da Praça e a Experiência da Rocinha e Suas Fronteiras.** Tese de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional. Campinas: PUC, 2008.

LEFEBVRE, Henry. **O Direito à Cidade.** São Paulo: Ed. Moraes, 1991.

\_\_\_\_\_. **A revolução urbana.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEITE, Maria Ângela Faggin Pereira. **Uma história de movimentos.** In: Santos, Milton; Silveira, M. L.. (Org.). **O Brasil: Território e Sociedade no Início do Século XXI.** Rio de Janeiro: Record, 2006.

\_\_\_\_\_. (org). **Milton Santos. Encontros.** Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2007b.

\_\_\_\_\_. **Uso do território e investimento Público.** Geotextos, Vol. 02, nº 2. Disponível em <[www.portalseer.ufba.br](http://www.portalseer.ufba.br)>, acessado em março de 2010.

LEITE, Rogério Proença. **Contra-Usos da Cidade. Lugares e Espaço Público na Experiência Urbana Contemporânea.** Campinas (SP): Editora da UNICAMP; Aracaju (SE): Editora UFS; 2007.

LEMOS, André. **Cibercidades. Um Modelo de Inteligência Coletiva.** In: LEMOS, André (org). **Cibercidade. As cidades na cibercultura.** Rio de Janeiro: Editora e-papers, 2004.

LÉVY, Pierre. **As Tecnologias da Inteligência. O futuro do pensamento na era da informática.** São Paulo: Editora 34, 1993.

\_\_\_\_\_. **O que é virtual?** São Paulo: Editora 34, 1996.

\_\_\_\_\_. **Cibercultura.** São Paulo: Editora 34, 1999.

\_\_\_\_\_. **A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço.** São Paulo: Loyola, 2003.

LIMA JÚNIOR, Carlos Benevides; BONICENHA, Wallace; SOARES, Suely Carvalho. **Baía de Vitória: aspectos históricos e culturais.** 2. ed. - Vitória: Ed. Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1994.

MACEDO, Sílvio Soares. **Quadro do paisagismo no Brasil.** São Paulo: FAUUSP, 1999.

\_\_\_\_\_; SAKATA, Francine Gramacho. **Parques Urbanos no Brasil.** São Paulo: Edusp – Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.

\_\_\_\_\_; QUEIROGA, Eugenio F.; CAMPOS, Ana Cecília de A.; COSSIA, Denis; GONÇALVES, Fabio M.; ROBBA, Fábio; GALENDER, Fany; DEGREAS, Helena; SILVA, Jonathas M. P. da; PRETO, Maria Helena; AKAMINE, Rogério; CUSTÓDIO, Vanderli. **Considerações preliminares sobre o sistema de espaços livres e a constituição da esfera pública no Brasil.** In: TÂNGARI, Vera Regina; ANDRADE, Rubens de; SCHLEE, Monica Bahia. **Sistema de espaços livres: o cotidiano, apropriações e ausências.** Rio de Janeiro: UFRJ/FAU/ PROAEQ, 2009.

MALINI, Fabio. **Cultura digital: para além da fragmentação.** 2007. Disponível em <[www.cultura.gov.br/foruns\\_de\\_cultura](http://www.cultura.gov.br/foruns_de_cultura)>, acessado em dezembro de 2007.

\_\_\_\_\_. **Na contramão da blogosfera.** Setembro de 2006. Disponível em <[fabiomalini.wordpress.com](http://fabiomalini.wordpress.com)>, acessado em dezembro de 2007.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole na Periferia do Capitalismo: Ilegalidade, Desigualdade e Violência.** São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. **Conhecer para resolver a cidade ilegal.** In: CASTRIOTA, Leonardo Barci (org). **Urbanização Brasileira: Redescobertas.** Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2003.

\_\_\_\_\_. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana.** Petrópolis (RJ): Vozes, 2008.

MARZULO, Eber Pires. **Espaço dos Pobres: Identidade Social e Territorialidades na modernidade tardia.** Tese de Doutorado em Planejamento Urbano e Regional. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

MENDONÇA, Eneida Maria Souza. **Método para análise e construção da Paisagem Urbana.** Relatório de Pesquisa Científica, FACITEC/NAU. Vitória, 2004.

\_\_\_\_\_. **Análise e construção de espaços públicos em Vitória – de oeste a leste da ilha.** Relatório de Pesquisa Científica, FACITEC/NAU. Vitória, 2006.

\_\_\_\_\_. **Apropriações do espaço público: alguns conceitos.** Estudos e Pesquisas em Psicologia, UERJ, RJ, Ano 7, N. 2, 2ª semestre de 2007.

MITCHELL, William J. **E-topia. A vida urbana – mas não como conhecemos.** São Paulo: Editora SENAC, 2001.

MORENO, Julio. **O futuro das cidades.** São Paulo: Editora SENAC, 2002.

\_\_\_\_\_. **Da cidade de pedra à cidade virtual.** Jornal da Tarde, São Paulo, 16 de julho de 1994.

MUMFORD, Lewis. **A cidade da história: suas origens, transformações e perspectivas.** São Paulo: Martins Fontes, 1998.

NISHIKAWA, Ayako. **O espaço da rua articulado ao entorno habitacional em São Paulo.** 1984. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984.

OLIVEIRA, Reginaldo Augusto de. **Apropriação alternativa do ambiente urbano por crianças e adolescentes em áreas sem infraestrutura nos bairros da Baía Noroeste de Vitória.** Relatório final- monografia de iniciação científica, Vitória: Núcleo de Estudos de Arquitetura e Urbanismo- NAU/ UFES e Fapes, 2007.

ORLANDI, Eni P. **Cidade Atravessada: Os Sentidos Públicos no Espaço Urbano.** Campinas: Editora Pontes, 2001.

QUEIROGA, Eugenio F.; CUSTÓDIO, Vanderli; CAMPOS, Ana Cecília de A.; MACEDO, Sílvio S.; GONÇALVES, Fabio M.; GALENDER, Fany; DEGREAS, Helena; SILVA, Jonathas M. P. da; PRETO, Maria Helena; AKAMINE, Rogério. **Os espaços livres e a esfera pública contemporânea no Brasil: por uma conceituação considerando propriedades (públicas e privadas) e apropriações.** In: TÂNGARI, Vera Regina; ANDRADE, Rubens de; SCHLEE, Monica Bahia. **Sistema de espaços livres: o cotidiano, apropriações e ausências.** Rio de Janeiro: UFRJ/FAU/ PROAEQ, 2009.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

REBS, Rebeca Recuero. **O lugar no espaço virtual. Um estudo etnográfico sobre as recreações de território do mundo concreto no *second life*.** São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2010. Dissertação de Mestrado.

RELATÓRIO “INFORMAÇÕES DO CENSO 2000 (DADOS DO UNIVERSO): MUNICÍPIO DE VITÓRIA”. Disponível em <[www.vitoria.es.gov](http://www.vitoria.es.gov)>, acessado em outubro de 2007.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Contribuição ao estudo da evolução urbana no Brasil: 1500/1720.** São Paulo: Pioneira, 1968.

RIBEIRO, Fabiana Valdoski. **A produção do lugar na periferia da metrópole paulistana**. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana. FFLCH/ USP. São Paulo, 2007. Disponível em <www.fflch.usp.br>, acessado em setembro de 2010.

RIBEIRO, José Carlos S. **Um breve olhar sobre a sociabilidade no ciberespaço**. In: LEMOS, André; PALÁCIOS, Marcos. *Janelas do ciberespaço: comunicação e cibercultura*. Porto Alegre: Sulinas, 2001.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz (org). **Metrópoles: entre a coesão, a cooperação e o conflito**. São Paulo: Fund. Perseu Abramo, 2004.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos (org). **Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana. O futuro das cidades brasileiras na crise**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

RIKWERT, Joseph. **A sedução do lugar. A história e o futuro da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ROBBA, Fábio; MACEDO, Sílvio Soares. **Praças Brasileiras**. Editora da Universidade de São Paulo – Imprensa Oficial, 2002.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

\_\_\_\_\_; ELIAS, Denise. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. São Paulo: Hucitec, 1988.

\_\_\_\_\_. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1996.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2002.

\_\_\_\_\_. **O Espaço Dividido: os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos**. São Paulo: Edusp, 2004.

\_\_\_\_\_. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Edusp, 2005.

SAQUET, Marcos Aurelio. **Abordagens e concepções de território**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

SCHVASBERG, Benny. **Tendências e problemas da urbanização contemporânea no Brasil**. In: CASTRIOTA, Leonardo Barci (org). *Urbanização Brasileira: Redescobertas*. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2008.

SENNETT, Richard. **O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade**. Tradução: Lygia Araújo Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SERPA, Ângelo (org). **Fala Periferia: Uma Reflexão Sobre a Produção do Espaço Periférico Metropolitano**. São Paulo: 2001.

\_\_\_\_\_. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007.

SILVA, Jonathas Magalhães Pereira da Silva. **A esfera de vida pública e sua relação com a esfera privada na qualificação dos sistemas de espaços livres de edificações.** In: TÂNGARI, Vera Regina; ANDRADE, Rubens de; SCHLEE, Monica Bahia. **Sistema de espaços livres: o cotidiano, apropriações e ausências.** Rio de Janeiro: UFRJ/FAU/ PROAEQ, 2009.

SILVA, Lúcia Oliveira. **A internet – a geração de um novo espaço antropológico.** In: LEMOS, André; PALÁCIOS, Marcos. **Janelas do ciberespaço: comunicação e cibercultura.** Porto Alegre: Sulinas, 2001. 2<sup>o</sup> edição.

SOARES, Luís (1999), “**Contra a Corrente: Sete premissas para construir uma comunidade virtual**”, in: ALVES, José Augusto, CAMPOS, Pedro e BRITO, Pedro Quelhas (coord.) (1999), **O Futuro da Internet – Estado da arte e tendências de evolução**, Lisboa: Centro Atlântico, 75-77.

SOLÀ-MORALES, Ignasi de. “**Present i futurs. L’a arquitectura a les ciutats.**” (p 7-9). In: Revista Cuaderns , 213, Barcelona, 1996.

\_\_\_\_\_. **Espaços Públicos e Espaços Coletivos**, in ALMEIDA, Maria R. (org). **Os Centros das Metrôpoles: Reflexões e propostas para a cidade democrática do século XXI.** São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2001.

\_\_\_\_\_. **Territórios.** Barcelona: Editora Gustavo Gili, 2002.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O Desafio Metropolitano: Um Estudo Sobre a Problemática Sócio-Espacial nas Metrôpoles Brasileiras.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

\_\_\_\_\_. **O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento.** In CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L.(orgs.). **Geografia: conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p.77-116.

\_\_\_\_\_. **A Prisão e a Ágora: Reflexões em Torno do Planejamento e da Gestão das Cidades.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SOUZA, Maria Julieta Nunes de. **Urbanismo e comunicação: repensando as noções de espaço público e privado da cidade.** In: TÂNGARI, Vera Regina; ANDRADE, Rubens de; SCHLEE, Monica Bahia. **Sistema de espaços livres: o cotidiano, apropriações e ausências.** Rio de Janeiro: UFRJ/FAU/ PROAEQ, 2009.

SPERLING, David. **Museu Brasileiro da Escultura: utopia de um território contínuo.** 2001. Disponível em <[www.vitruvius.com.br/arquitextos](http://www.vitruvius.com.br/arquitextos)>, acessado em julho de 2009.

VILAÇA, Flávio. **A recente urbanização brasileira.** In: CASTRIOTA, Leonardo Barci (org). **Urbanização Brasileira: Redescobertas.** Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2008.

VILAS NOVAS, Grasiella Drumond Bowen. **Os aterros da Grande São Pedro, Andorinhas e São Cristóvão: ocupações populares a noroeste da ilha de Vitória.** Pesquisa de Iniciação Científica. PIBIC/ NAU. Vitória, 2003.

**Sites Visitados:**

<[www.esporte.gov.br](http://www.esporte.gov.br)> último acesso em maio de 2011.

<[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)> último acesso em maio de 2011.

<[www.legado.vitoria.es.gov.br](http://www.legado.vitoria.es.gov.br)> último acesso em junho de 2011.

<[www.vitoria.es.gov.br](http://www.vitoria.es.gov.br)> último acesso em junho de 2011.

<[www.legado.vitoria.es.gov.br](http://www.legado.vitoria.es.gov.br)> último acesso em junho de 2011.

## **ANEXOS**

## ANEXO 01

### A (RE) INVENÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS: O LAZER EM VITÓRIA (ES)

#### ENTREVISTA

O questionário apresentado abaixo faz parte de uma pesquisa de mestrado chamada “**A (re) invenção dos espaços públicos: o lazer em Vitória (ES)**” que pretende descobrir onde e como os jovens e adolescentes moradores de Vitória praticam atividades de lazer. Ao preencher o questionário, você não precisará se identificar.

As suas opiniões são muito importantes para a realização desse trabalho!

Em que bairro você mora? \_\_\_\_\_ . Qual sua idade? \_\_\_\_\_ .

Onde estuda? \_\_\_\_\_ .

Turno: ( ) manhã ( ) tarde ( ) noite

Você trabalha? ( ) sim ( ) não

Quantas horas por semana? \_\_\_\_\_ .

Trabalha nos finais de semana? ( ) sim ( ) não

Atividade de trabalho: \_\_\_\_\_ .

Quando você não tem nenhuma obrigação relacionada a trabalho ou estudo, o que faz para se distrair?

---

---

---

---

O quadro a seguir apresenta alguns locais onde você pode se distrair. Indique na 2ª coluna quais deles existem em seu bairro. Na 3ª coluna, marque em quais deles você costuma ir. E, na última coluna, caso você tenha o hábito de ir a esses locais, indique quantas vezes.



Você tem acesso a computador e internet?

<b>Computador</b>	<b>Internet</b>
<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> não
<input type="checkbox"/> sim, em casa	<input type="checkbox"/> sim, em casa
<input type="checkbox"/> sim, em lan house	<input type="checkbox"/> sim, em lan house
<input type="checkbox"/> sim, na escola ou no trabalho	<input type="checkbox"/> sim, na escola ou no trabalho
<input type="checkbox"/> sim, na casa de amigo/vizinho/familiar	<input type="checkbox"/> sim, na casa de amigo/vizinho/familiar
<input type="checkbox"/> sim, outros _____	<input type="checkbox"/> sim, outros _____

Você acha que a internet pode estar fazendo você usar mais ou menos os locais de lazer

Menos. Por quê? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Mais Por quê? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Não altera. Por quê? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**Sua participação foi muito importante! Obrigada!**